

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARÍA ALEJANDRA NICOLÁS

**INTERNET, PARLAMENTARES E CONTEXTO OFF-LINE:
WEBSITES PARLAMENTARES EM CONTEXTOS
INSTITUCIONAIS DIFERENTES**

**CURITIBA
2015**

MARÍA ALEJANDRA NICOLÁS

**INTERNET, PARLAMENTARES E CONTEXTO OFF-LINE:
WEBSITES PARLAMENTARES EM CONTEXTOS
INSTITUCIONAIS DIFERENTES**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luciana
Fernandes Veiga

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Soares
Braga

**CURITIBA
2015**

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Nicolás, María Alejandra

Internet, parlamentares e contexto off-line: websites parlamentares em contextos institucionais diferentes. / María Alejandra Nicolás – Curitiba, 2015.

164 f.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Fernandes Veiga

Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Sociologia. 2. Ciência política. 3. Representação política. 4. Internet - Política. 5. Elites parlamentares. 6. Sistemas políticos I. Título.

CDD 320



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **Maria Alejandra Nicolás**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "INTERNET, PARLAMENTARES E CONTEXTO OFF-LINE: WEBSITES PARLAMENTARES EM CONTEXTOS INSTITUCIONAIS DIFERENTES" é de parecer favorável à APROVAÇÃO do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Doutor* em Sociologia, linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 05 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinoto

Prof. Dr. Rodrigo Horochovski

Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

Prof.ª Dr.ª Luciana Fernandes Veiga
Orientadora e presidente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas aquelas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, ajudaram para a construção deste trabalho.

Ao curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná pela acolhida. Agradeço também ao Katiano Miguel Cruz, secretário do Programa, pela amabilidade e presteza oferecidas ao longo destes quatro anos. E, especialmente, o meu agradecimento pelo apoio a CAPES, que viabilizou a dedicação exclusiva neste trabalho.

À professora Luciana Veiga, pelos ensinamentos teóricos e metodológicos e, pelas inúmeras vezes que me socorreu diante das dúvidas e encruzilhadas ao longo dos anos. Assim como, pela amizade e apoio que sempre me ofereceu nos momentos difíceis da jornada. Certamente, não teria sido possível concluir este trabalho sem sua dedicação e orientação. Minha profunda admiração pela excelente pesquisadora, professora e pessoa que tive a grande oportunidade de conhecer.

Ao professor Sérgio Soares Braga pelas fundamentais sugestões e críticas feitas ao trabalho. Meu especial agradecimento por ter sido uma referência na instituição, pelos aprendizados metodológicos e, pelas oportunidades de crescimento profissional que tem me viabilizado desde a entrada no curso de mestrado.

Ao professor Renato Monseff Perissinotto pelas primorosas sugestões que realizou ao meu trabalho quando de sua qualificação. Minha gratidão pelos conselhos profissionais, recomendações, senso crítico e amizade, muito agradecida por tudo. Tem sido uma referência e exemplo a seguir pela ética, compromisso e dedicação ao longo da carreira.

Um agradecimento especial ao professor Jose Miguel Rasia pelos conselhos acadêmicos, oportunidades de aprendizado e, pela ótima pessoa que sempre foi nos bons e ruins momentos. Também, gostaria de agradecer ao professor Emerson Urizzi Cervi pelos ensinamentos estatísticos que, de forma muito generosa sempre me ofereceu. Agradecida pelo tempo dedicado que foi de muita importância para a confecção deste trabalho.

Minha especial gratidão aos colegas e amigos do curso de doutorado, Antonio, Rachel e Renata pelas longas conversas que, foram o suporte emocional

para superar cada um das etapas acadêmicas e pessoais ao longo do curso. A minha fortuna foi grande por ter vivenciado estes anos na companhia de cada um de vocês que, são amigos que me ganhei para a vida toda. Também, gostaria de expressar minha gratidão a Flávia e Jaqueline, parceiras do grupo de estudo, das aulas de espanhol e dos congressos. A afinidade foi surgindo de forma espontânea e, se transformou em amizade sincera que, ultrapassa as fronteiras da academia.

E por fim, agradeço a minha família, foram anos de perda e luta, embora de muito aprendizado profissional e pessoal. Como disse minha irmã Patricia, *“atravesar el Rubicon es una tarea difícil, sin embargo, es un acto revolucionário”*. Sempre agradecerei meus pais, Roberto e Pepa que, me deram a liberdade de escolha, o apoio incondicional para tomar as decisões e, principalmente, o incentivo para continuar meus estudos. Minhas irmãs, Marisa e Patricia, pelo suporte emocional, amizade, risadas, conselhos, incentivo e o apoio em todos os momentos. E meu parceiro na estrada, Vanderson, sem você resulta impossível pensar como teria sido todo, a luz da minha vida.

RESUMO

O objetivo desta tese é fazer uma avaliação do uso da internet (websites/blogs) pelos parlamentares das câmaras nacionais de países com características institucionais diferentes (Inglaterra, Brasil e Bélgica). Examinaremos a relação entre, o contexto *off-line*, isto é, variáveis que se referem ao tipo de governo, o sistema eleitoral, o subtipo de sistema eleitoral e o sistema partidário dos países onde os parlamentares atuam, e por outro, o uso da internet por tais elites. Em termos mais amplos, interessa pesquisar de que forma as características institucionais dos países estão associadas à veiculação de conteúdo nos websites parlamentares. Para analisar esse conteúdo, investigamos sobre o conceito de representação política, a fim de construir diversas “ênfases de representação política” possíveis de serem encontradas nos websites. Quanto à escolha da abordagem teórica, optamos por uma explicação, do fenômeno em questão, centrada na perspectiva teórica neo-institucionalista, especialmente a escola de pensamento institucionalismo da escolha racional. Nossas hipóteses são: (i) em aqueles sistemas que combinam - eleição majoritária, maioria simples, distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários - espera-se que o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase na posição do partido e no fortalecimento da relação com o eleitor. E menos ênfase em políticas localistas e de desempenho pessoal; (ii) em aqueles sistemas que combinam - eleição proporcional, lista aberta, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários - espera-se que o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase no seu desempenho pessoal e em políticas localistas. E menos ênfase na posição do partido, assim como no fortalecimento da relação com o eleitor; (iii) em aqueles sistemas que combinam eleição proporcional, lista fechada, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários - espera-se que o parlamentar disponibilize através de seu website um modelo de representação com ênfase tanto na posição do partido e na relação com o eleitor, quanto no desempenho pessoal e em políticas localistas. Para o tratamento dos dados, empregamos duas técnicas estatísticas multivariadas: a análise fatorial e o teste de componentes principais. Através da análise fatorial foi possível testar nossa hipótese da existência de ênfases de representação política (RP) viabilizados pelos deputados em seus websites. As elites das diferentes casas legislativas não se comportam de maneira homogênea na web. Isto é, apresentam ênfases de RP diversas. Dentre os resultados, cabe destacar que o teste de componentes principais apresentou maior associação da Inglaterra com a ênfase de “vínculo do parlamentar com o eleitor”, como previsto. Por outro lado, maior associação dos parlamentares brasileiros com a ênfase em “desempenho localista do parlamentar”, como esperado. E por fim, os deputados da Bélgica apresentaram ênfases no “vínculo do parlamentar com o partido” e “desempenho do parlamentar na câmara de deputados”, combinando os dois pólos de ênfases.

Palavras-chave: representação política; internet e política; elites parlamentares; sistemas políticos, variáveis institucionais.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es realizar una evaluación del uso de internet (websites/blogs) pelos parlamentarios de cámaras nacionales de países con características institucionales diferentes (Inglaterra, Brasil e Bélgica). Examinaremos, la relación entre, el contexto *off-line*, o sea, variables que se refieren al tipo de gobierno, sistema electoral, subtipo de sistema electoral y sistema partidario de los países, donde los diputados actúan y, por otro, el uso de internet por tales elites. En términos más amplios, interesa investigar de qué forma las características institucionales de los países están asociadas a los contenidos colocados en los websites parlamentarios. Para analizar ese contenido, investigamos sobre el concepto de representación política a fin de construir diversos “énfasis de representación política” posibles de ser encontrados en los websites. Con relación al abordaje teórico, optamos por una explicación del fenómeno centrado en la perspectiva neo-institucionalista, especialmente, la escuela de pensamiento institucionalista de la escuela racional. Nuestras hipótesis son: (i) en aquellos sistemas que combinan – elección mayoritaria, distritos electorales de baja magnitud y sistemas bipartidaristas - se espera que el parlamentario difunda a través de su website un modelo de representación con más énfasis en la posición del partido y en el fortalecimiento de la relación con el elector. Y menos énfasis en su desempeño personal y en políticas localistas; (ii) en aquellos sistemas que combinan – elección proporcional, distritos electorales de alta magnitud, lista abierta y sistemas multipartidaristas - se espera que el parlamentario difunda a través de su website un modelo de representación con más énfasis en su desempeño personal y en políticas localistas. Y menos énfasis en la posición del partido, así como en el fortalecimiento de la relación con el elector; (iii) en aquellos sistemas que combinan – elección proporcional, distritos electorales de alta magnitud, lista cerrada y sistemas multipartidaristas - se espera que el parlamentario difunda a través de su website un modelo de representación con énfasis tanto en la posición del partido y en el fortalecimiento de la relación con el elector, cuanto en su desempeño personal y en políticas localistas. Para el tratamiento de los datos, utilizamos dos técnicas estadísticas multivariantes: análisis factorial y el test de componentes principales. A través del análisis factorial fue posible testar nuestra hipótesis de la existencia de énfasis de representación política (RP) divulgados por los diputados en sus websites. Las elites de las diferentes casas legislativas no se comportan de manera homogénea en la web. O sea, presentan énfasis de RP diversas. Entre los resultados, cabed estacar que, el test de componentes principales presentó mayor asociación de los parlamentarios de Inglaterra con el énfasis de “vínculo del parlamentar con el elector”, cómo previsto. Por otro lado, mayor asociación de los diputados brasileños con el énfasis en “desempeño localista del parlamentar”, cómo esperado. Y por fin, los parlamentarios de Bélgica presentaron énfasis en “vínculo del parlamentar con el partido” y en “desempeño do parlamentar en la cámara de diputados”, combinando los dos polos de énfasis.

Palabras claves: representación política; internet y política; elites parlamentarias; sistemas políticos, variables institucionales.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MODELOS DE REPRESENTAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS SEGUNDO PHILLIP NORTON	58
QUADRO 2 - MÉTODOS QUANTITATIVOS E MÉTODO CONFIGURACIONAL	77
QUADRO 3 - RELAÇÃO DE PAÍSES E VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS	78
QUADRO 4 - RELAÇÃO DE PAÍSES, DADOS DE UNIVERSO E AMOSTRA	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SEXO POR PAÍS.....	89
TABELA 2 - FAIXA ETÁRIA POR PAÍS	91
TABELA 3 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR PAÍS	92
TABELA 4 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA POR PAÍS	94
TABELA 5 - USO DE MÍDIAS SOCIAIS POR PAÍS	94
TABELA 6 - EIGENVALUES E VARIÂNCIA ACUMULADA	97
TABELA 7 - COMUNALIDADES	98
TABELA 8 - MATRIZ ROTACIONADA (VARIMAX)	99
TABELA 9 - V91 - POLÍTICAS DE PODER ALOCATIVO	100
TABELA 10 - V92 - INFRAESTRUTURA – CONSTITUENCY	101
TABELA 11 - V93 - RECURSOS CONSTITUENCY	101
TABELA 12 - V94 - FOTOS DO POLÍTICO INAUGURANDO INFRAESTRUTURA.....	102
TABELA 13 - V95 - ÊNFASE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	102
TABELA 14 - V66 - LEGENDA DO PARTIDO/PÁGINA INICIAL.....	103
TABELA 15 - V68 - LOGO DO PARTIDO	103
TABELA 16 - V69 - LINK PARA O SITE NACIONAL DO PARTIDO	104
TABELA 17 - V81 - INFORMAÇÃO SOBRE AJUDA AO ELEITOR	105
TABELA 18 - V82 - PERGUNTAS SOBRE A ATIVIDADE DO DEPUTADO.....	105
TABELA 19 - V108 - DESTAQUE PARA AS COMISSÕES	106
TABELA 20 - V115 - RELATORIAS E MOÇÕES	106

TABELA 21 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO	109
TABELA 22 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO	109
TABELA 23 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO	112
TABELA 24 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO	112
TABELA 25 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR.....	115
TABELA 26 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR.....	116
TABELA 27 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR.....	118
TABELA 28 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR.....	118
TABELA 29 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	121
TABELA 30 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E	

FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	121
TABELA 31 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	123
TABELA 32 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	124
TABELA 33 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR.....	127
TABELA 34 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR.....	127
TABELA 35 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR.....	129
TABELA 36 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR.....	130
TABELA 37 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEIS SISTEMAS E FATORES REPRESENTAÇÃO POLÍTICA....	134

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRIMEIRA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS.....	84
FIGURA 2 - SEGUNDA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS.....	85
FIGURA 3 - TERCEIRA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS.....	85
FIGURA 4 - RESULTADOS DO TESTE – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO	132
FIGURA 5 - RESULTADOS DO TESTE – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR	132
FIGURA 6 - RESULTADOS DO TESTE – DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA	132
FIGURA 7 - RESULTADOS DO TESTE – DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR	133
FIGURA 8 - WEBSITE DA DEPUTADA LORELY BURT (LIBERAL DEMOCRACY)	136
FIGURA 9 - WEBSITE DO DEPUTADO ELEUSES PAIVA (PSD).....	137
FIGURA 10 - WEBSITE DA DEPUTADA FERNANDEZ FERNANDEZ JULIE (PS).....	137
FIGURA 11 - WEBSITE DA DEPUTAD JONATHAN ASHWORTH (<i>LABOUR PARTY</i>)	139
FIGURA 12 - WEBSITE DA DEPUTAD ALUN CAIRNS (<i>CONSERVATIVE PARTY</i>)	140
FIGURA 13 - WEBSITE DO DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (<i>PSDB</i>)	141
FIGURA 14 - WEBSITE DA DEPUTADA ZUHAL DEMIR (NVA)	142
FIGURA 15 - WEBSITE DO DEPUTADO LEOPOLDO MEYER (<i>PSB</i>)	143
FIGURA 16 - WEBSITE DO DEPUTADO JORGINHO MELLO (<i>PR</i>)	144

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS DIFERENTES VISÕES DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	20
2.1 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA COMO ATIVIDADE: MANDATO LIVRE VERSUS MANDATO IMPERATIVO	22
2.1.1 Burke e o mandato independente: governo da sabedoria e da razão	24
2.1.2 A representação sob a ótica da perspectiva liberal dos federalistas	27
2.2 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	30
2.2.1 A ampliação do sufrágio e a democracia liberal	30
2.2.2 A democracia de partidos modernos de massa	33
2.3 A REPRESENTAÇÃO E A <i>ACCOUNTABILITY</i> : A PRESTAÇÃO DE CONTA DOS MANDATOS.....	39
2.4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS E A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	44
3 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, INTERNET E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO	49
3.1 INTERNET, PARLAMENTARES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	50
3.2 VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	62
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	75
4.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	75
4.2 DADOS.....	86
5 RESULTADOS.....	89
5.1 DADOS DESCRITIVOS	89
5.2 ANÁLISE FATORIAL.....	95
5.3 TESTE DE COMPONENTES PRINCIPAIS.....	107
5.3.1 Teste de Componentes Principais: fator “vínculo do parlamentar com o partido” e variável “eficiência e representatividade no sistema”	108
5.3.2 Teste de Componentes Principais: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” e variável “eficiência e representatividade no sistema”	114
5.3.3 Teste de Componentes Principais: fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” e variável “eficiência e representatividade no sistema”	120
5.3.4 Teste de Componentes Principais: fator “desempenho localista do parlamentar” e variáveis “eficiência e representatividade no sistema”	126

5.4 AS DIVERSAS ÊNFASES DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS WEBSITES PARLAMENTARES	135
5.4.1 Ênfase de representação “vínculo do parlamentar com o partido”	135
5.4.2 Ênfase de representação “vínculo do parlamentar com o eleitor”	138
5.4.3 Ênfase de representação “desempenho do parlamentar na Câmara dos Deputados”	141
5.4.4 Ênfase de representação “desempenho localista do parlamentar”	143
 6 CONCLUSÃO	 146
 REFERÊNCIAS.....	 153
ANEXOS	163

1 INTRODUÇÃO

Uma das dificuldades que todo cientista social enfrenta no decorrer de uma pesquisa é o fato de que no “mundo real” uma grande quantidade de variáveis possui estreita relação entre si. Isso se traduz em que pode haver tantas teorias e explicações como pessoas que as formulem, resultantes das valiosas construções teóricas existentes na área. Toda justificativa é permeada pela história de vida de uma pessoa, suas construções de referência, assim como pelos processos de aprendizagem. Como argumenta Wright Mills “A ciência é inseparável da vida pessoal” (WRIGHT MILLS, 1965), e foi assim que uma série de questionamentos surgidos no processo de elaboração da dissertação de mestrado nos levou a escolher o objeto de pesquisa desta tese e a elaborar a problemática. Esta pesquisa, portanto, se insere em, e pretende contribuir para, o debate sobre a relação do contexto institucional e a presença on-line das elites parlamentares sob a ótica mais estrita da ciência política e da sociologia. O interesse em analisar o uso da internet pelos atores nos sistemas políticos vem se desenvolvendo notadamente no âmbito acadêmico. Há, no entanto, uma necessidade de se realizar estudos comparativos e se aperfeiçoar as técnicas de análise dos websites parlamentares. Principalmente porque, sobretudo a partir da última década, os políticos que atuam em democracias representativas têm utilizado cada vez mais websites pessoais e institucionais, assim como as mídias sociais, com objetivos políticos. Este fenômeno tem gerado abundantes reflexões acerca dos impactos mais amplos da internet nos sistemas políticos democráticos, especialmente as empreendidas sobre a ótica da sociologia e da ciência política

Devemos mencionar a existência de um corpo de literatura sobre a utilização da internet pelos parlamentos em vários países do mundo (LESTON-BANDEIRA, 2007; LESTON-BANDEIRA; WARD, 2008). Nesse sentido, também merecem destaque, os estudos sobre internet e elites parlamentares empreendidos sob a ótica mais estrita da ciência política e da sociologia (TRECHSEL et al., 2003, ZITTEL, 2003; JACKSON, 2006; NORTON, 2007; LILLEKER; JACKSON, 2007; ZITTEL, 2009; WILLIAMSON, 2009). Estes estudos estão mais interessados em apreender os efeitos da internet sobre os processos de representação política nas democracias

contemporâneas, abordando alguns aspectos que não são enfocados pelos estudos que partem da ótica da comunicação política (ALPERIN; SCHULTZ, 2003; DADER, 2003). Os analistas que partem dessa ótica de trabalho, se preocupam predominantemente nos potenciais da internet para promover um maior engajamento dos cidadãos no processo deliberativo, assim como uma maior “participação” dos cidadãos no sistema político.

Para os fins desta tese, resulta fundamental mencionar um tipo de estudo que influenciou de perto a elaboração desta pesquisa, ou seja, trabalhos interessados nos múltiplos aspectos das democracias contemporâneas, especialmente nos impactos da internet no processo de representação política. Esse tipo de estudo, caracterizados como *inside approach* por alguns analistas (LESTON-BANDEIRA, 2007), busca aprofundar a reflexão sobre os impactos da internet no funcionamento da instituição parlamentar em suas múltiplas dimensões e funções desempenhadas (representação, educação, resolução de conflitos, legislação, escrutínio e legitimação), bem como nos processos de representação política que vinculam os membros do parlamento aos cidadãos comuns (ZITTEL, 2003; NORTON, 2007; COLEMAN, 2005; COLEMAN; BLUMLER, 2009; KARLSSON, 2011; LILLEKER, 2013). Dentre os autores que compartilham a preocupação em desenvolver um *inside approach* sobre os impactos das NTICs nos órgãos parlamentares, podemos destacar Thomas Zittel que, em vários de seus estudos (ZITTEL, 2003, 2004, 2009), da mesma maneira que Leston-Bandeira, sustenta a necessidade de estudar o contexto *off-line* dos parlamentos, sendo os sistemas eleitorais e a cultura política (especialmente) fatores que influenciam o uso da rede pelos parlamentares.

É justamente aqui que nosso objeto de pesquisa se coloca. Tivemos como intuito investigar, a relação entre, por um lado, o contexto *off-line*, isto é, variáveis que se referem ao tipo de governo, o sistema eleitoral, o subtipo de sistema eleitoral e o sistema partidário dos países onde os parlamentares atuam, e, por outro, o uso da internet por tais elites. Analisamos 487 websites/blogs parlamentares que integram as casas legislativas nacionais da Inglaterra, do Brasil e da Bélgica. A escolha dos países justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de delimitar geograficamente nosso objeto, na medida em que resultaria inviável realizar uma pesquisa de todos os websites parlamentares atuantes em países com sistemas de

governos diferentes. Optamos por pesquisar uma série de websites parlamentares de alguns países, onde, por levantamento preliminar, se evidenciou um uso deste mecanismo. Em segundo lugar, pelo interesse em investigar o uso da internet por determinados segmentos das elites políticas de países com características institucionais diferentes, possibilitando assim verificar a relação entre determinadas características institucionais dos sistemas políticos e o uso da internet pelos atores que deles fazem parte.

Em termos mais amplos, interessa pesquisar de que forma as características institucionais dos países influenciam a veiculação de conteúdo nos websites parlamentares. Para analisar esse conteúdo investigamos o conceito de representação política, que é bastante polêmico e complexo no campo da ciência política. Portanto, tivemos como intuito fazer um levantamento dos diversos sentidos que os autores têm dado àquele conceito a fim de construir as diversas “ênfases de representação política” possíveis de serem encontradas nos websites. Partimos da categorização realizada por Pitkin (1967) em trabalho seminal sobre o conceito de representação política. A escolha por esta A autora (2015) como ponto de partida não é original, vários autores dedicados ao estudo da representação política mencionam a Pitkin em seus trabalhos (LOUREIRO, 2009; GIL KINZO, 1978; MIGUEL, 2003, URBANATI, 2006).

Quanto à escolha da abordagem teórica, optamos por uma explicação do fenômeno em questão, centrada na perspectiva teórica neo-institucionalista, especialmente, o institucionalismo da escolha racional. Tal perspectiva privilegia as regras ou procedimentos institucionais e seus efeitos sobre as decisões dos indivíduos. Para Hall e Taylor (2003), o comportamento dos indivíduos é determinado por um cálculo estratégico, onde esse cálculo é influenciado pelas expectativas daqueles em relação ao comportamento de outros indivíduos. As instituições têm o efeito de estruturar o comportamento e, dessa maneira, reduzir a incerteza com relação ao comportamento de outros indivíduos. Portanto, consideramos relevante o papel das regras, procedimentos ou normas formais na capacidade de induzir o comportamento dos indivíduos. Nosso pressuposto é o de se considerar certas características institucionais e o uso de websites/blogs pelos

parlamentares para investigar e refletir, de modo mais amplo, o comportamento dos parlamentares na internet

Quanto à importância do nosso tema, esta se justifica pelo fato de que incluir as variáveis institucionais viabiliza uma proposta de investigação, que tenta ir além de uma mera descrição dos conteúdos on-line disponibilizados pelas elites parlamentares através dos websites. A proposta de análise pretende ser de cunho explicativo, na medida em que essas características institucionais são fatores que podem ajudar a entender a utilização da internet por parte das elites parlamentares.

A estratégia metodológica foi estruturada no sentido de desenvolver instrumentos que possibilitassem uma análise comparada do uso da internet pelas elites parlamentares em contextos institucionais diferentes. Portanto, se trabalhou com uma pesquisa de abordagem quantitativa, o universo empírico foi constituído por uma amostra estratificada dos parlamentares que possuíam websites à época do levantamento: o período entre os meses de janeiro a maio de 2014. Este tipo de amostra tem como intuito assegurar a representatividade da população. Em termos práticos, se divide a população em estratos, conforme as variáveis que são consideradas relevantes para o pesquisador. Assim sendo, nossa metodologia se constituiu por duas etapas básicas: a primeira se caracterizou pelo levantamento bibliográfico e pela revisão da literatura; e a segunda, após a pesquisa bibliográfica, se configurou com a pesquisa empírica. Esta, por sua vez, se dividiu também em duas partes fundamentais. Em um primeiro momento, realizamos um levantamento inicial dos websites/blogs dos parlamentares nos portais das casas legislativas e, concomitantemente, buscamos os websites das elites através de buscadores na internet. Em seguida, aplicamos algumas estratégias de investigação derivadas da ideia de ênfases de representação política para analisar certas dimensões nos websites e blogs dos parlamentares (NICOLÁS, 2009; RICKEN, 2011; BRAGA et al., 2013; BECHER, 2013).

Para abordar a problemática desta tese, organizamos nossa exposição da seguinte forma:

No segundo capítulo, “As diferentes visões do conceito de representação política”, procuramos trazer as discussões que dizem respeito às diversas dimensões do conceito de representação política. O objetivo é fazer um levantamento teórico dos vários sentidos que os autores têm dado ao conceito que, constituirá a base para a construção das categorias analíticas. Não é nossa intenção abranger toda a discussão contemporânea sobre o conceito de representação política, apenas apontar algumas dimensões que são consideradas centrais. Paralelamente, assinalaremos algumas questões de investigação que serão utilizadas como fio condutor das hipóteses de pesquisa.

No terceiro capítulo, “Representação política, internet e instituições democráticas: construção das hipóteses de trabalho” se buscará avançar na reflexão sobre uma série de estudos que influenciaram mais de perto a elaboração desta tese, ou seja, estudos empreendidos a partir da ótica mais estrita da sociologia e da ciência política. O objetivo é desenvolver algumas questões teóricas e empíricas que, serviram de inspiração para a construção das nossas variáveis dependentes e independentes. Além disso, busca apresentar algumas ideias e proposições gerais que orientam a realização do presente trabalho. E, nesse sentido, a partir do diálogo com as dimensões que foram apontadas no capítulo anterior da representação política, serão apresentadas as hipóteses de trabalho que orientaram nosso estudo.

No quarto capítulo, “Procedimentos metodológicos da pesquisa”, apresentaremos a relação dos procedimentos metodológicos, isto é, o método e as técnicas que foram utilizadas nesta tese. A escolha foi por uma pesquisa quantitativa, na qual utilizamos instrumentos formais de coleta e sistematização dos dados e focalizamos em alguns conceitos inter-relacionados com o intuito de construir uma série de hipóteses, ou seja, uma série de ideias preconcebidas a partir da literatura que informa esta tese.

No quinto capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa. Utilizamos duas técnicas de análise multivariada: a análise fatorial e o teste de componentes principais para o tratamento dos dados. A primeira técnica permitirá conferir as diversas ênfases de representação política disponibilizadas nos websites pelos parlamentares. Já o teste de componentes principais é utilizado para encontrar relações entre as variáveis, assim como, entre as categorias que integram cada

variável. O teste é indicado quando o modelo possui mais de duas variáveis e, também, quando algumas ou todas forem ordinais. Na sequência, serão exemplificadas as ênfases de representação política através de imagens/fotografias dos websites/blogs dos parlamentares. O intuito será apresentar visualmente as diversas ênfases de comportamento dos parlamentares.

E, por fim, na conclusão realizaremos uma discussão dos resultados obtidos, com o objetivo de elaborar uma reflexão que integre nossas orientações teóricas e os achados numa perspectiva coerente. O intuito será interpretar os resultados além de assinalar frentes de pesquisa surgidos a partir da análise.

2 AS DIFERENTES VISÕES DO CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A questão central para entender a concepção da democracia dos antigos e a democracia moderna é captar que o titular do poder político sempre foi o “povo”, a quem cabe o direito de levar adiante as decisões coletivas. O que se modificou drasticamente ao longo dos séculos foi o modo de exercer esse direito. O significado descritivo geral do termo não se modificou, embora o seu significado valorativo se altere conforme as correntes teóricas (BOBBIO, 2000). Os princípios centrais do governo representativo foram estabelecidos no século XVIII, num contexto em que resultava necessário frear a democracia e constituir um governo limitado. Nesse sentido, a soberania popular, cerne das democracias representativas, é entendida como um princípio regulador que guia a decisão política dos cidadãos (URBANATI, 2006). Entender a representação política na contemporaneidade é captar que a inclusão política foi central no que diz respeito à representatividade, isto é, a ampliação do sufrágio e o acesso dos cidadãos às decisões políticas. Diante desse cenário de conceitos e perspectivas, a representação política tem sido utilizada em diversos sentidos, sendo um termo complexo e polêmico. “That representation is today a significant and widely used concept need hardly be argued. In modern times almost everyone wants to be governed by representatives (although not necessarily by a conventional representative government)” (PITKIN, 1967, p. 2). O termo tem uma centralidade no campo da ciência política. O modelo hegemônico de representação política que, se afixou no século XX atrelou o legislativo como o centro da representação. Nesse sentido, as eleições e os partidos de massas foram contemplados como dimensões de mediação e coordenação da relação de representação, isto é, como elementos de medição na relação entre representantes e representados (LAVALLE et al., 2006).

Neste capítulo inicial, teremos como intuito trazer as discussões que dizem respeito às diversas dimensões do conceito de representação política. O objetivo é fazer um levantamento teórico dos vários sentidos que os autores têm dado ao conceito de representação política e que será a base para a construção das categorias analíticas. Partimos da categorização realizada por Pitkin (1967), em

trabalho seminal sobre o conceito de representação política. A escolha por esta autora (2015) como ponto de partida não é original, tendo em vista que vários autores que se dedicaram ao estudo da representação política mencionam a Pitkin em seus trabalhos (GIL KINZO, 1978; MIGUEL, 2003; LOUREIRO, 2009; URBANATI, 2006). Pitkin rejeita a visão ortodoxa e propõe uma concepção da representação política substantiva, isto é, como um arranjo institucional público. A autora (2015) opera com um deslocamento, por um lado, da relação entre duas pessoas (representante e representado) e, por outro, da visão do representante como um delegado dos assuntos públicos (LOUREIRO, 2009). Para desenvolver sua crítica, Pitkin distingue quatro visões de representação: (i) Formalista ou centrada na autoridade: entendida a representação com autorização prévia. A questão da autoridade reflete a ideia de agir em nome de outros. “Hobbes parte da noção de que, tendo um homem direito de executar uma ação, este homem pode executá-la ou pode autorizar a alguém fazê-la por ele” (KINZO, p. 5, 1978); (ii) Descritiva: parte-se da ideia de um reflexo de algo que se quer trazer presente. A preocupação principal é com a correspondência de características entre corpo representativo e representado; (iii) Simbólica: parte da premissa na utilização de símbolos com o fim de trazer presente alguma coisa, que de fato, não esteja. Um símbolo representa tão somente porque nós dizemos que ele representa, o que equivale a dizer que a representação simbólica só existe se alguém acredita nela; (iv) Substantiva: a proposta apresentada por Pitkin versa em duas questões fundamentais, a primeira é conceber a representação como uma atividade, isto é, que mais do que uma relação entre dois termos. A segunda é conceber a representação de modo substantivo, o que equivale a dizer como a atividade representativa se diferencia de outras situações, na qual uma pessoa age em nome de outras. “[...] é fundamental ter uma concepção substantiva da representação que indica o que o representante faz (*acting for*) e o que o representante é (*standing for*)” (LOUREIRO, 2003, p. 67). Para os fins deste trabalho, num primeiro momento discutiremos a ideia do conteúdo da representação política através da controvérsia entre mandato imperativo e mandato livre. Entender a representação política como uma “atividade” é, por um lado, captar aquilo que está sendo representado. E por outro, perceber como os interesses e desejos são concebidos pelos representantes. Os parlamentares podem ser apenas

porta-vozes dos interesses em disputa nas sociedades, ou bem, agir conforme os próprios julgamentos de forma independente aos desejos dos representados

Num segundo momento, o foco será a democracia representativa. Por um lado, abordaremos a questão da ampliação do sufrágio e, por outro, o surgimento dos modernos partidos de massa. Com relação à primeira dimensão, para boa parte dos liberais durante o século XIX, o mecanismo ameaçava a estabilidade dos fundamentos dos Estados liberais, podendo favorecer a “tirania da maioria”. Stuart Mill foi um dos pensadores que, ao contrário do pensamento hegemônico, promoveu a ampliação do sufrágio dentro de alguns requisitos. Paralelamente, será apresentada a discussão sobre o surgimento dos partidos de massas que veio a transformar a relação entre representantes e representados. Outro autor que junto a Pitkin é considerado seminal nos estudos de representação política é Bernard Manin. Ele realiza uma reconstrução histórica das origens do governo representativo, onde, especificamente neste ponto chamaremos a atenção nas características do que ele denomina “democracia de partidos”.

No ponto seguinte, será introduzido o conceito de *accountability*, que se refere à necessidade dos políticos prestarem contas do mandato e se submeterem ao julgamento dos cidadãos. Considera-se que seja uma dimensão que limita e restrinja o comportamento dos representantes. Na sequência, abordaremos a relação entre a democracia e os meios de comunicação na contemporaneidade e seus impactos na representação política. O intuito é captar os meios de comunicação como uma esfera da representação política, na medida em que, se constituem em espaços nos quais são disseminadas visões e projetos dos diversos grupos em disputa da sociedade.

Não será nossa intenção abranger toda a discussão contemporânea sobre o conceito de representação política, mas apenas apontar algumas dimensões que são consideradas centrais. Passaremos, em seguida, a assinalar algumas questões de pesquisa que serão utilizadas como fio condutor das hipóteses que informam este trabalho.

2.1 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA COMO ATIVIDADE: MANDATO LIVRE VERSUS MANDATO IMPERATIVO

A representação política, entendida como uma “atividade” exercida por um representante relaciona-se ao conteúdo do que está sendo representado. Por um lado, é averiguar qual o papel do representante no parlamento. E, por outro, captar como os desejos e interesses são concebidos pelo representante a fim de orientar a atividade no corpo legislativo (KINZO, 1978). A controvérsia sobre essas questões diz respeito à posição assumida pelo representante no parlamento. Ou bem o mandato pode ser exercido de forma imperativa, a representação acontece porque o representante faz o que seus constituintes almejam. Ou então, o representante é livre para realizar seus próprios julgamentos, a representação se efetiva porque o representante é independente para agir conforme sua avaliação. Este dilema expõe uma questão presente no debate sobre a representação política, a saber, a institucionalização da representação não garante a representatividade ou a direta correspondência com a vontade ou interesses dos representados (LAVALLE et al. 2006).

A discussão sobre o mandato imperativo e mandato livre se desenvolveu historicamente. Na idade média, a legitimidade dos mandatos não se constituía sequer numa questão a ser problematizada. As assembleias dos Estados estavam constituídas por mandatários, oradores de um burgo ou comunidade. Estes não tinham nenhum poder de decisão autônoma, eram simplesmente portadores das reivindicações do estrato ao qual pertenciam (KINZO, 1978). Aqueles que integravam o corpo político ou nação faziam parte das assembleias, e a prática da representação era meramente privatista. A visão começou a ser questionada, em parte com as ideias propagadas no Parlamento do século XVII e as assembleias constituintes do século XVIII. A exigência girava em torno da perspectiva de que os ocupantes do corpo legislativo deveriam exercer atividades que contemplassem a representação da soberania do povo (ARATO, 2002). A visão de que o representante não deveria ser meramente um orador da sua corporação pode ser

rastreada tanto na constituição francesa de 1791¹, quanto na obra do parlamentar inglês Burke, algumas décadas antes (KINZO, 1978). Por outro lado, tais ideias também estavam presentes na Convenção Constitucional de Filadélfia de 1787 (Estados Unidos), cujos protagonistas, Madison, Hamilton e Jay, deram a conhecer os fundamentos do sistema representativo na obra “*O Federalista*”. Embora com diferenças entre as visões, a ideia do papel do parlamentar sendo um simples orador era questionada.

A seguir, abordaremos os pressupostos teóricos que sustentam a controvérsia entre o mandato livre e independente. Discutiremos, em primeiro lugar, a teoria da representação em Burke, que adere à ideia do mandato independente. Na sequência, discute-se a perspectiva do liberalismo presente nos pensamentos dos federalistas, que sustentam a visão da representação imperativa.

2.1.1 Burke e o mandato independente: governo da sabedoria e da razão

Edmund Burke, político e pensador inglês, considerado uma das primeiras referências do conservadorismo moderno², ocupou uma cadeira na Casa dos Comuns por mais de 25 anos, durante a segunda metade do século XVIII. Embora não tenha escrito uma teoria ou ensaio sobre política, o discurso “*Speech to the electors of Bristol*”, direcionado aos eleitores da cidade onde foi eleito, é resgatado (PITKIN, 1967; KINZO, 1978) para se entender qual era o papel do representante que estava sendo proclamado na época. Burke defende a independência da

¹ Viera e Runciman (2008) analisam as ideias propagadas na Revolução Francesa, precisamente as visões de Seyès que reivindicavam a revisão do conceito de representação política. O objetivo último era incorporar a noção de que a vontade política deveria ser reivindicada pelo terceiro estado (povo) por dois motivos principais: “[...] first, they produced everything of real value (the clergy and nobility, by contrast, were parasites); second, they were constituted on a principle of natural equality (the clergy and nobility were nothing without their privileges). So, Sieyès concluded, the only people who could legitimately claim to act for the nation as a whole were the representatives of the third states” (VIERA; RUNCIMAN, 2008, p. 35).

² Sobre a visão conservadora no pensamento de Burke conferir o livro “Burke” de Macpherson (1980). O autor apresenta as ideias políticas e o legado intelectual do político inglês.

atividade do representante perante seus eleitores. O objetivo último é zelar pelo bem comum da comunidade conforme o julgamento do representante (WEFFORT, 2001).

O Contexto político, social e econômico da Inglaterra do século XVIII influenciou o pensamento de Burke. A monarquia absolutista já tinha se extinguido, o sistema capitalista estava a todo vapor e se afiançava como a ordem dominante e as colônias ainda geravam crescente lucro à Coroa, dentre outras questões a serem destacadas. Em termos específicos, a Inglaterra era governada pelo Jorge III, que ficou no trono por mais de 50 anos. Suas ações estiveram marcadas pela orientação de reconquistar para a Coroa o poder efetivo que tinha perdido em favor do Parlamento após as revoluções de 1688. Nessa configuração, Burke é um defensor da constituição inglesa e do regime parlamentar.

Defender a constituição inglesa era preservar o pacto pelo qual a sociedade é constituída, e este seria um imperativo para todos os indivíduos. Ademais, é preservar a tradição, a experiência do homem. Em outras palavras, defender o Parlamento como instância de exercício de poder legítimo. Isto é, o arranjo que garantia a repartição de poderes entre a Coroa e o Parlamento. A Coroa continuava sendo central no exercício do poder, no entanto, o Parlamento se erigiu como a figura que representava os interesses diversos do reino e atuava como contrapeso do poder ilimitado da monarquia (WEFFORT, 2001). Essa representação dos interesses não significava em Burke representação do “povo”, porque ele era contrário ao sufrágio universal. A inclusão não precisava levar em conta a representação de todas as clivagens do reino. *“This virtual representation is seen as an instance of Burkean elitism: even localities and people who do not vote are represented if Parliament is truly elite, for being represented merely means being governed by the elite”* (PITKIN, 1967, p. 172)³. Esta questão está relacionada com o fim último da representação no parlamento, que é defender o interesse nacional. Antes de aprofundar este quesito, cabe destacar que representação política em Burke é representação de interesses. Burke considera que dois níveis de interesses

³ Sobre a representação virtual em Burke, Lavalley et al. (2006) destacam o fato da lógica interna ser de inclusão e não exclusão, “[...] Se uma localidade dedicada à agricultura podia ser representada no parlamento, graças à empatia e à comunidade de interesses, por outra localidade com vocação econômica agrícola – daí a irrelevância de ampliar o sufrágio” (LAVALLE et al, 2006).

devem ser acolhidos no Parlamento. Por um lado, os interesses fixos, geralmente econômicos e atrelados a uma localidade. Por outro lado, o interesse também é objetivo relacionado ao interesse da nação (KINZO, 1978)⁴. Burke consegue resolver o aparente conflito entre os interesses “locais” e os interesses “nacionais”. Um interesse local, como pode ser um interesse econômico, faz parte do todo (interesse nacional) e este é descoberto pelo processo de deliberação racional no interior da casa legislativa. Para Burke o Parlamento é basicamente uma assembléia deliberativa:

Parliament is not a Congress of Ambassadors from different and hostile interests; which interests each must maintain, as an Agent and Advocate, against other Agents and Advocates; but Parliament is a deliberative Assembly of one Nation, with one Interest, that of the whole; where, not local Purposes, not local Prejudices ought to guide, but the general Good, resulting from the general Reason of the whole. (BURKE, 1987).

Os dois interesses fazem parte do mesmo processo, aparecem com a deliberação racional, são descobertos através do debate. Burke pensa a deliberação como resultado do consenso, e não em uma votação dividida, onde a maioria tende a prevalecer. O que impera são os argumentos, portanto, não importa que haja somente um único membro do Parlamento que defenda um interesse presente na localidade (PITKIN, 1967). Embora, as eleições sejam o meio específico de encontrar os membros de uma “elite natural”, instruída e sábia para empreender o debate no Parlamento, não resulta necessária uma representação assimétrica de todas as localidades do reino. (KINZO, 1978).

⁴ Para a teoria marxista, a representação está também relacionada à representação de interesses, por tanto, de certa forma aproxima-se da teoria de Burke. No entanto, na teoria marxista, a controvérsia mandato livre e imperativo corresponde a situações diferentes. A representação política é pensada em dois momentos que dependem da consciência de classe: Em primeiro lugar, o partido assume o papel de condutor do processo que objetiva realizar os interesses de uma classe, com certa independência, visto que a própria classe que eles visam expressar não tem consciência destes interesses. Em segundo lugar, quando do surgimento da sociedade socialista, neste estágio a massa operária já terá atingido a consciência de classe, e passa-se a sustentar a visão de representação delegada. Chegado nesse ponto, há uma correspondência entre a vontade coletiva e a vontade dos representantes. E ao representante cabe ser apenas o porta-voz da vontade coletiva (KINZO, 1978).

Desprende-se do pensamento de Burke três questões que nos conduzem a pensar a representação na contemporaneidade. Em primeiro lugar, a representação tende a se identificar com aqueles aptos a governar através da sabedoria e a razão. Aqueles que conseguem uma cadeira na casa legislativa pensam pelo “povo” e conduzem o destino da nação. Em segundo lugar, a deliberação, e não a soma de vontades individuais, é o que permite chegar a um consenso. E, por último, o paradoxo da presença de interesses locais e nacionais no interior dos Parlamentos diz respeito ao exercício da atividade do membro da casa. Pode se pensar, esta última questão, em termos da representação das casas legislativas. Esta questão é explicitada nas constituições modernas dos países ocidentais e, em última instância, depende das regras institucionais internas de cada país, nesse quesito, isto é, do sistema de governo, do sistema eleitoral e da própria configuração partidária. Como no caso brasileiro e na maioria dos países da América Latina, a Câmara dos Deputados representa a população de forma geral e o Senado representa as unidades da federação, os estados brasileiros.

Já a representação política para os adeptos à teoria liberal, na versão dos federalistas norte-americanos, é representação de interesses, num sentido diferente ao concebido por Burke. Especificamente, para os principais escritores das bases do sistema representativo norte-americano, Madison, Hamilton e Jay, um representante deve perseguir os interesses da sua base e não simplesmente pensar nela como advoga Burke. A seguir, iremos pontuar os eixos da visão de representação de interesses de pessoas e grupos a partir da ótica liberal dos federalistas.

2.1.2 A representação sob a ótica da perspectiva liberal dos federalistas

A obra “O Federalista” consiste numa série de artigos que foram escritos por Hamilton, Madison e Jay após a reunião de Convenção de 1787 na Filadélfia, que traçou os rumos da nova constituição dos Estados Unidos de América. A constituição defendia uma forma de governo que sustentava o princípio nacional e federal. O objetivo era construir as bases da nação, obtendo certo equilíbrio na

convivência de dois poderes estatais de porte diferenciado, os Estados e a União. O pacto federal tinha como intuito assegurar o desenvolvimento comercial do país (WEFFORT, 2001). O fim último dos governos é a proteção da diversidade das faculdades dos homens, ou seja, a origem do direito da propriedade. A preservação da propriedade é a ante-sala e condição primária para o desenvolvimento do país, questão fundamental para a perspectiva liberal⁵.

Para captar a ideia de representação política na versão liberal dos federalistas é necessário entender a noção de facção. A pluralidade de interesses decorre da existência da fragmentação dos diversos grupos na sociedade. Estes interesses são subjetivos, mutáveis e múltiplos e resultam da diversidade das faculdades humanas. E frequentemente são contra os interesses da nação. Tais interesses são assemelhados ao termo facção, e pode se perceber uma conotação negativa na visão dos autores:

Entendo por facção uma reunião de cidadãos, que formem a maioria ou a minoria de todo, uma vez que sejam unidos e dirigidos pelo impulso de uma paixão ou interesse contrário aos direitos dos outros cidadãos, ou ao interesse constante e geral da sociedade. (HAMILTON, MADISON, JAY, 2003, p. 60).

Parece existir um paradoxo entre a existência das facções, sua necessidade de proteção e combate, quando estas se tornam um mal para a nação. Para os autores, não é possível combater as causas das facções porque resultam principalmente da desigual distribuição da propriedade, que em última instância diz respeito a interesses necessários para o progresso econômico do país:

É de necessidade que entre as nações civilizadas se formem interesses de agricultura, interesses de manufaturas, interesses

⁵ Por excederem os objetivos do trabalho não aprofundaremos nos fundamentos da perspectiva liberal. Embora, considera-se que um dos pontos a destacar na relação entre democracia representativa e Estado liberal seja a soberania popular. A extensão do sufrágio universal foi o que permitiu tornar possível, ao menos em termos de fórmula política, a participação de um maior número de pessoas na escolha dos representantes (BOBBIO, 2000). A questão do sufrágio universal será retomada no próximo ponto com mais detalhe.

de comércio, interesses capitalistas e outros menos importantes que dividem a sociedade em diferentes classes com vistas e sentimentos diferentes. (HAMILTON, MADISON, JAY, 2003, p. 61).

A questão é corrigir os efeitos que possam vir a causar. O único caminho possível para atingir o fim anterior é através da República, pois o sistema representativo possui os mecanismos necessários para neutralizar as facções que possam ser um mal para a nação. Neste ponto é que alguns comentadores de Madison encontram similitudes com o elitismo de Burke. O sistema representativo permite que sejam escolhidos homens para ocupar os cargos de direção, desprovidos de paixões e com uma qualidade superior de debate à luz da razão. Com essas qualidades superiores, eles são capazes de tornar as facções inofensivas e impedir sua proliferação (PITKIN, 1967).

O sistema representativo compreende uma série de características superiores em face da democracia pura, o que impulsiona a defesa férrea dos federalistas. Em primeiro lugar, o sistema é mais inclusivo, pois permite que o povo delegue a um número pequeno de indivíduos os poderes de condução da nação. Isto permite aumentar o território geográfico e o número de cidadãos sob jurisdição de um único governo. Em segundo lugar, decorre da questão anterior que, através das eleições, que atuam como um filtro, os indivíduos mais aptos serão escolhidos e terão a sabedoria para distinguir o verdadeiro interesse da pátria, sendo imunes a considerações momentâneas. Em terceiro lugar, cabe destacar que o princípio da decisão da maioria e a divisão de poderes funcionam como *check and balances*, prevenindo o abuso de poder, a corrupção e a tirania.

A terceira característica distintiva se constitui na principal contribuição para neutralizar as facções. Embora o número de interesses em conflito possa se multiplicar, como resultado de uma quantidade maior de cidadãos, estes podem se neutralizar de forma recíproca. Ou bem não existe um interesse que possa reunir a maioria ou, no caso de que exista, resulta muito difícil seu acionamento. Em última instância, o controle de uma única facção se torna inviável, ou seja, se impede que qualquer interesse particular venha suprimir a liberdade (WEFFORT, 2001).

Das questões apontadas, destaca-se que a representação para os federalistas está relacionada com a possibilidade de incluir na casa legislativa, através da escolha dos representantes, os diversos interesses ou facções presentes na sociedade. Estes interesses serão debatidos e barganhados a fim de evitar que um deles venha a dominar em detrimento de outros.

Tanto Burke quanto os pensadores federalistas discutem sobre o conteúdo da representação política, sobre o exercício da atividade do representante. A questão é se esse conteúdo se identifica com o que se supõe que a base eleitoral busca ou não. A controvérsia sobre os interesses locais/ nacionais, sobre o mandato independente/imperativo tende a colocar as perspectivas como se fossem excludentes. De fato, o que acontece é que o próprio conceito de representação carrega essa ambigüidade e, por este motivo se converte em um falso problema (KINZO, 1978; Pitkin, 1967). No entanto, não cabe dúvida que essas questões tiveram um peso importante no desenho das regras institucionais que definem a quantidade, a escolha e as funções dos representantes legislativos nos Congressos nacionais das democracias ocidentais contemporâneas.

Os federalistas consideravam que as facções ou partidos podiam ser uma ameaça à nação. Os governos representativos (inglês, francês, norte-americano) foram instalados sem a presença dos partidos políticos modernos. Após a segunda metade do século XIX, o governo representativo passou por várias mudanças, dentre as quais se destacam o direito ao sufrágio universal, que foi ampliado para os indivíduos antes excluídos da participação política, e o surgimento dos partidos de massa (MANIN, 1995). No próximo ponto iremos deter a atenção no surgimento destes fenômenos, que são considerados componentes essenciais das democracias representativas contemporâneas.

2.2 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

2.2.1 A ampliação do sufrágio e a democracia liberal

No decorrer do século XIX, o sufrágio universal, antes de se materializar nas democracias europeias e norte-americanas, despertava reações contrárias. Para boa parte dos liberais (tais como Burke e Madison), tal instrumento poderia contribuir para a “tirania da maioria” e, nesse sentido, corroer os princípios da liberdade humana e a proteção da propriedade privada. O pano de fundo da discussão era saber em que medida a democracia era compatível com esses princípios não negociáveis dos liberais (ARAUJO, 2002). No entanto, houve pensadores que promoveram uma ampliação do sufrágio, como é o caso do inglês Stuart Mill. O intelectual viveu o apogeu da Revolução Industrial na Inglaterra, o surgimento da classe operária e a expansão da burguesia industrial e financeira. O desenvolvimento do sistema monetário era cada vez mais evidente e, em termos estritamente políticos, a questão que preocupava as elites era de que forma a grande massa de trabalhadores seria incorporada ao sistema político. A obra de Mill pode ser lida como um compromisso entre o pensamento liberal e as ideias democráticas. O eixo deste compromisso versava no reconhecimento de que a participação política não podia ser o privilégio de uns poucos (WEFFORT, 2001).

Para Mill, o perfeito governo livre era aquele em que todos pudessem participar dos benefícios da liberdade. A necessidade de democratizar a representação política impulsionou o intelectual a promover a extensão do sufrágio. Um dos elementos que contribuiria para amenizar a “tirania da maioria” seria a participação nas eleições tanto das classes mais abastadas da sociedade quanto das classes populares (BOBBIO, 2000). Dentre os escritos, ensaios e livros de Stuart Mill, “Considerações sobre o Governo Representativo” (1861) representa uma defesa férrea de tal forma de governo. Mill empreende uma análise da realidade política inglesa ao defender a democracia representativa como a melhor forma política para as sociedades mais desenvolvidas.

A significação do governo representativo consiste em que o povo inteiro, ou certa porção muito numerosa dele, exerce, por meio de deputados periodicamente eleitos por ele, o poder extremo, que em qualquer constituição tem de residir em alguma parte. O povo tem de possuir este poder extremo em toda a sua inteireza. (MILL, 1964, p. 60).

Nesse sentido, a incorporação das classes populares seria o caminho para limitar os interesses egoístas da classe média em constante ascensão. O voto, para Mill, possui um valor educativo e devia ser estendido aos trabalhadores. “[...] nenhum arranjo dos sufrágios, portanto, pode ser permanentemente satisfatório quando dele se exclui permanentemente qualquer pessoa ou classe, e então não se faculta o privilegio eleitoral a todas as pessoas de maior idade que desejem obtê-lo” (MILL, 1964, p. 112). Com Mill, o liberalismo se despende de seus tintes mais conservadores porque, em certa medida, era necessário responder às demandas da próspera e ascendente classe operária inglesa (WEFFORT, 2001). No entanto, o voto universal ainda estava longe de se materializar em sua proposta. O intelectual inglês exclui do direito a votos aos analfabetos, em última instância pregando pelo ensino universal. “Considero totalmente inadmissível que qualquer pessoa participe de eleições sem ser capaz de ler, escrever e, ainda juntarei, executar as operações comuns da aritmética” (MILL, 1964, p. 112). Na mesma direção, excluir àquelas pessoas que vivem de esmolas, isto é, que não pagam sequer um imposto mínimo. Por outro lado, Mill é favorável ao voto feminino, baseado no argumento que todos os seres humanos se interessam pelo bem-estar de todos e pelo bom governo (BOBBIO, 2000).

[...] Na discussão precedente a favor do sufrágio universal mais gradativo não levarei em conta a diferença de sexo. Considero-a sem qualquer importância para os direitos políticos como não tem importância a diferença de altura ou cor de cabelo. (MILL, 1964, p. 122).

Stuart Mill foi um dos pensadores que ajudou a disseminar a ideia da ampliação do sufrágio. Os liberais foram diminuindo sua resistência à participação através do voto de diferentes estratos da sociedade e, inclusive, na defesa da sua tese oposta, isto é, a democracia como o regime político que propiciava a defesa das liberdades humanas. O liberalismo se via em condições de conciliar o ideal de

soberania nacional e estatal, isto é, a democracia se converteu na solução para o problema liberal⁶ (ARAUJO, 2002).

A ampliação do sufrágio careceria de valor real se não existissem as eleições, como instrumento para a escolha dos representantes públicos. Se, por um lado, a partir da segunda metade do século XIX, os regimes estavam adotando cada vez mais canais de participação, por outro lado, a emergência dos partidos políticos surgia como condição essencial da democracia representativa. Encarregados de expressar a vontade do eleitorado, os partidos políticos eram capazes de atuar como intermediários entre, por um lado, a grande massa de eleitores que estava em constante ascensão e, por outro, as arenas decisórias.

2.2.2 A democracia de partidos modernos de massa

Com exceção dos Estados Unidos, nenhum país possuía partidos políticos modernos em meados do século XIX. No entanto, existiam sociedades de pensamento, associações e clubes populares. Em termos gerais, o desenvolvimento dos partidos aparece atrelado, como já foi mencionado, à ampliação do sufrágio e à democracia como forma de governo. Nesse sentido, também cabe mencionar a existência de outros dois fenômenos que contribuíram ao desenvolvimento dos partidos de massa: os grupos de parlamentares e os comitês eleitorais. Segundo Duverger (2012), os primeiros existiam antes dos comitês e, geralmente, eram grupos locais, próximos geograficamente ou unidos pela defesa profissional, que logo evoluíram em grupos ideológicos. A principal função dos comitês eleitorais era dar a conhecer os novos políticos, isto é, trazer para a arena eleitoral as novas elites. Associa-se a criação dos comitês eleitorais a uma iniciativa da esquerda, fenômeno que trouxe o crescimento dos partidos socialistas na maioria dos países

⁶ Por extrapolar os objetivos do presente trabalho não discutiremos os entraves que a literatura tem apontado sobre a relação entre o liberalismo e democracia ao longo da história. No entanto, cabe destacar que o liberalismo e democracia correspondem a questões diversas como assevera Bobbio (2000) “[...] o liberalismo ao problema das funções do governo e em particular à limitação de seus poderes; a democracia ao problema de quem deve governar e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p. 88).

européus. “[...] cuanto más se extiende y se multiplica el derecho al voto, más necesario se hace organizar a los electores a través de comités capaces de dar a conocer a los candidatos y de canalizar los sufragios en su dirección” (DUVERGER, 2012, p. 16). Na medida em que começou a se implantar uma coordenação sistemática entre os grupos e os comitês, o nascimento do partido de massas começou a se materializar:

[...] O grupo coordenava a atividade dos deputados; no entanto, cada um deles se esforçava, por outro lado, em estreitar laços com o próprio comitê eleitoral, de quem dependia a futura renovação de seu mandato: os diversos comitês materializaram sua condição federal indiretamente pela colaboração dos deputados no seio do grupo parlamentar. Nesse sentido, quando as relações passavam do plano pessoal para o plano institucional, a ata de nascimento do partido político se concretizava (DUVERGER, 2012, p. 21)⁷.

No que diz respeito à representação política, o surgimento dos partidos de massa veio a transformar a relação entre os representantes e os representados⁸. As organizações partidárias passaram a escolher os candidatos que seriam apresentados para o julgamento do eleitorado. Estes deviam apresentar aos eleitores seus programas e, uma vez eleitos, tinham a necessidade de manter contato estreito com o partido a fim de tentar uma reeleição no próximo pleito. Em certa medida, esta institucionalização da representação através dos partidos de massas aproximava os representantes dos eleitores fora do período eleitoral.

Bernard Manin, em seu clássico livro *“The principles of representative government”* (1997) e em artigo publicado no Brasil, alguns anos antes, *“As metamorfoses do governo representativo”* (1995), realiza uma reconstrução histórica das origens do governo representativo. O ponto de partida são as mudanças nos tipos de governo e a passagem entre eles. Para isso, constrói tipos ideais - governo

⁷ Tradução da autora.

⁸ Da agora em diante usaremos as terminologias: “representados” e “eleitores” de forma análoga. Com a expansão do sufrágio universal e o advento das democracias representativas, a categoria “povo” em termos abstratos se materializa nas categorias antes mencionadas.

representativo de tipo parlamentar, presentes nos primórdios; a democracia de partido do final do século XIX e meados do século XX; e a democracia do público, o governo representativo contemporâneo⁹ sob o ângulo da relação de representação que se estabelece - em face de quatro princípios, que desde o século XVIII não foram colocados em xeque e foram traduzidos em práticas concretas: i) Os representantes são eleitos pelos governados; ii) Os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; iii) A opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; iv) As decisões políticas são tomadas após debate. O trabalho de Manin é considerado seminal na elucidação do conceito de representação política. E, nesse sentido, por ter sido um dos grandes esforços teóricos produzidos praticamente 30 anos após a obra de Pitkin, têm recebido várias críticas¹⁰. No entanto, uma das grandes contribuições da obra de Manin se refere ao fato de ter vinculado governo representativo à eleição e esta, à aristocracia. O autor enfatiza o direito de ser votado como elemento de extrema importância. No governo representativo se escolhe uma aristocracia natural, isto é, aqueles que se destacam por seus méritos e não por leis ou hereditariedade (LOUREIRO, 2009).

Neste ponto de nosso trabalho, interessa investigar sobre os impactos e as mudanças sobre a relação de representação no decorrer do que ele denomina democracia do partido. Manin (1995; 1997) analisa a democracia de partido a partir dos quatro princípios elencados. Com relação ao primeiro princípio, a eleição dos representantes, duas questões merecem atenção: a primeira é sobre o caráter elitista do governo representativo¹¹, este não desaparece quando o sistema é dominado pelos partidos de massa. Manin recorre à análise de Michels (1982) sobre

⁹ Manin esclarece que as modalidades podem coexistir em determinado momento e país, no entanto, geralmente uma forma tende a predominar em detrimento de outra.

¹⁰ Conferir Araujo (2009) que aponta que Manin termina por restringir a questão da representação política ao governo representativo. E em decorrer desta situação, o autor não presta a devida atenção ao conceito de soberania. Conceito que relaciona somente quando se refere ao regime da democracia ateniense.

¹¹ Os fundadores do governo representativo na Inglaterra, França e Estados Unidos destacavam a superioridade do governo representativo, dentre outras questões, por ser a forma de governo que permitia selecionar os melhores governantes (Manin, 1995; 1997). A eleição faz surgir um elemento aristocrático. Por tanto, o ideal que move o governo representativo na sua origem é permeado pelo elitismo (ARAUJO, 2009).

o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), no livro clássico da ciência política “Sociologia dos Partidos Políticos”, para expor o caráter oligárquico dos partidos de massa. Michels foi um dos primeiros intelectuais a investigar a estrutura interna dos partidos políticos nascidos das democracias representativas¹². O SPD, embora haja surgido como um mecanismo do desenvolvimento da democracia política, converteu-se numa organização oligárquica. O autor investiga o processo e as causas que transformaram os partidos socialistas da época (BRAGA, 2012). Michels mostrou a distância que separava a liderança da base operária. Embora as lideranças tivessem origem social operária, na vida material levavam um estilo e comportamento adequado ao pequeno burguês. Acreditava-se que, pela estrutura interna e funcionamento dos partidos de massa, o cidadão comum teria a possibilidade de ocupar cargos de poder. No entanto, como o autor demonstra, esta era uma situação rara de acontecer (MANIN, 1995; 1997). Sob o ângulo da relação de representação, com o surgimento e desenvolvimento dos modernos partidos de massa, o líder partidário é o encarregado de selecionar os candidatos em base, principalmente, ao ativismo e a capacidade de organização. A estrutura interna do partido ganha a cena eleitoral. Nesse sentido, o prestígio social e a notoriedade local perdem a centralidade que possuíam no governo parlamentar.

A segunda questão, ainda com relação ao primeiro princípio, a eleição dos representantes, refere-se à estabilidade eleitoral derivada das preferências políticas dos eleitores. As clivagens eleitorais refletem as divisões de classes. A pesar de este fenômeno já ser observado no começo do século XIX, em aqueles países onde ao menos um dos grandes partidos tinha origem na classe operária, os fatores socioeconômicos na democracia de partidos atuam como reflexo da decisão do voto.

[...] For decades in Germany, England, Austria, and Sweden, voting was a means of expressing a class identity. For most socialist or social democratic voters, the vote they cast was not a matter of choice, but of social identity and destiny. Voters placed their trust in the candidates presented by “the party” because they belonged themselves. (MANIN, 1997, p. 209).

¹² Antes dele, Ostrogoski no começo do século XIX empreendeu uma análise dos partidos políticos nos Estados Unidos e na Inglaterra (BRAGA, 2012).

A representação na democracia de partidos é um reflexo do conflito de classes emanado do crescente processo de industrialização. O partido consegue realizar a intermediação entre os eleitores e o parlamento. Nesse sentido, a confiança dos eleitores recai na organização partidária, o sentimento de pertencimento social influencia as atitudes dos eleitores mais que a adesão ao programa político.

Com relação ao segundo princípio, a independência parcial dos representantes, Manin (1995; 1997) evidencia como os políticos ancorados nos partidos de massa estão sujeitos à disciplina interna da estrutura partidária. Ao votar o eleitor, está direcionando sua confiança ao partido, portanto, as lideranças partidárias se vêm obrigadas a reproduzir as orientações traçadas na plataforma do partido. Hans Kelsen, referência clássica nos estudos sobre a teoria do direito, em seu livro “A democracia”, realiza um esforço teórico para desvendar a conciliação entre a democracia e o sistema liberal. Especificamente, com relação às críticas ao parlamentarismo, que se referem também ao período no qual os partidos de massas de afiançaram no jogo político. Kelsen (2000) aponta duas propostas para garantir certo controle do partido sobre os deputados na arena do parlamento: a primeira é a perda do mandato assim que o parlamentar deixar o partido; e a outra se refere ao direito do partido destituir o deputado caso seja necessário. Mas para que estas medidas sejam aplicadas é necessário que exista uma organização partidária sólida: “[...] Se existem partidos que se formam apenas com vistas às eleições para depois de desfazerem, é impossível fazer com que a manutenção do mandato parlamentar dependa da permanência do deputado no partido para o qual ou pelo qual foi eleito” (KELSEN, 2000, p. 56)¹³. Os políticos eleitos não desfrutam de uma independência de mandato, o julgamento é exercido dentro dos limites da orientação do partido pelo qual foi eleito.

O terceiro princípio apontado por Manin refere-se à liberdade da opinião pública. Os partidos organizam a disputa eleitoral, pela qual as formas de expressão da opinião pública são estruturadas em torno das clivagens partidárias. Manin aponta como formas de expressão as manifestações de rua, a campanha feita pelos

¹³ A questão da disciplina partidária será retomada na próxima seção, quando será analisado o conceito de segredo eficiente em sistemas majoritários e proporcionais.

jornais, e, ainda, as petições. Os órgãos de imprensa possuem laços estreitos com as organizações partidárias, o que garantiria a livre circulação das ideias tanto da posição quanto da oposição. E, por fim, o último critério, as decisões políticas são tomadas após o debate, refere-se ao fato de que as sessões no parlamento não constituem um espaço de debate deliberativo, como era de se esperar antes dos partidos de massa de materializarem.

[...] Strict voting discipline reigns within each camp. Moreover, representatives cannot change their minds as a result of the exchange of parliamentary debate, once the position of the party has been decided. Finally, voting alignments within parliament are virtually identical on all questions. This suggests that, on each occasion, representatives do not vote in light of the arguments exchanged in Parliament, but as a result of decisions formed elsewhere. As a rule, each parliamentary group votes according to its attitude towards the government and the minority opposes them. (MANIN, 1997, p. 216-217).

O debate no seio da casa legislativa não chega ao fim de fato, ele se desloca para dentro do partido, onde as lideranças discutem a posição a ser tomada no parlamento. Logo, este tipo de característica do governo representativo incentiva as discussões entre as lideranças dos partidos.

Manin analisa a democracia de partido sob a relação de representação que se estabelece. Isto é, pela presença de organizações partidárias de massa que conseguem espelhar no parlamento as clivagens eleitorais, resultado das divisões de classes das sociedades industrializadas da época, bem como, as formas de expressão da opinião pública atreladas aos partidos. Os parlamentares ancorados nos partidos de massa possuem pouca margem de independência, isto é, estão sujeitos à disciplina interna da estrutura partidária. E, por fim, o debate se desloca da casa legislativa para o interior do partido através das lideranças partidárias. A ampliação do sufrágio, junto aos grupos parlamentares e comitês eleitores contribuiu para que os partidos de massa se fortalecessem como intermediários entre os eleitores e os centros de poder político.

A conexão entre a democracia e a representação é que nas democracias os governos são representativos porque há eleições livres, com participação ampla da

população e, os cidadãos desfrutam de liberdades civis e políticas (MANIN et al., 1999; 2006). As eleições também podem ser analisadas, por um lado, como um instrumento de agregação e expressão dos ensejos dos cidadãos e, por outro, como expressão do julgamento destes com relação às propostas dos candidatos. Neste último quesito, ou bem os eleitores realizam um julgamento futuro, aquilo que os políticos eleitos deveriam fazer em termos de políticas públicas; ou o veredicto é retrospectivo, o julgamento recai naquilo que os políticos fizeram enquanto estiveram no exercício do cargo. Os cidadãos são incapazes, em termos institucionais, de obrigar aos políticos eleitos cumprirem aquilo que foi prometido durante a campanha, podem, no entanto, induzir aos representantes a fazê-lo através da noção de que eles terão que prestar contas do mandato (MANIN et al., 1999; 2006). Na próxima seção, será exposta a relação destas questões com o olhar sob o governo representativo contemporâneo. Em última instância, estes fatores afetam a representatividade das decisões políticas e dizem respeito à satisfação dos diversos interesses que estão em jogo na elaboração de políticas públicas.

2.3 A REPRESENTAÇÃO E A *ACCOUNTABILITY*: A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MANDATOS

Nenhuma constituição democrática possui mecanismos que obriguem aos representantes a materializar as promessas de campanha. Isto é, não existem instrumentos legais que autorizem os eleitores a exigir que a plataforma eleitoral seja cumprida. Cabe a estes avaliarem a atuação do político depois de finalizado o mandato (MANIN et al., 1999; 2006). Nesse sentido, com relação a uma das características da democracia de partido, a independência do mandato do parlamentar, embora o político esteja sujeito ao partido pelo qual conseguiu se eleger, o julgamento do cidadão em última instância define o pleito no momento da votação. Um dos argumentos que explicitam esta situação diz respeito à impossibilidade de qualquer plataforma eleitoral especificar o que deveria ser feito em cada situação *a priori*, o que resulta necessária certa margem de flexibilidade na atuação dos políticos eleitos (MANIN et al., 1999; 2006). No entanto, os eleitores

podem induzir os políticos a se aproximarem dos compromissos assumidos através da ideia de *accountability*.

A representação política nas democracias contemporâneas contempla a existência de *accountability*. Especificamente, nos referimos ao subtipo vertical¹⁴, que diz respeito à necessidade dos políticos prestarem contas do mandato e se submeterem ao veredicto dos cidadãos e, sendo o ponto alto deste processo o pleito eleitoral. “[...] diz respeito ao poder que os eleitores têm de impor sanções aos governantes, reelegendo quem exerce bem o mandato e destituindo quem apresenta um desempenho menos satisfatório” (MIGUEL, 2010, p. 184). Miguel (2010) alerta para a falta de uma tradução específica do conceito de *accountability* na língua portuguesa. Nesse sentido, chama a atenção para o conceito de “responsividade” que, de fato, se sobrepõe ao conceito de *accountability*. A “responsividade” refere-se à permeabilidade dos representantes em face às políticas públicas que os cidadãos almejam. O conceito denota uma dimensão da qualidade das democracias representativas e se relaciona com a capacidade de resposta dos representantes e a satisfação dos cidadãos (MORLINO, 2004)¹⁵. Isto é, a possibilidade de gerar uma série de mecanismos de controle sobre os governantes, seja na divisão de poderes ou bem através das eleições.

Por outro lado, a *accountability* limita e restringe o comportamento dos políticos e, em última instância se eles buscam a reeleição é uma questão a ser considerada. As eleições regulares explicitam que haverá uma avaliação por parte dos cidadãos. Porém, esse julgamento, frequentemente é de ordem global do desempenho do político. Portanto, apesar de haver ocorrido um afastamento das promessas de campanha, os representados podem facilmente esquecer e perdoar

¹⁴ O'Donnell foi um dos intelectuais que se dedicaram a estudar o fenômeno da *accountability*, especialmente nos países da América Latina. Para ele, a *accountability* opera não somente de forma “vertical”, mas “horizontalmente”, que define como: “[...] uma rede de poderes relativamente autônomos (isto é, outras instituições) que têm a capacidade de questionar, e eventualmente punir maneiras “impróprias” de o ocupante do cargo em questão cumprir suas responsabilidades” (O'DONNELL, 1991, p. 32). Nesse sentido, o autor chama a atenção sobre a dimensão republicana da democracia, referida ao desempenho da função pública. Esta é uma atividade que exige acatar as leis e a persecução do bem público (O'DONNELL, 1997).

¹⁵ Para um estudo aprofundado do conceito de responsividade na ciência política, conferir Powell Bingham (2005, p. 62-75), quem além de definir o conceito, aponta formas de mensurar essa dimensão nas democracias representativas.

este afastamento, principalmente se estas resultarem em ações bem sucedidas (ARATO, 2002). Nesse sentido, o “voto retrospectivo” permite estabelecer algum tipo de parâmetro de desempenho para avaliar os representantes, questão que diz respeito aos quesitos que orientam o voto¹⁶. Os cidadãos definem seu voto na linha daqueles que satisfaçam seus critérios, por outro lado, os representantes farão o possível para satisfazê-los, a fim de serem reeleitos (MANIN et al., 1999; 2006). Nesse sentido, Mansbridge (2003; 2011), que analisa as formas de representação a partir de estudos empíricos de parlamentares nos Estados Unidos, esclarece que esse tipo de representação se constitui no modelo tradicional, baseada na relação agente-principal, a chamada “representação promissória”. A autora (2015) resume a relação de representação em três tempos. No primeiro tempo, é o eleitor que exerce ou tenta exercer o poder, na medida em que possui o poder de eleger o candidato a partir das promessas de campanha. O segundo momento corresponde ao período de governo do representante, quando efetivamente o político exerce seu mandato. E, por fim, o terceiro momento é quando se concretiza a premiação ou punição pelo acionar do representante por parte do eleitor. Como esclarece a autora (2015): “[...] The sanction is a reward or punishment for acting or failing to act according to the promise made at the previous election (Time 1)” (MANSBRIDGE, 2003, p. 516)¹⁷.

Em termos gerais, além das especificações mais recentes dos modelos de representação (MANSBRIDGE, 2003), como pensar a *accountability* sob a relação de representação política que se estabelece? De alguma forma, ela acaba por

¹⁶ O estudo do comportamento eleitoral na ciência política se compõe de um vasto campo de produção teórica e empírica. Não temos como foco investigar sobre as causas que explicam o comportamento, porém, cabe destacar que foram desenvolvidas quatro grandes linhas de investigação: i) teoria psicológica: elaborada por investigadores da Universidade de Michigan na década de 1950; ii) modelo histórico-contextual: integrado por teorias sociológicas e economicistas; iii) teoria da escolha racional: que tem como base a teoria de democracia baseada na ação racional de Anthony Downs; iv) modelo demográfico-descritivo do comportamento político (FIGUEIREDO, 2008).

¹⁷ A autora detalha outros três modelos de representação. Estes são: a “representação antecipatória”, o foco do representante são as próximas eleições (Tempo 3), o modelo resulta mais deliberativo durante o mandato, na medida em que, há o intuito de averiguar sobre os interesses e demandas dos eleitores. Outro modelo é o “giroscópio”, os eleitores no momento da eleição (Tempo 1) escolhem o representante que consideram levará em diante os seus interesses. No entanto, no decorrer do mandato, os representantes agem conforme suas crenças. O último modelo é a “representação substitutiva”, se caracteriza quando há a inexistência de relação eleitoral, isto é, os candidatos eleitos representam eleitores que não o elegeram. Este cenário refere-se à possibilidade de que um eleitor seja representado por agentes de outros distritos.

reforçar e vincular os laços entre representantes e representados. “O representante não deve simplesmente decidir da forma que sua base gostaria, o que tornaria sem sentido o debate e a negociação no Parlamento; ele deve ser capaz de convencer os eleitores que agiu certo, *a posteriori*” (MIGUEL, 2010, p. 185). Mas por outro lado, um dos obstáculos que podem afetar a efetividade da *accountability* se relaciona com o fato de a representação nas democracias contemporâneas ser multifuncional. O mandato do parlamentar inclui um leque de questões muito amplo. Embora, os deputados possam dominar uma área de expertise específica, ao longo do mandato participarão de debates diversos. O custo para abranger todas essas informações resulta muito alto para o eleitor.

A multifuncionalidade da representação implica múltiplas prestações de conta: o eleitor deve não apenas ser capaz de acompanhá-las – na medida de seu interesse – como dar a cada uma seu justo peso no momento de produzir uma avaliação global do desempenho. É freqüente, então, a adoção de estratégias de redução da *accountability* transformando a interlocução sobre as alternativas políticas em mera avaliação impressionista da ação governamental sobre a vida de cada indivíduo. (MIGUEL, 2005, p. 29).

Vários estudos enfatizam a análise das variáveis institucionais dos sistemas políticos e sua relação com a *accountability*. Apontam de que forma certas características destes viabilizariam uma melhor efetividade da *accountability* (ARATO, 2002; MANIN, 1997; POWELL, 2000; NICOLAU; MIGUEL, 2010). Dentre os temas estudados, cabe destacar a influência do tipo de sistema eleitoral e tipo de lista na possibilidade de identificar claramente os políticos¹⁸. Em última instância, a efetividade da *accountability* está sujeita, por um lado, à existência institucional de mecanismos para sancionar os políticos de forma efetiva. E por outro lado, ao acesso a informação apurada sobre as atividades desenvolvidas pelo político durante o mandato. Questões que dizem respeito à qualidade e aprofundamento das democracias representativas contemporâneas.

¹⁸ Não seção dedicada às variáveis institucionais se abordará alguns desses temas em detalhe.

A ideia disseminada desde a década de 1970, de uma “crise das democracias contemporâneas”, tem tomado fôlego nos primórdios de século XXI, com um descrédito generalizado das instituições políticas¹⁹. Em termos gerais, a adesão à democracia como um valor é um fenômeno quase universal. Enquanto as avaliações normativas da democracia como um modelo de governo seriam positivas, ocorre certa desconfiança em relação ao seu funcionamento e as suas instituições, a atitude mais comum é de desconfiança. A convivência entre essas distintas lógicas de adesão pode contribuir para operar processos desestabilizadores, o que sugere uma distancia, uma espécie de paradoxo em que é crescente a valorização da democracia como um ideal, enquanto a avaliação de seu desempenho é negativa (MOISÉS, 2010). Uma avaliação negativa sobre o desempenho das instituições recai em última instância na “incapacidade dos políticos eleitos” em dar resposta às demandas pontuais dos cidadãos. Os laços que deveriam ligar os eleitores comuns aos parlamentares estão enfraquecidos (MIGUEL, 2005). Esta “crise de representação”, com foco na Europa, coincide em parte com os processos de democratização da década de 1980, que abrangem tanto nações do leste europeu quanto latino-americanas. Uma das consequências destes fenômenos tem sido a reativação do debate sobre as instituições políticas, com destaque para a valorização do conceito de representação política (NOVARO, 2005). Diante deste cenário, duas questões merecem atenção para os fins deste trabalho. A primeira diz respeito à percepção das eleições como mecanismos bastante tênues de criação e manutenção – principalmente fora do período eleitoral - de vínculos de representação entre os políticos eleitos e os cidadãos comuns. E a segunda relaciona-se com a necessidade de agregar outras “dimensões” à ideia de representação política, além da mera escolha dos governantes em pleito eleitorais (Miguel, 2000, 2003). Na próxima seção abordaremos esta última questão, com destaque para a relação entre democracia e meios de comunicação na contemporaneidade.

¹⁹ A ideia de que as democracias contemporâneas em meados da década de 1970 estavam passando por uma crise de governabilidade ganhou notoriedade a partir do relatório escrito por Crozier, Huntington e Watanuki (1975) para a entidade privada “A Comissão Trilateral” integrada por setores empresariais de Japão, Europa, Estados Unidos e Canadá. Basicamente, as críticas versavam sobre a perda das lideranças políticas, a ampliação das demandas sociais, a fragmentação dos partidos políticos e, por último sobre a forma de conduzir as relações exteriores de forma “provinciana” pelas nações envolvidas (CROZIER et al., 1975).

2.4 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS E A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A ideia por um lado, de que as eleições não são mecanismos suficientes para assegurar que os eleitos perseguirão o bem-estar dos indivíduos e, por outro, da necessidade de criação e reforço contínuo do vínculo entre governantes e cidadãos diz respeito à representação política nas democracias representativas. Diante deste cenário, surge a necessidade de refletir sobre outro elemento que ocupa um papel central na relação de representação, a saber, os meios de comunicação. O acesso à informação pública adquire um caráter central, isto é, a necessidade do funcionamento de instituições que forneçam informação sobre o governo e, especialmente, sobre o acionar dos políticos eleitos (MANIN et al., 1999; 2006).

Nesse sentido, resulta interessante pensar a relação que se estabelece entre representantes e representados sob o olhar do papel dos meios de comunicação na contemporaneidade. Isto é, para a compreensão do funcionamento dessa relação, o olhar voltado para uma reflexão sobre os sistemas de mídia e, especialmente as NTICs é de fundamental importância. Como bem explicita Miguel (2000):

Os meios de comunicação são tanto *o principal canal de acesso dos cidadãos às informações* de que precisam para agir na esfera pública quanto *o principal instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens*, projetos, temas para a agenda pública, em suma, para a batalha política crucial, a construção de vontades coletivas (ou dito de outra maneira, a luta pela hegemonia). (MIGUEL, 2000, p. 66).

O pano de fundo dessa discussão diz respeito a uma concepção da representação política ampliada. Como já explicitado, a manutenção do vínculo entre representantes e representados implica refletir sobre as eleições e a *accountability*. No entanto, uma concepção ampliada é apreender os meios de comunicação como uma esfera de representação política, isto é, captar que se constituem como espaços no quais são disseminadas visões e projetos dos diversos grupos em disputa da sociedade.

[...] o bom funcionamento das instituições representativas exige que sejam apresentadas as vozes dos vários agrupamentos políticos, permitindo que o cidadão, em sua condição de consumidor de informação, tenha acesso a valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e possa formar, de modo abalizado, sua própria opinião política. É o que se pode chamar de "pluralismo político" da mídia (MIGUEL, 2003, p. 133).

Manin (1999) tinha atribuído uma centralidade semelhante aos meios de comunicação de massas. Ele coloca a ênfase dos canais de comunicação modernos na passagem da “democracia de partidos” para a “democracia do público”. Embora esteja pensando nos primórdios da década de 1970, ele coloca o foco no caráter pessoal da representação. Os resultados eleitorais mudam de uma eleição para outra pelo fato das preferências dos indivíduos não estarem sendo fixadas por questões sociais, econômicas e culturais como era característico na “democracia de partidos”. E, nesse sentido, a personalidade dos candidatos pareceria ser um dos fatores para explicar esse fenômeno. Para Manin, esse caráter pessoal da representação pode ser explicado pelo fato dos canais de comunicação afetarem a natureza da relação de representação. Os políticos eleitos estabelecem uma comunicação direta com seus constituintes através da rádio e da televisão, no entanto, na contemporaneidade, a centralidade do uso da internet pelos governantes é rotineira. Como bem exemplifica Castells (2003):

O acesso ao governo em nossa sociedade baseia-se em grande parte em política de mídia e em sistemas de informação que suscitam o apoio ou a rejeição das mentes das pessoas, influenciando assim seu comportamento eleitoral. Como as pessoas não confiam em programas, somente em pessoas, a política da mídia é extremadamente personalizada e organizada em torno da imagem dos candidatos. (CASTELLS, 2003, p. 129)

Os meios de comunicação de massas parecem desempenhar algumas das funções que na democracia de partidos eram ocupados por estas organizações (MANIN, 1997). Cabe pensar, em termos esquemáticos, a partir da teoria da escolha racional, o modelo das democracias representativas a fim de perceber, em que medida, os meios de comunicação ocupam um lugar preponderante na formação da

agenda pública. No processo de escolha dos representantes através das eleições, os cidadãos necessitam a relação das diferentes alternativas que estão em disputa para ponderar sua escolha. A informação é um elemento crucial para a tomada de decisão. “[...] a fixação da agenda condiciona as condições da escolha eleitoral, independentemente do grau de racionalidade e de autonomia dos eleitores na produção das próprias preferências” (MIGUEL, 2003, p. 131). Por outro lado, pensar a eleição como momento de julgamento dos cidadãos em relação ao comportamento dos representantes, isto é, da realização da *accountability*, a decisão estará condicionada pela definição da agenda pública. O julgamento diz respeito às ações dos governantes e o alicerce se compõe das posições assumidas por estes durante o mandato. “[...] a relação entre representantes e representados depende, em grande medida, dos assuntos tematizados e colocados para decisão” (MIGUEL, 2003, p. 131).

Especificamente, sobre o tema que nos interessa neste trabalho, a relação de representação entre os parlamentares e os constituintes, Miguel (2003) chama a atenção da influencia dos meios de comunicação na formação da agenda de debate no seio do Parlamento. Os parlamentares possuem um leque considerável de temas a serem debatidos no plenário, no entanto, existem incentivos para que os temas debatidos estejam vinculados a temas que são veiculados pela mídia, principalmente, por dois motivos:

[...] (i) são os tema de maior visibilidade efetiva, isto é, o parlamentar que age a respeito deles mostra-se mais atuante, e (ii) são os temas de maior visibilidade pessoal potencial, isto é, a intervenção a respeito deles tem mais chance de receber destaque na mídia.[...] não se pode ignorar o incentivo presente para políticos em busca da reeleição, nem o fato de que a tramitação congressual de questões de pequena visibilidade tender a ser simbólica ou muito lerda, quando não abortada. (MIGUEL, 2003, p. 132).

Os meios de comunicação na contemporaneidade permeiam a vida dos indivíduos tanto na esfera privada quanto na pública, portanto, é de captar esta questão como central nas democracias representativas.

Antes de abordar o próximo item, sobre a centralidade da internet e a política na relação de representação, resulta necessário recapitular a discussão exposta, a fim de captar os diversos sentidos do conceito de representação política expostos anteriormente para a construção das categorias analíticas de análise dos websites parlamentares.

Em primeiro lugar, as visões que foram apresentadas sobre o conceito de representação política colocam a ênfase em algum elemento que seja central para a perspectiva. Disto deriva-se que analisadas isoladamente não conseguem dar conta da amplitude e complexidade do conceito na contemporaneidade. Além disso, as visões não esgotam todas as abordagens possíveis. De fato, na exposição optamos por trabalhar a partir dos moldes da democracia representativa e não de outros modelos que dizem respeito à democracia participativa e deliberacionista. Acredita-se que, uma perspectiva que tenha como centralidade a teoria da escolha racional permita justificar melhor a abordagem de nosso objeto de estudo.

Em segundo lugar, pensar a representação como uma atividade é refletir sobre o que deve ser representado no seio do parlamento. Na contemporaneidade, a figura do mandato imperativo não perdeu sua centralidade. Os parlamentares devem atender os interesses dos constituintes, isto é, o que estes almejam. Nesse sentido, como os federalistas sustentam, os representantes devem perseguir os interesses da sua base eleitoral. E a “*accountability*”, pensada tanto, através de eleições, quanto um processo contínuo de prestação de contas durante o mandato, atua como um mecanismo que permite avaliar, em que medida, os representantes exercem sua função de representação. E por outro lado, os políticos devem “prestar contas” à organização partidária, ou seja, estão sujeitos à disciplina interna da estrutura partidária. Em última instância, os meios de comunicação e, especialmente, a internet perpassam essa relação de representação, na medida em que, se constitui como um espaço crucial, no qual são disseminadas as diversas visões e projetos dos diversos grupos em disputa da sociedade.

Para finalizar, cabe destacar a centralidade do conceito de representação política no arcabouço da ciência política na contemporaneidade. Em última instância, os mecanismos institucionais das democracias representativas foram se

modificando, ao longo do tempo, em decorrência das lutas e conflitos sociais e políticos presentes nas sociedades. “[...] a democracia representativa não é nem aristocrática nem um substituto imperfeito para a democracia direta, mas um modo de a democracia recriar constantemente a si mesma e se aprimorar ”(URBANATI, 2006, p. 192).

No próximo item abordaremos a relação entre a internet e a política inserida no contexto de desenho da nossa pesquisa. Interessa captar o potencial da internet como um meio eficaz, tanto de informação acerca do trabalho dos parlamentares, quanto de comunicação entre estes e os cidadãos.

3 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, INTERNET E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS: CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO

Não é nosso objetivo, neste capítulo, realizar um levantamento de toda a extensa literatura internacional e brasileira que, refletiu sobre a temática mais geral das relações entre internet e representação política nos sistemas políticos democráticos contemporâneos.

Cabe explicitar aqui, no entanto, uma série de estudos que influenciaram mais de perto a elaboração desta tese, estudos estes empreendidos não a partir do viés da problemática da “comunicação política e deliberação”, mas a partir da ótica mais estrita da sociologia e da ciência política. O foco versa sobre os múltiplos aspectos do funcionamento da democracia parlamentar, especialmente nos impactos da internet nas relações de representação política entre parlamentares e cidadãos comuns.

O objetivo é desenvolver algumas questões teóricas e empíricas que se constituíram em inspiração para a construção das nossas variáveis dependentes e independentes. Além de apresentar algumas ideias e proposições gerais que orientam a realização do presente trabalho. Nesse sentido, a partir do diálogo com as dimensões que foram apontadas no capítulo anterior da representação política, serão apresentadas as hipóteses de trabalho que orientaram nossa pesquisa. Estas se referem à construção do referencial teórico-metodológico a ser empregado nos capítulos seguintes para apreender as várias ênfases da representação política através dos websites das elites examinadas. Assim como, a relação com o contexto institucional onde tais elites estão inseridas.

3.1 INTERNET, PARLAMENTARES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O impacto da internet e, especialmente, das mídias digitais na vida dos indivíduos não é um quesito a ser questionado. Assim como, em termos gerais, a ideia de que estas ferramentas de comunicação tenham influenciado as democracias representativas e, especialmente, o vínculo de representação política entre os representantes e os representados na contemporaneidade. “Many of the pioneers of understanding the distinctive dynamics of new digital media platforms - social media and collaborative production - are quite optimistic about the potential for the internet to dramatically increase the quality of democratic governance” (FUNG et al., 2013). O impacto da internet na política é muito vasto e não apenas desde a visão dos cidadãos que participam das diversas esferas existentes de participação nas sociedades, mas também desde a perspectiva dos parlamentos ao utilizar esta ferramenta durante o exercício do mandato.

Nesse sentido, em termos gerais, um corpo de literatura crescente tem surgido nos últimos anos sobre o uso da internet por parlamentos e, especialmente, por parlamentares nas democracias representativas (LESTON-BANDEIRA, 2007; LESTON-BANDEIRA; WARD, 2008; LESTON-BANDEIRA, 2011; WELP, 2012; TENSCHER, 2013; LILLEKER, 2014; BRAGA; CRUZ, 2014)²⁰. Os estudos que se dedicam a abordar a temática utilizam diferentes métodos, no entanto, os estudos comparados permitem uma abrangência maior em termos de alcance dos resultados.

A elaboração desta pesquisa foi influenciada pelos trabalhos interessados nos múltiplos aspectos das democracias contemporâneas, especialmente dos impactos da internet no processo de representação política. Esse tipo de estudos,

²⁰ Desde começo da década de 2000 os estudiosos tem se dedicado a analisar os impactos do uso da internet tanto sob a ótica mais estrita da ciência política e da sociologia (TRECHSEL et al., 2003; ZITTEL, 2003; JACKSON, 2006; NORTON, 2007; LILLEKER; JACKSON, 2007; WILLIAMSON, 2009; ZITTEL, 2009), quanto da ótica da comunicação política (CARDOSO et al., 2001; ALPERIN; SCHULTZ, 2003; DADER, 2003). Em termos gerais, o foco de análise destes últimos visa apreender os potenciais da internet na promoção de um maior engajamento dos cidadãos no processo deliberativo, assim como, uma maior “participação” dos cidadãos no sistema político no sentido amplo do termo.

caracterizados como *inside approach*, por alguns analistas (LESTON-BANDEIRA, 2007), possui como foco de investigação o uso da internet pelos parlamentos e seus impactos nas dimensões e funções desempenhadas. Assim como nos processos de representação política que atrelam os membros do parlamento aos cidadãos, sem possuir necessariamente um viés deliberacionista ou participacionista.

Com relação aos estudos sobre o parlamento e a utilização da internet, a grande maioria destes, além de investigar sobre a função legislativa, também procura estudar uma série de outras funções que dizem respeito à educação, à legitimidade do sistema político, à resolução de conflitos e o recrutamento político. Nesse sentido, a utilização da internet poderia potencializar o trabalho parlamentar em vários aspectos. Como exemplifica Leston-Bandeira (2007):

The potential offered to parliaments by the Internet and other ICT is colossal in terms of enhancing this institution's work and image. However, it also brings many challenges, which, if not addressed adequately, could in fact undermine the parliamentary institution. The potential is essentially threefold: communication possibilities (both bilateral and multilateral), dissemination of information and management of information. (LESTON-BANDEIRA, 2007, p. 657).

Por outro lado, no que diz respeito aos processos de representação política que vinculam os membros do parlamento aos cidadãos, vários estudos (NORTON, 2007; WILLIAMSON, 2009; BRAGHIROLI, 2009; PERNA; BRAGA, 2012; FARIA, 2012) tiveram como intuito analisar os mecanismos utilizados pelos parlamentos e parlamentares no contato com os eleitores na web. Assim como as ferramentas que os *websites* disponibilizam a partir de questões que dizem respeito à publicização da gestão, transparência e *accountability*.

Outros autores (WARD; LUSOLI, 2005; LUSOLI; WARD; GIBSON, 2006) se concentraram no estudo dos elementos que contribuem para entender o comportamento dos parlamentares através dos *websites*. Em termos gerais, as conclusões dos estudos apontam para uma utilização da internet de forma “complementar” ao trabalho parlamentar. Nesse sentido, a internet não estaria sendo utilizada para reformular a democracia representativa. Como explicam Lusoli et al. (2006):

However, much of this online activity is simply an extension of MPs' offline presence. Generally, websites and email are used to supplement their constituency and policy roles. Although their websites are, to some extent, a more personalized form of representation, they are not independent policy platforms. Much of the information is rather bland and somewhat apolitical in nature. There is little to suggest that MPs are seeking to use new ICTs to create new interactive dialogues or relationships with voters. Nor is there much to suggest that representatives see ICTs as having any wider role in reshaping parliamentary democracy. (LUSOLI; WARD; GIBSON, 2006, p. 14).

Por outro lado, os autores afirmam que a internet possui potencial suficiente para gerar mudanças em três dimensões da representação política entre os parlamentares e os eleitores:

(i) Relação dos parlamentares com a *constituency*: a internet pode ser utilizada para aprimorar a eficiência e o profissionalismo do relacionamento dos parlamentares com sua base eleitoral, dessa maneira a comunicação tenderia a ser mais rápida e regular com seus eleitores. Nesse sentido, voltando para os autores clássicos que, foram detalhados no capítulo anterior, a ideia de mandato imperativo seria reforçada, a “*accountability*” ganha mais um veículo que viabiliza a sua promoção, durante o mandato de forma contínua e, contribuindo com o processo de transparência das atividades do representante.

(ii) Relação dos parlamentares com os partidos: a internet poderia ampliar o potencial para alterar o equilíbrio das relações entre os partidos e os representantes. Refere-se aos conflitos intrínsecos gerados pelas tensões surgidas em uso independente de blogs e websites por parte dos parlamentares, que fornecem uma plataforma potencialmente maior para o individualismo, a ligação em rede e até mesmo dissidências. Esta questão remete à discussão da “democracia de partidos” e da “democracia do público” de Manin que, embora, por um lado, a internet possa oferecer espaço para reforçar a “personalização da representação” em detrimento da política partidária, por outro lado, também pode atuar como um meio de aproximação e reforço da relação com o partido. Seja através de símbolos ou, especialmente, por meio das políticas e plataformas que são elencadas por estes.

(iii) Estratégias e agendas de campanhas: os parlamentares poderiam desenvolver com mais autonomia as suas próprias estratégias de campanhas online, recolhendo opiniões ou incentivando o público a fornecer apoio, seja através de campanhas online ou assinando petições eletrônicas, o que favoreceria a inclusão de novos temas na agenda das campanhas eleitorais, para além do controle estrito da organização partidária (NICOLAS, 2009).

Com relação às questões a serem problematizadas pelos estudos que analisam a representação política entre os parlamentares e os eleitores, Coleman e Spiller (2003) e, Coleman (2005) apontam três questões principais de cunho teórico. Em primeiro lugar, a utilização da internet e seu potencial para transcender os arranjos tradicionais e instituições de representação política. Em segundo lugar, os efeitos que o uso da internet pode estar gerando desde a visão dos representados. E por último, a ideia de uma “reconceitualização” do conceito da representação nos governos representativos com noções sobre conectividade. Para Coleman, a representação envolve uma conexão que deveria ser permanente entre políticos e cidadãos, embora esta questão não seja perceptível e, muitas vezes, seja uma relação tênue e complexa de se sustentar após o período eleitoral. Nesse sentido, a “*accountability*” precisa ultrapassar o momento eleitoral e se instaurar como um processo que seja contínuo e transparente durante o mandato do político (COLEMAN, 2005). Nessa linha, este autor detecta diversas mudanças incrementais que estão ocorrendo nos processos de representação política em decorrência dos impactos das mídias digitais, dentre elas o surgimento de uma modalidade mais direta de representação (BRAGA; CRUZ, 2014). Para Coleman (2005), ainda, a relação de representação que se estabelece na internet poderia se constituir numa “representação direta” que forneceria bases para uma democracia mais dialógica e deliberativa, ao invés do diálogo, no qual parece ninguém escutar, que tende a caracterizar a representação política contemporânea nos moldes das democracias representativas. O argumento do autor destaca que:

The argument of this article is that new, digital technologies of mediation make possible more direct techniques of representation which do not transcend the necessity for representing or being represented in a political democracy, but serve to democratize representation by making it a more direct relationship. (COLEMAN, 2005, p. 178).

O autor também adverte sobre os equívocos que podem levar a estabelecer uma relação determinista entre a internet e uma nova forma de representação. “[...] The latter calls for institutional adaptation of a procedural, political and cultural nature” (COLEMAN, 2005, p. 188). Em co-autoria com Blumer (COLEMAN; BLUMER, 2009) apontam que diante da desconexão ou desligamento de comunicação entre representantes e representados, característica presente na maioria das democracias liberais contemporâneas, em teoria a comunicação digital através da internet poderia oferecer formas promissoras de discursos, embora sejam necessários estudos empíricos que corroborem, em termos amplos, estas asseverações. Como os autores detalham:

Digital interactivity could facilitate political communication characterized by greater transparency and public co-presence, networked collective action, dialogical debate and individual self-representation, but whether it does so will need to be explored empirically. (COLEMAN; BLUMER, 2011, p. 89).

Por fim, Karlsson (2011) dialoga com Coleman, principalmente, no que se refere à possibilidade da internet potencializar uma aproximação e comunicação mais dialógica entre os representantes e representados. Pereira (2013), em artigo sobre análise de uma das promessas não cumpridas da democracia, a saber, “a revanche dos interesses” sob a ótica da apropriação da internet pelos representantes no sistema político, argumenta a respeito: “[...] Karlsson vai buscar em Coleman (2005) o argumento de que, durante os seus mandatos, os representantes deveriam buscar se aproximar ao máximo dos desejos de seus representados, aumentando assim as chances de sua reeleição” (PEREIRA, 2012, p. 11). Karlsson debruça-se no conceito de “interatividade” na representação política para analisar os blogs de políticos na Suécia. Este conceito é definido como uma forma de interação ágil dos representantes com o intuito de se comunicar com seus

eleitores ou potencias eleitores, sobre questões que, dizem respeito à relação de representação. “[...] As has been argued above, interactivity is proposed to be best understood not as a role of representation in itself, but rather as a strategic practice, functional in relation to different roles of representation” (KARLSSON, 2011, p. 14). Essa interatividade é abordada a partir de três funções: (i) como prestação de contas: a possibilidade de os políticos legitimarem suas ações e, principalmente ouvir os seus eleitores e, nesse sentido alinhar as políticas a partir das visões dos representados; (ii) como inquéritos: uma forma de averiguar as perspectivas e ideias dos cidadãos sobre diversos temas que, podem vir a construir uma base de conhecimentos sobre políticas públicas a serem desenvolvidas pelo representante. “[...] citizens are able to give advice and recommendations to their representatives, but not to directly steer their actions as policy-makers”. (KARLSSON, 2011, p. 12); e (iii) como conectividade: constitui-se numa maneira de promover uma relação de confiança entre os cidadãos e os representantes. Os políticos, através de um tipo de comunicação mais personalizada, podem criar um sentimento de proximidade com os eleitores. As redes sociais, como é o caso do *facebook*, permite viabilizar informações específicas em tempo real, que podem contribuir no sentido atribuído por Karlsson²¹.

Diante desse cenário, que diz respeito aos impactos do uso da internet na relação entre parlamentares e constituintes, outros estudos foram centrais para a elaboração de *insights* para a construção do modelo de análise adotado neste trabalho. Em primeiro lugar, os trabalhos de Zittel (2003; 2004; 2007; 2009). Uma das contribuições do autor ao campo de estudo relaciona-se com a manifestação de dois tipos de modelos de representação nas democracias representativas: (i) o modelo constitucional, no qual se encaixa nos moldes tradicionais da representação política, onde os partidos políticos de massa possuem a centralidade necessária para atuar como intermediários entre os representantes e representados; e (ii) o modelo tecnológico, que se caracteriza por uma utilização mais intensiva da internet por parte dos parlamentares, sendo esta crucial no exercício do mandato. Para o autor, os sistemas de governo e o sistema eleitoral influenciam as escolhas dos

²¹ Karlsson (2011) avança na argumentação sobre a representação política na contemporaneidade ao relacionar as funções da interatividade com diferentes funções da representação, a saber, *trustee*, o delegado e o delegado de partidos.

deputados de maneira considerável (2003; 2007). Com relação ao tipo de lista de escolha de candidatos, naqueles sistemas mais personalizados, onde o tipo de escolha das elites é realizado através de listas abertas, haveria mais incentivos para um uso mais tecnológico. Por outro lado, naqueles sistemas onde a escolha é realizada através de listas fechadas, o uso tenderia a ser mais tradicional, isto é, um uso menos frequente e, em última instância, a internet não estaria agregando nenhum elemento inovador na relação de representação política.

Zittel (2004) realiza uma pesquisa de cunho comparado do uso da internet pelos parlamentares dos EUA (House of Representatives), Alemanha (Bundestag) e Suécia (Riksdagen), e uma das contribuições mais interessantes, para a finalidade deste trabalho, é que destaca as influências do contexto institucional no uso da internet pelos parlamentares. Nesse sentido, chama a atenção da influência do sistema de governo parlamentarista e presidencialista na capacidade de gerar mudanças no comportamento dos parlamentares através da internet. Os dois parlamentos europeus que integram sistemas parlamentaristas são menos propensos a mudanças do que a Câmara dos Estados Unidos, que é um sistema presidencial. Em termos gerais, os sistemas parlamentaristas não fornecem muitos incentivos aos representantes de se focar em seus constituintes. Para Zittel (2004), possivelmente isto seja consequência de que os parlamentos em democracias parlamentares possuem o poder de destituir o governo. Esta prerrogativa impõe uma rígida disciplina sobre maiorias parlamentares e empurra representantes individuais a concentrarem-se em negociações internas. Contrariamente a isto, os parlamentos presidenciais não possuem esta função e, portanto, os representantes deixam muito mais espaço para estabelecer uma relação mais estreita com seus constituintes e para tomar posições políticas na esfera pública (Zittel, 2004). No entanto, o autor alerta sobre as relações em “modelos de unicausalidade”: por um lado, entre uma variável institucional e, por outro, entre seus efeitos no uso da internet pelos parlamentares. Essa é uma questão que foi considerada na análise do trabalho e será exposta mais adiante. Nesse sentido, a partir de análise empírica, Zittel (2004) observa que os sites dos parlamentares dos EUA possuem certa falta de interatividade, resultado que iria na contra-mão do argumento proposto:

The preceding analysis also stresses that it would be wrong to overemphasize a unicausal relationship between a specific institutional feature like the type of government on the one hand and the prospects of electronic democracy on the other hand. Our empirical analysis emphasizes for example a relative lack of interactivity at the Websites of members of the US House. This finding does not fit with the positive relationship between type of government and change towards more participatory schemes of representation via new media. The hesitancy of American representatives in using discussion for a reflects the strong first amendment tradition of the United States. While in Germany and Sweden, the principle of freedom of speech is balanced with the principle of fair speech, in the US we have a clear hierarchy of values which prevents any kind of censorship, no matter of content. (ZITTEL, 2004, p. 20).

Cabe mencionar, ainda, o trabalho de Phillip Norton (Norton, 2007), que a partir dos achados de Zittel sobre a utilização dos modelos de representação pelos parlamentares - o tradicional e o tecnológico – constrói quatro modelos de representação política, a fim de analisar o comportamento dos parlamentares britânicos. Estes são: (i) *modelo tradicional*: refere-se a um uso muito rudimentar das ferramentas que a internet pode proporcionar. O uso das internet é rejeitado, seja por falta de conhecimento sobre o potencial desta, seja por considerar que seu uso não incrementará o trabalho do parlamentar; (ii) *modelo partidário*: a internet pode ser utilizada para reforçar a posição dominante dos partidos no sistema político, possivelmente com maior intensidade em sistemas parlamentaristas do que em sistemas presidencialistas²². A comunicação entre representantes e representados espelha a comunicação tradicional, os cidadãos são passivos, apenas recebendo a informação disponibilizada através da internet, isto é, a comunicação é primária, embora não exclusivamente de uma via; (iii) *modelo representativo*: relaciona-se com a perspectiva de enxergar os parlamentares como representantes dos interesses nacionais conforme sua consciência, e não como delegados da sua base eleitoral. Remete à ideia da controvérsia entre mandato livre *versus* mandato imperativo, a saber, à visão de Burke, que defende a independência da atividade do

²² Esta questão será retomada no final do capítulo quando serão expostas as hipóteses de trabalho. Espera-se que no caso da Inglaterra e, em menor medida na Bélgica possamos encontrar websites parlamentares com uma ênfase maior na posição do partido e nas políticas de cunho nacional.

representante perante seus eleitores. A internet não é apenas utilizada para reforçar os meios de comunicação existentes, mas também para criar novas formas que ignorem em certa medida o partido; (iv) *modelo de tribuna*: a atuação dos parlamentares é vista como sendo porta-vozes dos representados. A internet é utilizada para captar os posicionamentos dos eleitores de uma maneira que os meios tradicionais não permitem. Dessa maneira, através da internet é possível a participação dos representados no processo de elaboração das políticas públicas. Este é o modelo que mais se aproxima ao modelo tecnológico de Zittel, no qual os representados possuem um papel mais ativo. O trabalho de Norton possui grandes méritos, principalmente pela tentativa de elaborar variáveis possíveis de serem analisadas a partir de cada modelo construído. As contribuições de Norton podem ser sintetizadas no quadro a seguir, elaborado por Becher (2013), que realiza uma avaliação do uso das tecnologias digitais (perfis online, websites e mídias sociais) pelos vereadores brasileiros da legislatura compreendida entre os anos de 2008 e 2012.

QUADRO 1 - MODELOS DE REPRESENTAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS SEGUNDO PHILLIP NORTON

Modelo de representação	Papel do cidadão	Indicadores para testar o modelo
Tradicional	- inexistente	- números de parlamentares com emails e websites e se eles estão ativos ou não; - são poucos os parlamentares que não tem acesso às tecnologias digitais no RU, embora este uso não seja muito entusiástico;
Partidário	- passivo e pouco interativo;	- pode ser testado pela análise de conteúdo dos websites, observando o uso que os parlamentares fazem de seu website: estes são usados essencialmente para promover os pontos de vista do parlamentar ou do partido, com pouca possibilidade de interação;
Representativo	- reativo	- também pode ser testado através do meio que os parlamentares usam o seu website: os MPs usam os websites para justificar seus pontos de vista individuais e encorajar o eleitorado a apoiá-los: blogs são a principal ferramenta para este fim; - há pouca evidência que os parlamentares ingleses estão usando as TICs para promover seus pontos de vista independente dos partidos;
Tribuna	- proativo e participativo	- pode ser testado através da extensão pela qual os políticos usam a internet para descobrir os pontos de vista dos eleitores, através do uso de recursos de alta interatividade, tais como o número de comentários no blog;

FONTE: BECHER (2013, p. 27)

Por fim, podem-se destacar os trabalhos Jakson (2006) e Lilleker e Jackson (2009; 2011). Por um lado, no mesmo sentido que Norton, cabe mencionar a tentativa de elaborar categorias analíticas a serem testadas através da construção de variáveis nos websites dos parlamentares da Inglaterra. Os autores identificam quatro principais modelos de representação política entre os parlamentares e os constituintes através da internet. Estes são: (i) “delegação” (*delegate*): que está ligada às ações empreendidas pelos parlamentares através da internet, para identificar os pontos de vista de seus eleitores. Os políticos atuam segundo as demandas orientadas por um setor específico da sociedade, em torno de políticas de maior impacto alocativo, mas não necessariamente de abrangência nacional. Similar ao “modelo de tribuna” elaborado Norton, no qual se prioriza trazer para dentro do parlamento os diferentes interesses presentes na sociedade, neste caso a circunscrição eleitoral; (ii) “confiança” (*trustee*): a internet não agregaria muito valor nesse tipo de papel, na medida em que, o parlamentar possui certo grau de independência com relação aos constituintes, a prioridade é a legislação nacional e não a local. Aproxima-se do “modelo representativo” construído por Norton. O modelo “delegado” e o modelo de “confiança” remetem à ideia de mandato imperativo e mandato livre. Os dois modelos não são mutuamente excludentes, como bem expressam Lilleker e Jakson (2009):

Whilst historically the delegate and trustee roles have been viewed as adversarial, there is evidence to suggest that the relationship between these two roles is more complex; it can be issue driven where on some issues MPs will follow the direction of constituents, equally a range of factors can drive whether an MP is able to be a trustee, particularly more recent perspectives on the MP's role with talk of competition to independence coming from both the party and the constituency. (LILLEKER; JAKSON, 2009, p. 3).

Com relação aos dois modelos restantes: (iii) “fidelidade ao partido” (*partisan*): a centralidade é ocupada pelos partidos políticos como mediadores da representação entre governantes e eleitores. O modelo partidário (Manin 1997), como já foi explicitado, é considerado dominante na contemporaneidade, as estruturas partidárias controlam a seleção dos parlamentares e, determinam em diferentes graus a probabilidade dos candidatos ocuparem uma cadeira no

parlamento. Especificamente, refere-se às formas de atuação vinculadas a uma conduta de partido, onde a participação das lideranças partidárias é mais efetiva. Destacam-se ações que buscam promover a imagem e políticas do partido, tanto a nível local quanto nacional; (iv) “serviços ao eleitor” (*constituency service*): que são aquelas ações orientadas pelas demandas e interesses de cunho mais particularista dos eleitores do distrito e da base eleitoral potencial. Nesse modelo, o contato mais direto com os eleitores é priorizado, tanto individualmente como no que se refere aos grupos de interesse articulados, em detrimento de outras dimensões mais abrangentes da relação de representação. A internet poderia ser utilizada para ajudar aos parlamentares a identificar as questões locais, assim como, para reforçar um sentimento de pertença à comunidade e circunscrição.

Outra contribuição destes autores (LILLEKER; JACKSON, 2009; 2011), relaciona-se com a observação de certa tendência à personalização da representação política através da internet, especialmente com a utilização de *facebook* e *twitter*. As características revelam uma utilização com ênfase para uma “autopromoção” do sujeito, que tende a perceber o representante como um indivíduo carregado de uma história pessoal e um percurso de vida e não como alguém desumanizado dentro do corpo político. No que se refere à relação de representação, os parlamentares estabeleceriam um vínculo mais próximo e individualizado com os eleitores. As redes sociais estariam agregando uma nova dimensão nas análises de representação política, “*promotion of self*”, como esclarecem os autores:

[...] we suggest that we may be witnessing the infancy of a fifth model, that of promotion of self, which focuses on the MP as a human being, not as a dehumanised cog within the body politic. Such an approach may be as either a natural concomitant of individuality, or a deliberate attempt to create an image. Representation online, therefore, does not just focus on ‘hard’ features such as role and functions, but also applies to ‘soft’ features such as personality and interests. (LILLEKER; JACKSON, 2009, p. 22).

Pereira (2012) traz à tona os construtos teóricos e empíricos desenvolvidos pelos autores acima trabalhados. Nesse sentido, observa duas questões a serem destacadas. A primeira relaciona-se com os trabalhos de Zittel e Norton e diz respeito à centralidade que ocupam os partidos políticos de massa na relação de representação, especialmente, no tocante à definição de agenda e na interação com os eleitores. E a segunda relaciona-se com uma maior elaboração teórica nos trabalhos de Coleman (2005), Coleman e Blumer (2009) e Karlsson (2011). Especificamente, com as ideias de “representação direta” e “interatividade”, a internet poderia potencializar a ideia de uma representação ágil, continua e permanente ao longo dos mandatos dos políticos.

A literatura internacional tem produzido evidências que mostram, em termos gerais, que a internet e, especificamente, as novas tecnologias digitais impactam em alguma medida na relação de representação. Levando em conta esta consideração, a perspectiva presente neste trabalho parte de alguns pressupostos fundamentais que permeiam nossas análises: (i) há diversas ênfases de viabilização de “*e - representação*”, isto é, diferentes modelos de representação política possíveis de serem divulgados na internet pelos parlamentares. Na medida em que o uso das tecnologias não é distribuído de forma homogênea por todas as elites, e, também, pelo fato dos parlamentares estarem inseridos num contexto constitucional específico, que segundo a teoria da escolha racional, atua restringendo o comportamento das elites. Esse contexto está mediado pela série de regras institucionais relacionadas ao sistema de governo, sistema eleitoral, estrangulamentos partidários, dentre outras variáveis institucionais; (ii) a relação de representação pode se fortalecer e, inclusive, se manter de forma continuada em tempos que não sejam específicos de campanha. Este quesito pode agregar informação apurada para os eleitores avaliarem em tempo cada um dos candidatos; e por último (iii) a comunicação entre os representantes e eleitores poderia ser incrementada agregando novos temas de agenda pública (BECHER, 2013; BRAGA; CRUZ, 2014).

No próximo item apresentaremos a discussão das nossas hipóteses de trabalho, incluindo as variáveis que dizem respeito às instituições democráticas, onde os parlamentares estão inseridos.

3.2 VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Na seção anterior expusemos os principais grupos de estudos tanto teóricos quanto empíricos sobre a temática específica deste trabalho. Isto é, os modelos de representação política que podem ser viabilizados através dos websites dos parlamentares. A seguir é apresentada a relação das variáveis independentes – variáveis institucionais que dizem respeito ao sistema de governo, sistema partidário, sistema eleitoral, subtipo de sistema eleitoral e sistema partidário²³. Por outro lado, a relação destas variáveis com a representação que pode ser estabelecida entre os parlamentares e os constituintes, entendendo que a representação política pode ser captada através da ideia de ênfases de atuação através da internet. Captar este pressuposto resulta interessante por duas questões fundamentais: (i) o uso da internet não é distribuído de forma homogênea por todas as elites; (ii) há margem para entender que, embora a teoria da escolha racional seja nosso quadro teórico, há uma série de questões que ficam alheias a nossa análise, dentre elas, a cultura política e os incentivos internos de cada casa parlamentar com relação ao uso da internet. Estas dimensões são relevantes, a fim de abranger o objeto a partir de outras perspectivas. No entanto, superam os objetivos iniciais desta pesquisa, por esse motivo não serão consideradas em nossa análise.

Isto posto, as hipóteses de pesquisa foram formuladas a partir da leitura e reflexão da literatura especializada, referenciada no capítulo inicial. O esforço intelectual foi no sentido de relacionar, por um lado, a teoria da representação política e a teoria de sistemas políticos, e, por outro, os diferentes usos e conteúdos viabilizados nos *websites* pelos deputados. Estas relações são apresentadas a seguir.

²³ Cabe esclarecer que, embora chamemos de variáveis independentes às dimensões institucionais, a nossa análise não contempla uma relação de causalidade, de impacto de uma variável sobre as outras. A presente pesquisa trabalha com a ideia de inter-relação das dimensões institucionais. Ou seja, as dimensões institucionais analisadas não produzem efeitos isolados, como bem explica Tavares (1998), “[...] Nenhum dos quatro elementos institucionais que integram funcionalmente o *sistema real de governo* - o sistema eleitoral, o sistema partidário, o sistema formal de governo e a forma, unitarista ou federativa do Estado – produz efeitos independentes e com abstração dos outros três aos quais se encontra intimamente articulado. Operando rigorosamente em combinação com os demais, cada um e todos produzem efeitos compósitos” (TAVARES, 1998, p. 44). Ao longo da pesquisa, procuramos relacionar as dimensões institucionais nessa perspectiva apontada por Tavares.

H1: Sistemas parlamentaristas com eleições majoritárias para a escolha de cargos legislativos nacionais em distritos eleitorais de baixa M e sistemas bipartidários – nos quais, os partidos fornecem incentivos para a cooperação coletiva na arena legislativa – tendem a apresentar maior eficiência governamental. Portanto, espera-se que, num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase na posição do partido, assim como no fortalecimento do vínculo com o eleitor. E menos ênfase no desempenho do parlamentar na casa legislativa, assim como, em políticas localistas quando comparadas com outros sistemas políticos.

A eficiência governamental ou modelo de segredo eficiente (COX, 1987), refere-se à habilidade das eleições oferecerem as chances para os eleitores identificarem e escolherem entre as diversas opções de governo. Um sistema ineficiente é aquele no qual as eleições oferecem aos eleitores mais serviços particularistas do que políticas nacionais (NETO; SANTOS, 2003). Os membros do Congresso buscam trazer a seus distritos projetos, trabalhos e outros serviços com a esperança de serem reeleitos. A Inglaterra possui um sistema altamente eficiente, pois os votantes conseguem identificar as diferentes escolhas apresentadas na campanha eleitoral (dois partidos). Um sistema menos eficiente é aquele no qual a capacidade de identificar as escolhas é menor (SHUGART; CAREY, 1992).

Nos sistemas majoritários, o eleitor vota no candidato e, indiretamente, no partido ao que esses candidatos pertencem (CAREY; SHUGART, 1995; COX 1997; NICOLAU, 2003; SARTORI, 2003; GALLAGHER; MITCHELL 2005). O Sistema majoritário tem o propósito de assegurar apenas a representação do candidato mais votado numa eleição. Em geral, é utilizado em distritos uninominais. Nesse caso, o candidato mais votado recebe 100% da representação e, os demais, independente da votação, ficam sem representação. Em termos práticos, num sistema parlamentarista com eleição majoritária para cargos legislativos, o executivo estará constituído pelo partido que obteve mais votos, conforme a contagem nacional. O partido majoritário define o rumo nacional e, quanto mais coeso, maior a concentração de poder. [...] Essa disciplina é obtida, por seu turno, por meio do quase-monopólio que o partido detém sobre grande número de distritos uninominais.

(TAVARES, 1998, p. 47). Por outro lado, um sistema presidencialista com eleições legislativas majoritárias em distritos uninominais, pode oferecer duas combinações. A primeira é quando o mesmo partido detém o executivo e a maioria no congresso. A segunda refere-se à situação oposta, quando partidos diferentes ocupam os poderes (TAVARES, 1994; 1998). No segundo caso, acontece o que se denomina como “governo dividido”, no qual a aprovação da plataforma do executivo pode vir a se complicar no Congresso, especificamente, quando há um partido de oposição coeso e disciplinado.

Sobre os efeitos do sistema eleitoral no sistema de partidos, Duverger estabeleceu a mais famosa correlação entre esses sistemas, que expressou em um esquema ou formula, ficaram conhecidas como “as leis de Duverger”, onde “[...] o sistema majoritário de maioria simples tende a gerar um sistema bipartidário” (Duverger, 1951, p. 245)²⁴. Segundo Sartori (2003), o formato bipartidário é definido “[...] por dois partidos relevantes, cada um dos quais governa sozinho (sem uma coalizão), independente dos “terceiros partidos” (SARTORI, 2003, p. 55)²⁵. O autor reformula os efeitos dos sistemas eleitorais a partir do enunciado de Duverger, e estabelece que o efeito do sistema eleitoral sobre o número de partidos é *reduutivo*, isto é, ou bem seu número é reduzido ou o sistema eleitoral se torna ineficaz, ou seja, para o autor não há um efeito multiplicador. Num sistema majoritário com distritos de baixa magnitude (M), o votante está limitado em opções desde o ponto de vista do distrito²⁶. Para Sartori, como o efeito sempre é reduutivo do sistema eleitoral, nem um sistema majoritário nem um proporcional podem reduzir a dois o número de partidos nacionais relevantes, a menos que os dois partidos sejam os competidores relevantes em todos os distritos.

Não apenas o sistema eleitoral condiciona o votante, mas também o sistema de partidos. Os sistemas partidários podem ser divididos em “fortes” e “fracos”, em

²⁴ Tradução da autora.

²⁵ Tradução da autora.

²⁶ A magnitude do distrito (M) determina quantas cadeiras o distrito elege. Nos sistemas majoritários, a M é uninominal, uma vaga por distrito e nos sistemas proporcionais de duas a mais cadeiras por distrito.

termos de estrutura²⁷. Conforme Sartori (2003), a regra para o sistema majoritário: um formato pluralista não pode, por si mesmo, produzir um formato nacional bipartidário em escala nacional, mas em qualquer circunstancia ajudará a manter um que já exista. Sempre que se estabelece um sistema bipartidário, o sistema majoritário exercerá efeitos tanto para manter o sistema vigente, quanto para deter o surgimento de novos partidos. Para isso, por um lado, o sistema de partidos deve estar estruturado e, por outro lado, é necessário que exista um eleitorado que não se submeta à pressão eleitoral e que esteja disperso pelos vários distritos em proporção abaixo da pluralidade.

Uma das vantagens do sistema majoritário é que permite aos eleitores maior controle da atividade dos representantes. Na realidade, esse atributo decorre não da fórmula eleitoral, mas da adoção de distritos uninominais. A eleição de um único nome por área geográfica (distrito eleitoral) permite que os eleitores tenham mais facilidade para identificar seu representante no Legislativo, acompanhar o desempenho de seu mandato e entrar em contato com esse deputado. A política do parlamentar tende a estar orientada ao distrito que o elegeu. Conforme o modelo teórico partidário²⁸, Cox e McCubbins (1993), partindo da máxima que os legisladores são motivados a agir pela reeleição, estes podem, ao longo do mandato, se munir tanto de reputação pessoal, quanto da reputação partidária. A primeira busca a reputação individual através de políticas particularistas de tipo “*pork barrel*”²⁹. A segunda visa bens coletivos para todos os legisladores do partido

²⁷ Conforme Sartori (2003) “En concreto y sencillamente, “vemos” un sistema de partidos estructurado cuando el partido organizado de masas desplaza y en gran medida reemplaza al partido de notables” (SARTORI, 2003, p. 52).

²⁸ A produção intelectual sobre o poder legislativo desde a década de 1970 nos EUA tem se desenvolvido a partir de três modelos teóricos. Um destes modelos é o “partidário”, a análise parte de considerar como atores principais os partidos políticos no seio do Congresso. O partido majoritário possui a capacidade de controle da agenda do legislativo, principalmente, através das lideranças e das presidências das comissões e da casa. Os outros dois modelos são o “informacional” e “distributivista”, ambos partem da centralidade das comissões legislativas na análise. No entanto, há diferenças na estrutura do poder que estas exercem. Como detalha Carvalho (2003): “[...] Enquanto na visão distributivista as comissões são consideradas agentes de distribuição, diminuindo os custos de transação e maximizando os ganhos de troca, na visão informacional aparecem como fatores especializados de produção, na designação de Shepsle e Weingast (1995)” (CARVALHO, 2003, p. 39).

²⁹ O termo *pork barrel* significa projeto governamental, entendidos como alocação de obras, recursos ou empregos públicos que trazem benefícios localizados para uma clientela eleitoral. Os políticos utilizam estes instrumentos mais para a obtenção de vantagens políticas do que para o interesse público.

(CARVALHO, 2003). Diante desse cenário, se apresentam dois dilemas referentes à compatibilização dos bens individuais e coletivos, a fim de que os primeiros não se produzam em abundância: (i) quando não há estruturas reguladas e institucionalizadas de funcionamento legislativo na casa, os legisladores privilegiarão bens privados em abundância a fim de obter sua reeleição. Em contrapartida, os partidos podem oferecer incentivos que sejam capazes de induzir as lideranças a se comportarem em prol dos objetivos do partido e, a arcarem com os custos da ação coletiva. Nesse sentido, a posição de maioria no parlamento tende a ser maximizada na próxima eleição; (ii) isoladamente, os legisladores não têm muitas chances de obter algum tipo de benefício para seus redutos eleitorais. Não obstante, o partido pode fornecer os incentivos necessários para que a cooperação exista (COX; MCCUBBINS, 2003). As casas legislativas podem possuir uma série de regras e normativas que, em última instância, contribuem para a existência de um maior controle do baixo clero legislativo por parte das lideranças partidárias. O poder de definir a agenda do plenário ou a nomeação dos integrantes das comissões são exemplos desse tipo de controle.

Com relação à governabilidade, os eleitores cujos candidatos preferidos têm poucas chances de serem eleitos tendem a votar estrategicamente. Isto é, para que seus votos não sejam desperdiçados, escolhem um candidato com mais chance de ser eleito. Este comportamento fortalece os principais partidos, o que favoreceria a governabilidade em detrimento da representatividade. “De fato, os sistemas eleitorais onde o “vencedor” fica com todo é prática a busca de governos efetivos através da criação de maiorias que apóiem o governo” (SARTORI, 2003, p. 67). Os defensores do sistema majoritário argumentam que, este sistema ajuda a eleger uma maioria governativa, ou seja, tende a produzir governos unipartidários (contribui para a eficiência), o que favoreceria a diminuição da fragmentação partidária, reduzindo o número de partidos e contribuindo para criar um relacionamento direto entre os eleitores e seus representantes. Os eleitores podem ter mais controle sobre a atividade dos representantes e, por último, melhorar a qualidade dos que são eleitos (NICOLAU, 2004). Em linhas gerais, a ênfase na dimensão da governabilidade acaba afetando a representatividade.

HII: Sistemas presidencialistas com eleições proporcionais de lista aberta para a escolha de cargos legislativos nacionais, com distritos eleitorais com maiores M e sistemas multipartidários – nos quais, os partidos centralizam os trabalhos legislativos através das lideranças partidárias – tendem a possuir uma maior representatividade. Portanto, espera-se que num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase no seu desempenho pessoal como parlamentar ou em políticas localistas. E menos ênfase na posição do partido, assim como no fortalecimento da relação com o eleitor.

O sistema eleitoral pode ser dimensionado pelo grau de representação da diversidade, isto é, pela representatividade do sistema. Essa diversidade pode ser expressa em termos geográficos, através dos interesses locais, ou setorialmente, através dos interesses estreitos dos grupos da sociedade. Se a representação toma o lugar de bases locais, estritamente, pode ser associado com uma alta ineficiência eleitoral e de processo legislativo. Conforme o modelo de segredo eficiente (COX, 1987), seu sistema oposto estaria caracterizado por três dimensões específicas: (i) a disciplina partidária é fraca; (ii) um executivo dotado de fortes poderes legislativos³⁰ e líderes partidários com baixa capacidade de controle no legislativo; (iii) os representantes não oferecem opções claras a respeito das políticas de cunho nacional e possuem um foco mais localistas (NETO; SANTOS, 2003). No entanto, nem sempre os sistemas que privilegiam a representatividade estão integrados dessas dimensões. Com relação à representação local, esta também pode significar a habilidade de articular preocupações políticas de uma região específica, por exemplo, políticas geográficas concentradas em minorias étnicas. A representação local pode ser a combinação de serviços particulares, como políticas do tipo “*pork barrel*”, e interesses políticos sobre preocupações políticas (SHUGART; CAREY,

³⁰ Referem-se aos poderes reativos e proativos do executivo. Os primeiros permitem que o Executivo possa sustentar a ordem existente inclusive quando não tiver maioria no parlamento (AMORIM NETO, 2006). O veto presidencial é um exemplo, que pode ser total ou parcial. O veto parcial é um instrumento mais eficaz, na medida em que, permite ao Executivo a possibilidade de mudar pequenos trechos dos projetos (ANASTASIA et al. 2004). Dentre os poderes proativos, encontram-se as medidas provisórias ou os decretos. “A importância dos poderes legislativos reside no fato de que afetam as estratégias decisórias dos presidentes e o desenho dos seus gabinetes” (AMORIM NETO, 2006, p. 26).

1992). Neto e Santos (2003) esclarecem sobre o sistema político brasileiro de coalizão, que tem se aprofundado nos últimos anos:

O modelo simplesmente não leva em consideração a possibilidade de que os presidentes e os partidos eventualmente se unam para compor maiorias de governo estáveis. Quando são formadas, essas maiorias podem oferecer a os eleitores importantes informações acerca de quem deve ser cobrado pelas políticas públicas nacionais em eleições congressuais, contribuindo para elevar o nível de eficiência eleitoral. Sempre que o Executivo tem o apoio de uma coalizão estável, as eleições congressuais podem alcançar níveis significativamente mais elevados de eficiência eleitoral. (NETO; SANTOS, 2003, p. 691).

Nos sistemas proporcionais de representação, o objetivo básico é o de representar tanto as maiorias, quanto as minorias, com o intuito de expressar proporcionalmente a votação em termos de cadeiras parlamentares (LIJPHART, 2003). A ideia é garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação, ou seja, garantir uma equidade matemática entre os votos e as cadeiras dos partidos que disputaram uma eleição (NICOLAU, 2004). O fator mais importante para estabelecer a proporcionalidade de um sistema de representação é o tamanho do distrito eleitoral. Quanto maior a magnitude do distrito (M), maior a capacidade de um sistema atender a critérios de proporcionalidade, na medida em que, M impacta nas chances de um partido pequeno obter representação (LIJPHART, 1994). Há uma relação entre a fórmula eleitoral e a magnitude do distrito eleitoral. O sistema proporcional deve necessariamente utilizar distritos plurinominais para garantir um resultado minimamente proporcional. O número de representantes tem um impacto sobre a maior ou menor proporcionalidade quando se comparam os votos e as cadeiras de cada partido em uma eleição. Com mais cadeiras em disputa, um pequeno partido aumenta suas chances de obter representação. Por exemplo, um partido com 5% dos votos provavelmente não elegeria ninguém num distrito com M: 1, mas garantiria uma representação num distrito com M: 25 (NICOLAU, 2004; SARTORI, 2003).

Uma das variantes do sistema proporcional é o sistema de lista. Até os anos 70 do século XIX, as críticas às diversas versões do sistema majoritário, em

funcionamento nos países europeus, derivaram nos argumentos apresentados por Thomas Hare e Stuart Mill. Na década seguinte, o belga Victor D'Hondt propôs uma forma baseada no princípio de que a função primordial de um sistema eleitoral é permitir a representação das opiniões da sociedade expressas pelos partidos políticos. Na proposta, cada partido apresentaria uma lista de candidatos e a distribuição das cadeiras seria feita de acordo com os votos dados em cada lista partidária (NICOLAU, 2004). Na lista aberta não existe uma ordem de preferência de candidatos por partido, os eleitores definem os nomes que ocuparão as cadeiras conquistadas pelos partidos ou coligações. Cada partido apresenta uma lista de candidatos não ordenada e os votos recebidos pelos candidatos da lista são somados e utilizados para definir o número de cadeiras conquistadas pelo partido. Assim, estas serão ocupadas pelos candidatos mais votados (KLEIN, 2007). A ênfase é alocada nos eleitores e, nesse sentido, os candidatos teriam incentivos para cultivar laços com estes.

Alguns estudiosos (CAREY; SHUGART, 1995; CAIN; FEREJHON; FIORINA, 1987; COX; MCCUBBINS, 2001; SAMUEL, 1997; SCHUGART, 2005) têm enfatizado que os sistemas proporcionais de lista aberta tendem a estimular campanhas centradas no candidato. Como os candidatos têm que obter votos individuais, é natural que reforcem seus atributos (reputação pessoal) para se distinguir dos colegas de partido, ou dos atributos que são comuns a todos os membros do partido (reputação partidária). A lista aberta tende a “personalizar” a escolha eleitoral mais do que nos modelos de lista fechada e flexível. Os partidos têm fortes incentivos para atrair nomes de lideranças e personalidade com “alta popularidade”. Como a bancada final do partido depende do somatório de votos que cada candidato conquista individualmente, quantos mais nomes expressivos o partido tiver, maiores as chances de eleger uma bancada significativa. Ou seja, o sistema incentiva fortemente o individualismo nas campanhas (MAINWARING, 1991; 2001). O sistema de lista aberta possibilita um equilíbrio entre os interesses mais amplos e os mais estreitos. A desvantagem é que, ao incentivar o cultivo de laços pessoais com os eleitores, é mais propício à troca de favores individuais entre representados e representantes. Os críticos deste sistema enfatizam que este

comportamento pode levar ao exercício de práticas clientelistas³¹. Se as vantagens são bancadas com recursos públicos e voltadas a um grupo maior de eleitores de uma área específica, trata-se do que a literatura chama de *pork barrel*. Os recursos públicos, em vez de serem investidos em políticas universalistas, são alocados em redutos eleitorais, por meio das políticas distributivistas. Este argumento, sustentado fortemente pelas análises que partem do modelo teórico distributivista, enfatiza que os parlamentares buscam a reeleição e, portanto, resulta necessário agradar suas clientelas³². No entanto, não existe uma relação necessária entre a lista aberta e o desenvolvimento de atividades do tipo *pork barrel*. O retorno eleitoral, também não se dá, obrigatoriamente conforme a atuação do parlamentar durante o mandato, na medida em que pode ser fruto de apelos eleitorais mais imediatos na campanha. Outra das críticas refere-se ao comportamento dos deputados no parlamento. Estes atuam de modo individualista, fomentando a indisciplina partidária, prática que enfraqueceria os partidos na arena eleitoral (NICOLAU, 2004). Uma vez que os candidatos dependem apenas de si para se elegerem, estes desfrutam de uma autonomia em relação aos líderes do partido.

Segundo Figueiredo e Limongi (1995), as críticas acima, sobre o comportamento dos legisladores no plenário, estão pautadas pela projeção dos efeitos da arena eleitoral para a arena legislativa, sem constatar o funcionamento interno das casas legislativas em sistemas com as características mencionadas. Quando o foco de análise fica orientado pelas estruturas internas das casas, percebe-se que o comportamento do parlamentar visando sua reputação individual, via políticas distributivistas, resulta impedido na maioria das vezes. Isso acontece pelo efeito bloqueador da organização interna do Legislativo. Embora os líderes

³¹ Conforme Carvalho (1997) pode-se definir o clientelismo como “[...] De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 2).

³² Para os adeptos ao modelo “distributivista”, a dimensão a ser considerada chave para entender a organização legislativa é externa ao Congresso e, situa-se no momento eleitoral, o elemento crucial a ser considerado seria a forma pela qual os parlamentares se elegem. Sobre as especificações deste modelo teórico, conferir Fiorina (1989), o autor destaca dois comportamentos por parte dos parlamentares que, estariam se generalizando após as eleições legislativas de 1976 nos EUA, num contexto, onde o Governo Federal via suas funções cada vez mais em aumento: (i) a capacidade do legislador de resolver conflitos entre os eleitores e a burocracia nos respectivos distritos, o que a literatura começou a chamar de “*casework*” e, (ii) a capacidade de transferir recursos particularistas aos distritos de origem, as políticas de tipo “*pork-barrel*” (CARVALHO, 2003, p. 38).

partidários não tenham, na prática, mecanismos regrados a fim de punir os parlamentares indisciplinados, eles têm o controle total sobre as agendas dos trabalhos internos. Esse comportamento influencia a capacidade de atuação individual dos legisladores.

No Congresso brasileiro, a despeito do quase ilimitado poder propositivo do parlamentar individual, é muito pequena a sua capacidade de influenciar o resultado legislativo. As regras que regulam este processo favorecem sobremaneira as lideranças partidárias. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995, p. 17).

A distribuição interna de forças no parlamento orienta a repartição de poder. E são os partidos, através de suas lideranças, os encarregados dessa missão. No presidencialismo de coalizão, as lideranças partidárias detêm a distribuição dos integrantes que comporão as comissões e cabe à maior bancada a presidência da casa. A dinâmica num parlamentarismo com as características acima mencionadas não dista muito do regime presidencialista: “[...] poder de agenda do presidente equivale ao do primeiro-ministro, partidos disciplinados por lideranças que concentram todo o poder, *backbenchers* desprovidos de acesso à arena decisória” (CARVALHO, 2003, p. 48).

Com relação aos efeitos do sistema eleitoral sobre o número de partidos, Duverger (1951) estabeleceu que o sistema de duplo voto da maioria com representação proporcional tende ao multipartidarismo. Para Sartori (2003), o sistema de representação proporcional também possui efeitos redutivos, embora em escala menor que o sistema majoritário. Isso acontece quando o sistema proporcional funciona em distritos pequenos, onde se estabelece um limite de representação, nessas condições, os partidos menores, cujo eleitorado esteja disperso em vários distritos tendem a desaparecer. No entanto, as formulas impuras de representação proporcional³³ provavelmente originem de um a três partidos por cima do formato bipartidário. Este formato gerará a mecânica do multipartidarismo

³³ Para determinar a pureza de um sistema de representação proporcional deve se considerar a fórmula de transformação de votos em cadeiras. O sistema mais puro é o voto único transferível, os votantes enumeram aos candidatos dos partidos por ordem de preferência, independentemente do partido do candidato. Dentre as formas menos puras, a mais utilizada é o método D’Hondt, que estabelece um bônus para o partido mais votado do distrito, e por isso, é a menos proporcional quando se comparam os votos e as cadeiras dos partidos (SARTORI, 2003; NICOLAU, 2004).

moderado (mudanças bipolares nos governos de coligação)³⁴ somente se o sistema político não estiver muito polarizado. Por outro lado, o sistema proporcional puro ou relativamente puro leva ao formato de cinco partidos a sete; inclusive quando a polarização for baixa ou média, esse formato tenderá ao multipartidarismo polarizado (competição de coalizões de centro com alterações periféricas de partidos contrários ao sistema).

H III: Sistemas parlamentaristas com eleições proporcionais de lista fechada para a escolha de cargos legislativos nacionais, com distritos eleitorais com maiores M e sistemas multipartidários – nos quais, os partidos centralizam os trabalhos legislativos através das lideranças partidárias – tendem a possuir uma maior representatividade. Portanto, espera-se que num sistema com essas características, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com ênfase tanto na posição do partido e fortalecimento do vínculo com o eleitor quanto no desempenho pessoal ou em políticas localistas.

Nos sistemas parlamentaristas com representação proporcional e sistemas multipartidários, o gabinete é exercido por uma coalizão dos partidos. Esta surge, na maioria das vezes, do compromisso dos partidos que obtiveram maior representação no parlamento. Como detalha Tavares (1998):

“[...] As coalizões partidárias no interior do parlamento ou, mais especificamente, da câmara baixa, tornam-se decisivas do ponto de vista da constituição do governo. E como, por outro lado, em tal regime os parlamentares estão permanentemente colocados diante de sua função de eleger e destituir o gabinete, a configuração das coalizões partidárias no parlamento tende à estabilidade e à permanência, nele gerando a disciplina interna de dois grandes blocos. (TAVARES, 1998, p. 50).

Com relação ao tipo de lista para a escolha dos representantes, na lista fechada os partidos definem antes das eleições o ordenamento dos candidatos e os eleitores votam num partido; nesse sentido, não podem expressar preferência por

³⁴ A polarização sistêmica é definida como “[...] la distancia (ideológica o de outra natureza) entre los partidos importantes más alejados entre sí” (SARTORI, 2003, p. 58).

um determinado candidato da lista. As cadeiras que cada partido receber serão ocupadas pelos primeiros nomes da lista. O partido tem o controle do perfil dos parlamentares que serão eleitos e, assim, certos grupos dominantes dentro de cada partido se beneficiam, colocando seus quadros entre os primeiros da lista (KLEIN, 2007).

Para os defensores da lista fechada, os cidadãos ao deixarem de votar em propostas individuais de candidatos, estruturam suas preferências em torno de programas partidários. Esse efeito psicológico esperado é o de identificação partidária. Na lista aberta, os eleitores têm a chance de punir o mau parlamentar. Na lista fechada, essa é uma prerrogativa exclusiva do partido. A principal desvantagem é a impossibilidade de os leitores influenciarem a escolha de representantes individuais. Os partidos escolhem tipicamente seus candidatos de modo centralizado, pois o objetivo é que os membros da agremiação ajam disciplinadamente em torno das diretrizes traçadas pela direção partidária. Os deputados têm poucos estímulos para manter relações estreitas com os eleitores e satisfazer suas demandas. Uma das principais desvantagens apontada por alguns analistas é a ausência de accountability. A prestação de contas é voltada para a direção partidária, pois são os líderes dos partidos os responsáveis por elaborar a lista eleitoral. O resultado dessa situação é que o vínculo entre os legisladores e os eleitores tenderia a ser rarefeito.

Quem se fortalece neste sistema? Os líderes, o poder do partido passa a se concentrar nas mãos de uma elite, configurando o fenômeno do caciquismo ou da oligarquização partidária. Se a lista é elaborada por chefes locais ou regionais, a oligarquização é menos concentrada do que quando a lista é ordenada por uma elite partidária nacional. Na Argentina, por exemplo, as listas são feitas nos níveis local, regional e nacional. O sistema coexiste com mecanismos diretos de seleção de candidatos. Um líder que queira ser bem-sucedido necessita de uma figura que mobilize os votos dos eleitores para as internas do partido. Esta figura chama-se “*puntero*”. Estes controlam e acumulam fichas de filiação, quando os líderes evitam a competição interna, cumprem um papel central.

El «puntero» es un empresario político que controla un territorio determinado –en general, su zona de influencia se corresponde con las unidades electorales existentes en el distrito en el que actúa– y ofrece sus servicios a los líderes interesados. [...] el puntero tiende a acercarse al líder que cuenta con los mejores recursos para distribuir o, nuevamente, en al jerga política, quien maneja «caja». Entre las diversas monedas de intercambio entre líderes y «punteros» una de las más usuales es la promesa de cargos, tanto en el partido como en el gobierno. (MUSTAPIC, 2002, 175).

No próximo item, as hipóteses serão desagregadas em categorias empíricas com a finalidade de analisar os modelos de representação política através dos websites parlamentares. Isto é, na continuação é explicitada a metodologia de análise, os passos metodológicos para a elaboração desta pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O referencial teórico abordado nesta tese foi o da perspectiva institucionalista, especificamente, o da teoria da escolha racional. As instituições são percebidas como sistemas de regras e incentivos, a partir dos quais indivíduos com base em cálculos estratégicos definem o curso das ações a fim de maximizar seus interesses (PETERS, 2003; PETER; TAYLOR, 2003; STEINMO et al., 1992). O comportamento dos atores é influenciado por um cálculo estratégico. E esse cálculo é fortemente afetado pelas expectativas dos atores em relação ao comportamento provável de outros atores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a sequência de alternativas possíveis.

Com relação aos procedimentos metodológicos, isto é, ao método e às técnicas que foram utilizadas neste trabalho, a escolha foi por uma pesquisa quantitativa, na qual utilizamos instrumentos formais para a coleta e sistematização dos dados, com foco em alguns conceitos inter-relacionados no intuito de construir uma série de hipóteses, ou seja, uma série de ideias preconcebidas a partir da literatura informada nesta tese.

Neste capítulo são explicitadas as técnicas de pesquisa, assim como, em termos de estratégia, as questões que nortearam todo o processo de coleta e sistematização dos dados. Na sequência, é explicitada a relação de variáveis independentes e dependentes com as respectivas categorias.

4.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Como já explicitado, nosso referencial teórico foi o da perspectiva institucionalista, especificamente o da teoria da escolha racional. Por outro lado, o método utilizado se aproxima em alguns pontos ao “*Qualitative Comparative*

*Analysis (QCA) as an Approach*³⁵. O método pode ser considerado em dois níveis: como uma estratégia de investigação em termos epistemológicos, ou como um conjunto de técnicas concretas (RIHOUX, 2006). No entanto, o método por referência das pesquisas é o “método comparado” no sentido estrito do termo. A análise empírica é norteadada pela similaridade e as diferenças existentes entre os casos analisados e, nesse sentido, não há questionamentos sobre sua validade científica: “[...] o procedimento comparativo é o que produz explicações mais robustas do ponto de vista científico, pois fornece aos pesquisadores vários casos estratégicos a partir dos quais ele pode controlar a relação entre as variáveis analisadas” (PERISSINOTTO, 2013, p. 151).

Com relação às estratégias de pesquisa, podemos mencionar as seguintes questões que orientaram nosso desenho metodológico. Em primeiro lugar, a escolha das variáveis a serem analisadas foi teoricamente orientada. No processo de análise comparativa QCA, o pesquisador estabelece um diálogo entre os casos e as teorias relevantes (RIHOUX; MARX, 2013). Em segundo lugar, o método QCA foi pensado para realizar associações entre determinadas condições, a partir do conjunto de configuração de casos, e não apenas o efeito específico de uma variável sobre o objeto estudado. Ou seja, a explicação dos fenômenos analisados visa o estudo de múltiplas causas combinadas. Em nosso trabalho, contempla-se em parte esta questão, pois as variáveis institucionais são desagregadas em várias outras através da lógica de presença/ausência das categorias. No entanto, há uma série de possíveis variáveis explicativas que fogem da análise – como, por exemplo, a dimensão regional – que, em alguma medida, poderia afetar o peso das dimensões institucionais sob análise. Ou seja, este tipo de análise é também denominado de método configuracional, que se diferencia dos métodos quantitativos tradicionais, pelo fato de que o fim último não é a generalização estatística, mas a associação de variáveis. A observação no método QCA tem natureza qualitativa e os casos podem ser separados em conjuntos com características específicas. Com relação às

³⁵ QCA é uma abordagem de investigação e não apenas um conjunto de técnicas. O método comparado é a técnica de pesquisa por excelência. Como bem exemplifica Rihoux el Marx (2013), “The Comparative Method authored by Charles C. Ragin (1987) is an agenda-setting volume in many ways. In particular, it laid the foundations for the development of QCA (Qualitative Comparative Analysis), which has now expanded in different directions: development of new techniques (crisp-set QCA, then multivalued QCA and fuzzy-set QCA), diversification of applications and complementarities with other methods – twenty-five years, innovations are being developed along several fronts” (RIHOUX; MARX, 2013, p. 167).

variáveis institucionais que foram incluídas em nossa pesquisa, estas constituem um conjunto de dimensões dos governos representativos que se encontram relacionadas entre si. Todas são variáveis categóricas nominais³⁶.

Na continuação segue uma sistematização entre os métodos quantitativos e o método configuracional a modo de esquematização (SANDES FREITAS; BIZARRO NETO, 2014). Não temos como intuito relatar ou explicitar todas as configurações possíveis do método CQA, apenas inferir, que: (i) nossa escolha foi por um estudo comparado; (ii) a preferência dos casos foi intencional, isto é, foi mapeada uma série de países que continham as dimensões institucionais requeridas; e, por fim, (iii) a análise dos dados não será norteadada pela busca da generalização estatística. O objetivo será medir as presenças de categorias nominais das variáveis, ou seja, uma análise multivariada.

Quadro 2 – Métodos quantitativos e método configuracional

Métodos quantitativos convencionais	Método configuracional (QCA)
Amostra aleatória	Seleção intencional dos casos para incluir casos típicos
Generalização estatística	Generalização modesta, limitada no tempo e no espaço
Causalidade única ou múltipla	Causalidade múltipla conjuntural
Desmembra os casos em um conjunto de variáveis independentes	Desmembra casos em um conjunto de atributos inter-relacionados.
Foco nas variáveis e nas relações entre variáveis causais e dependentes	Foco em configurações de variáveis que resultem em diferentes resultados

FONTE: SANDES FREITAS; BIZARRO NETO, 2014, p. 6, apud Riboux; Ragin (2009) e Ragin (2008).

Isto posto, no quadro 3 é apresentada a relação das variáveis que constituem nossas hipóteses. Cabe lembrar que, este procedimento constitui um dos desafios que os cientistas sociais se defrontam ao tentar operacionalizar conceitos em variáveis que sejam empiricamente observáveis.

³⁶ Resulta necessário apontar, em termos mais amplos, um ponto do método QCA que, nosso trabalho não contempla, referem-se às variáveis envolvidas no modelo, estas deveriam ser retiradas do contexto em que elas operam. Ou seja, um diálogo em detalhe sobre as singularidades históricas dos países, onde os parlamentares atuam. Questão que foge de nossos objetivos de pesquisa.

Constata-se na tabela a seguir, a relação de países escolhidos para a pesquisa e as correspondentes variáveis institucionais. Foram selecionados os deputados de Reino Unido, Brasil e Bélgica. Para a escolha destes países foram consideradas três questões centrais: (i) que fossem democracias representativas, isto é, cumpririam os critérios de Dahl para a definição de poliarquia³⁷; (ii) que possuísem a presença e ausência das categorias que constituem as variáveis com o fim de serem casos comparáveis; e (iii) que, em sua maioria, os parlamentares das casas legislativas nacionais possuísem websites ou blogs.

QUADRO 3 - RELAÇÃO DE PAÍSES E VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS

Sistema Eleitoral	Presidencialismo	Parlamentarismo
Majoritária		Inglaterra
Proporcional	Brasil	Bélgica
Subtipo de Sistema Eleitoral		
Maioria Simples		Inglaterra
Lista Aberta	Brasil	
Lista Fechada		Bélgica
Magnitude do Distrito		
Baixa		Inglaterra
Alta	Brasil	Bélgica
Sistema Partidário		
Bipartidário		Inglaterra
Multipartidário	Brasil	Bélgica

FONTE: Elaboração própria a partir de INTER-PARLIAMENTARYUNION

Nota: Bélgica possui lista flexível, no entanto, foi categorizada como fechada³⁸.

Com relação ao universo empírico da pesquisa, trabalhou-se com uma amostra probabilística estratificada. Todos os parlamentares das três Câmaras de deputados, que possuíam websites ou blogs referidos ao exercício do mandato,

³⁷ Os critérios de Dahl são: 1- Autoridades públicas eleitas. 2- Eleições livres e competitivas. 3- Sufrágio universal. 4- Liberdade de expressão. 5- Fontes alternativas de informação. 6- Liberdade de associação.

³⁸ A regra estabelece que na lista flexível, o eleitor deva votar na lista apresentada pelo partido. No entanto, também pode realizar outra opção de voto opcional no candidato. Nesse sentido, foi classificada como fechada pelo fato de ser obrigatória a escolha no partido, essa era a questão que interessava a fim de contrapor com a eleição no Brasil que, sendo o sistema eleitoral proporcional ao igual que Bélgica, difere no tipo de lista.

tenham alguma chance de ser incluídas na amostra³⁹. Procuramos assegurar que a amostra de cada país fosse representativa do universo. Para tanto, dividimos o total de deputados dos três países conforme os seguintes estratos: partido político e sexo. “A principal vantagem da amostra estratificada é assegurar, caso seja do interesse do pesquisador ou de quem contrata a pesquisa, a representatividade de cada subcategoria” (ALMEIDA, 2002, p. 54). Com relação ao tamanho da amostra por país, optou-se por duzentos casos para Inglaterra e Brasil e, cem casos para Bélgica. Nesse sentido, definido o tamanho da amostra, o passo seguinte foi estabelecer como seria escolhido cada um dos casos conforme o partido e o sexo, que formam nossos estratos. Para isso, foi necessário determinar o número de casos por partido e por sexo e, também o salto necessário a ser feito para a escolha. Por exemplo, para um total de 15 deputados homens do partido democrata brasileiro, foram escolhidos oito deputados, e o salto para a escolha foi de dois deputados. O roteiro da fórmula foi o seguinte: 1) Total de homens/mulheres por partido que possui website * 100 / total geral; 2) Número anterior * 2 = número de casos a serem analisados e, por último 3) Averiguar o salto para obter a aleatoriedade. Total de homens do partido conservador / número de casos que irei analisar.

Conforme o Quadro 4, os casos totais por casa legislativa não correspondem exatamente aos valores mencionados, devido ao fato de todos os casos terem sido arredondados para o dígito mais próximo. No quadro também constam outras informações de referência para a pesquisa.

³⁹ A opção por escolher uma das câmaras, nesse caso a Câmara de deputados deve-se ao fato de que, em alguns países (por exemplo, na Inglaterra) na segunda casa legislativa, seus membros não são eleitos pela população.

QUADRO 4 - RELAÇÃO DE PAÍSES, DADOS DE UNIVERSO E AMOSTRA

País	Nome da Câmara	Total de membros	Amostra	Anos de mandato	Site- Câmara dos deputados	Ano da última eleição
Inglaterra	House of Commons	650	198	5 anos	http://www.parliament.uk	06/05/2010
Brasil	Câmara dos deputados	513	194	4 anos	http://www2.camara.gov.br/	05/10/2014
Bélgica	Chambre des Représentants	150	95	4 anos	http://www.dekamer.be/kvvcr/index.cfm?language=fr	25/05/2014

FONTE: Elaboração própria a partir de INTER-PARLIAMENTARYUNION

O período de coleta e pesquisa foi durante os meses de março, abril e maio de 2014. Para estudar o uso da internet pelos deputados em contextos institucionais diferentes, partimos da construção de uma planilha de dados com uma série de variáveis para a coleta e sistematização de informações sobre diversos aspectos passíveis de ser localizados em sites de parlamentares. Tivemos como inspiração outros estudos sobre o uso da internet por parlamentares (NICOLÁS, 2009; RICKEN, 2011; BRAGA et al., 2013; BECHER, 2013). A diferença é que neste trabalho aprofundamos as técnicas de conteúdo dos websites, especialmente no que diz respeito às variáveis utilizadas, tendo em vista a revisão da literatura sobre a temática da pesquisa⁴⁰.

Nossas variáveis independentes estão constituídas por dois níveis, um micro e outro macro. O primeiro nível micro corresponde às variáveis individuais referentes aos deputados – idade, sexo, escolaridade, tamanho do partido, governo e ideologia. O segundo nível macro corresponde as nossas variáveis institucionais - Sistema de Governo, Sistema Eleitoral, Subtipo de Sistema eleitoral, Magnitude do distrito e Sistema de Partidos.

Consideramos como variáveis dependentes as ênfases de RP (Representação Política) criadas a partir de 49 variáveis passíveis de serem localizadas nos websites dos deputados. Ou seja, realizou-se uma análise de conteúdo com o intuito de mapear as dimensões em cada um dos sites analisados.

⁴⁰ Como já mencionado, os trabalhos pioneiros sobre uso de internet e representação política (NORTON, 2007; LILLEKER; JACKSON, 2009; 2011).

O critério adotado para classificar cada uma das variáveis teve como objetivo duas questões. Por um lado, constatar a presença de cada item nos sites e, por outro, testar a funcionalidade de cada uma das variáveis analisadas. A seguir cada uma das categorias de nossas 49 variáveis:

- 1: Não existe informação ou link [ausência total de informação ou link no site]
- 2: Informação ou link insatisfatório [há o link, porém não funciona]
- 3: Informação ou link incompleto [há o link, porém é incompleto, ou seja, falta informação]
- 4: Existe informação ou link insatisfatório [existe, porém não é visível]
- 5: Existe informação ou link [o item funciona e é completo e satisfatório]

Cada ênfase específica da formulação das nossas hipóteses se compõe por entre nove e dezessete variáveis. Estas são detalhadas a continuação:

Ênfase 1 – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO: nesta categoria foram incluídas variáveis que se relacionam com conteúdo que evidencia a intenção de promover a legenda do partido político. Isto se dá através de mensagens, links ou imagens que vinculem o político ao agrupamento partidário ao qual pertence. Especificamente, pode ser efetivado nos websites através da presença das políticas e plataforma programática da agremiação, da imagem e as figuras mais importantes do partido e, também pelos links de contato com as páginas virtuais do diretório nacional, dentre alguns dos aspectos analisados. Ou seja, a presença de informações e de recursos que explicitem e reforcem os vínculos entre o político e o agrupamento político-partidário (LILLEKER; JACKSON, 2009).

As variáveis foram: Destaque para legenda do partido/página inicial; Cor do partido; Logo do partido; Link para o site nacional do partido; Link para o *Twitter* do partido; Link para o *Facebook* do partido; link para o *Flickr* do partido; Destaque para plataforma ideológica do partido; Filiação online; Há destaque para políticas abrangentes (nacionais); links para contribuição financeira ao partido ou político; Quais temas/categorias políticas abrangentes (nacionais)?

Ênfase 2 – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR: esta dimensão de análise trata dos mecanismos presentes nos websites dos deputados que permitem criar um relacionamento mais estreito entre os eleitores e seus representantes. Desta forma, espera-se que o parlamentar viabilize algum conteúdo que permita identificar os pontos de vista do eleitorado. Segundo Norton (2007), os parlamentares que visam este tipo de ação em seus websites provavelmente procuram incrementar o apoio popular através da estratégia de permitir aos cidadãos uma percepção de maior participação no processo político e na ação dos representantes, contornando os obstáculos institucionais ou aqueles interpostos pelas organizações partidárias para um contato mais direto e informal entre ambos. Além disso, viabilizam-se mecanismos que ofereçam informação apurada a fim dos eleitores terem mais controle sobre a atividade dos representantes⁴¹. A partir da análise de algumas das características dos websites procuramos averiguar especificamente se os deputados disponibilizam questionários, *surveys*, enquetes, etc., ou seja, saber se o parlamentar tem a preocupação de ter acesso à posição de seus eleitores para assim responder seus anseios de forma adequada. Questões que dizem respeito aos gastos parlamentares, funcionários e informação sobre o local onde foi eleito, também foram consideradas.

As variáveis foram: Formulário para contato por e-mail/fale conosco?; Informa funcionários do gabinete? ; Informação sobre ajuda ao eleitor; Há destaque para perguntas frequentes sobre o atividade parlamentar?; Informa gastos da atividade parlamentar; Instrumentos para identificar o que pensam os eleitores sobre determinadas questões; Enquete sobre temas diversos; Há resultado das enquetes?; Há destaque para notícias sobre o local onde foi eleito; Informação geral sobre o constituency; Há mapa do Constituency?

Ênfase 3 – DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR: a terceira categoria de análise se caracteriza por um comportamento dos deputados que evidencia o intuito de solucionar os problemas dos eleitores de forma individual, evidenciando o caráter direto da sua atuação. Isto é, os deputados procuram

⁴¹ Aqui, refere-se ao termo em inglês de *accountability*.

averiguar as demandas de cunho particularista e, a partir de tais demandas tentarem solucionar ou atuar em prol dessas exigências. A conduta orientada por esse modelo prioriza o contato com o eleitor de forma individual e a construção do voto pessoal é desvinculada, muitas vezes, das posições partidárias. Incluímos variáveis que dizem respeito a notícias, fotos e conteúdo que se orientem com políticas de baixo poder alocativo, endereçadas à base eleitoral ou aos eleitores, bem como notícias ou fotos de reuniões, comícios promovidos e serviços providenciados pelo político, dentre outros aspectos.

As variáveis foram: Há políticas de baixo poder alocativo endereçadas à base eleitoral ou aos eleitores; Obras providenciadas pelos políticos para seu reduto eleitoral; Recursos obtidos a serem utilizados; Fotos do político inaugurando infraestrutura; Ênfase na capacidade do candidato de transferir recursos ou obras, agindo como "despachante de luxo"?; Notícias ou fotos de reuniões e comícios promovidos pelo político; Destaque para fotos ou notícias de visitas a bairros ou à base eleitoral?; O nome do político é maior do que a legenda do partido e de outros símbolos, se sobrepondo a eles?; Serviços providenciados particularista para o eleitor.

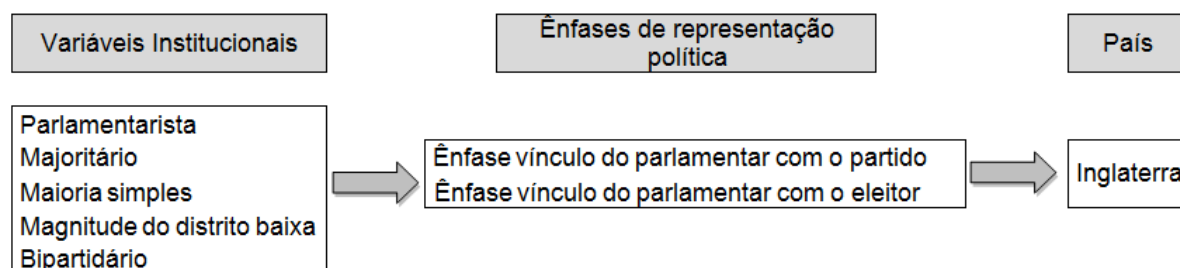
Ênfase 4 - DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: a quarta e última categoria de análise trata sobre conteúdos e mecanismos que priorizem o reforço dos atributos pessoais dos deputados. O objetivo é fortalecer a reputação pessoal e profissional a fim de se distinguir, por um lado, dos colegas do partido e, por outro, dos deputados que integram o parlamento. O desempenho pessoal pode ser avaliado quando um deputado através do website promove de todas as formas possíveis, a biografia e história de vida, com destaque para a trajetória pessoa e política, e, as questões que dizem respeito ao acionar do político na casa legislativa. Dentre estes, citamos os projetos de lei apresentados, projetos de lei aprovados, presença em plenário, discursos na casa, votações em plenário, além de outros aspectos.

As variáveis foram: Biografia/história de vida; Currículo com trajetória política; Projetos de lei apresentados; Projetos de lei aprovados; Presença em plenário;

Discursos na casa; Votações em plenário; Destaque para as comissões?; Destaque da frente parlamentar; Vídeos de discursos em plenário; Agenda do parlamentar; Artigos do parlamentar; Fotos em destaque com políticos do partido; Áudios do parlamentar; Relatorias/ Moções do parlamentar; Releases e notícias atualizadas sobre o político; Notícias do parlamentar na imprensa.

Por fim, segue a relação de variáveis independentes, as ênfases e a relação de países informada a partir das hipóteses. A primeira figura refere-se a nossa hipótese 1 que, vincula sistema parlamentarista, com escolha para os cargos legislativos através de sistema majoritário de maioria simples, com distritos de magnitude baixa - um candidato por região geográfica - e, bipartidário. Nesse tipo de sistemas, espera-se que, a ênfase de representação esteja orientada para um fortalecimento do vínculo com o partido e com o eleitor. Foram analisados websites de parlamentares da Inglaterra.

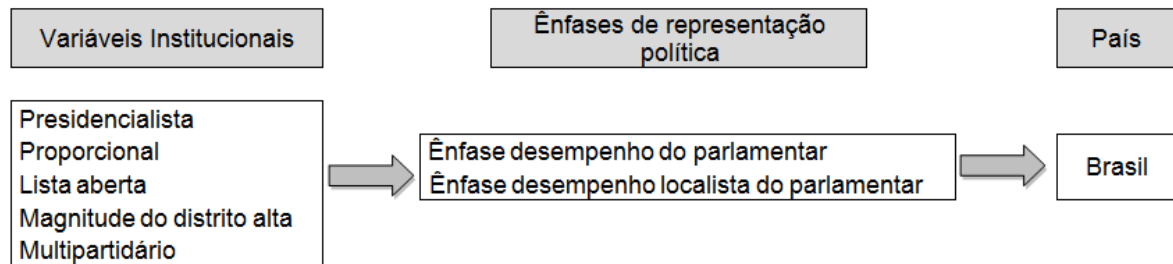
FIGURA 1: PRIMEIRA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS



FONTE: A autora (2015)

A segunda figura refere-se a nossa hipótese 2, que vincula sistema presidencialista, com escolha para os cargos legislativos, através de sistema proporcional de lista aberta, com distritos de magnitude alta – mais de dois candidatos por região geográfica - e, multipartidário. Espera-se que, a ênfase de representação esteja orientada para o desempenho do parlamentar na câmara dos deputados, assim como, em seu desempenho localista.

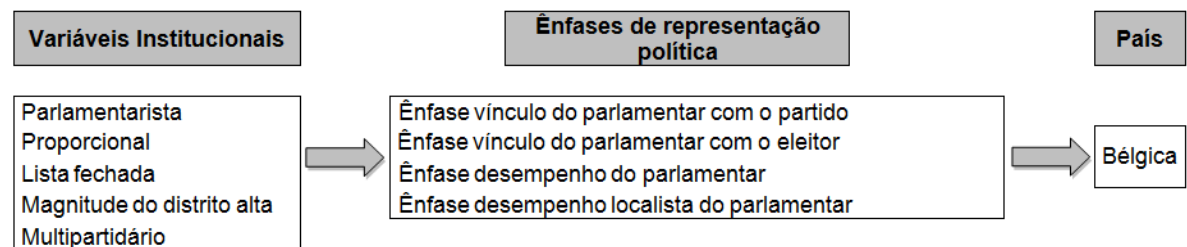
FIGURA 2: SEGUNDA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS



FONTE: A autora (2015)

E por último, a terceira figura refere-se a nossa hipótese 3, que relaciona sistema parlamentarista, com escolha para os cargos legislativos através de sistema proporcional de lista fechada, com distritos de magnitude alta – mais de dois candidatos por região geográfica - e, multipartidário. Espera-se que, a ênfase de representação esteja orientada tanto para o fortalecimento do vínculo do parlamentar com o partido e com o eleitor, quanto para o desempenho do parlamentar na câmara dos deputados e, em seu desempenho localista

FIGURA 3: TERCEIRA HIPÓTESE, RELAÇÃO DE V. INSTITUCIONAIS, ÊNFASES DE RP E PAÍS



FONTE: A autora (2015)

No próximo item, serão expostos em detalhe os caminhos adotados para o tratamento dos dados, através da análise fatorial e, do teste de componentes principais.

4.2 Dados

O que nos motivou e guiou ao longo desta tese foi investigar as diversas ênfases de representação política viabilizadas nos websites. Logo, averiguar se as variáveis institucionais que informam sobre os sistemas políticos, onde os parlamentares atuam, poderiam ter algum tipo de associação com as ênfases mapeadas.

Em termos gerais, o intuito foi verificar a intensidade de associação entre as variáveis coletadas. Para isso, utilizamos o software SPSS 17.0 for Windows para o tratamento dos dados. Empregamos duas técnicas estatísticas multivariadas, que possibilitam estudar o comportamento de diversas variáveis de maneira simultânea. Conforme Hair et al.(2009) “[...] o caráter multivariado reside nas múltiplas variáveis estatísticas (combinação múltiplas de variáveis), e não somente no número de variáveis ou observações” (HAIR et al. 2009, p.23). Em uma primeira etapa foi realizada a análise fatorial e, posteriormente, a análise de componentes principais.

De acordo com Kim e Muller (1978), “A análise fatorial refere-se a uma variedade de técnicas estatísticas cujo objetivo comum é a de representar um conjunto de variáveis em termos de um número menor de variáveis hipotéticas”⁴². Ou, nas palavras de Hair et al. (2009), “A análise fatorial pode ser utilizada para examinar os padrões ou relações latentes para um grande número de variáveis e determinar se a informação pode ser condensada ou resumida a um conjunto menor de fatores ou componentes” (HAIR et al., 2009, p. 100). Existem dois tipos de análise fatorial: exploratória e confirmatória (DECOSTER, 2010). O primeiro tipo é utilizado em estudos embrionários que buscam identificar padrões de correlação. O segundo tipo, a análise confirmatória, visa testar hipóteses. A partir de uma ou várias teorias o investigador busca testar de que forma determinadas variáveis estariam mensurando um conceito ou dimensão. Nesta pesquisa, utilizamos este último tipo de análise fatorial. Acredita-se que as 49 variáveis agrupadas nas quatro ênfases

⁴² Tradução da autora “Factor analysis refers to a variety of statistical techniques whose common objectives is to represent a set of variables in terms of a smaller number of hypothetical variables” (KIM; MULLER, 1978, p.9)

constituam combinações lineares de algumas variáveis subjacentes. A escolha por este procedimento se baseia em quatro motivos principais: (i) Testar as hipóteses informadas pelas correntes teóricas sustentadas. O intuito é demonstrar como diferentes dimensões da representação política podem ser agrupadas a fim de constituir as ênfases mencionadas no capítulo anterior; (ii) Pela possibilidade de resumir dados, a obtenção de dimensões que, descrevem os dados num número menor de conceitos do que as variáveis originais. “[...] Na análise fatorial, todas as variáveis são simultaneamente consideradas sem distinção quanto a seu caráter de dependência ou independência” (HAIR et al. 2009, p. 106). Em última instância, o objetivo é obter um pequeno número de fatores que representem o conjunto maior de variáveis; (iii) Pela possibilidade de oferecer uma visão das inter-relações entre as variáveis, sendo o ponto de partida para posteriores análises. Poderemos saber quais são as variáveis que atuam juntas, ou seja, quais serão consideradas para verificar se elas possuem alguma associação com nossas variáveis independentes; (iv) E, por último, mas não menos importante, a decisão de trabalhar com análise fatorial foi determinada pela verificação da adequabilidade de nosso banco de dados aos requisitos necessários para a utilização da análise fatorial (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010)⁴³.

Com relação ao segundo procedimento metodológico, será aplicada a técnica multivariada de componentes principais. O teste é utilizado para encontrar relações entre as variáveis, assim como entre as categorias que integram cada variável e, entre as variáveis e as categorias. O teste é indicado quando o modelo possui mais de duas variáveis e, também, quando algumas ou todas forem ordinais. Sendo um teste multivariado, a vantagem é que as variáveis são analisadas em conjunto para localizar o grau de associação entre elas (MEULMAN et al. 2004). Por tais características, decidiu-se trabalhar com esse modelo de teste. O objetivo foi medir o grau de associação entre cada uma das ênfases com os países (Inglaterra, Brasil e Bélgica) e, também, com as variáveis institucionais. Investigar se as quatro ênfases de representação política que, foram mapeadas através dos websites dos

⁴³ A relação de requisitos necessários que precisam ser satisfeitos para a utilização de análise fatorial podem ser encontrados em Figueiredo e Silva (2010).

parlamentares, poderiam ter algum tipo de associação com as dimensões institucionais dos países onde estes atuam.

No próximo capítulo, serão apresentados os dados descritivos da nossa amostra. Especificamente, serão apresentadas algumas variáveis individuais dos deputados, assim como, o uso de redes sociais. Também, serão realizados os dois testes mencionados acima com as respectivas interpretações.

5 RESULTADOS

5.1 DADOS DESCRITIVOS

Antes de proceder à análise dos dados, apresentaremos algumas características da amostra de nossa pesquisa. Coletamos dados sobre e analisamos ao todo 487 websites/blogs dos deputados nacionais da Inglaterra, Brasil e Bélgica. Examinamos o uso que os mesmos fazem da internet. Utilizamos aqui exclusivamente as fontes disponíveis nos websites das elites para coletar as informações analisadas neste texto⁴⁴.

A distribuição agregada dos parlamentares, por sexo, no período da pesquisa e a consolidação dos dados é dada pela tabela abaixo⁴⁵.

TABELA 1 - SEXO POR PAÍS

País	Masculino		Feminino		Total	
	N	F	N	F	N	F
Bélgica	54	56,8	41	43,2	95	100
Brasil	180	92,8	14	7,2	194	100
Inglaterra	153	77,3	45	22,7	198	100
	387	79,5	100	20,5	487	100

FONTE: A autora (2015)

Como pode ser verificado pela tabela 1, a Bélgica possui a maior quantidade de mulheres com websites/blogs. Por outro lado, Brasil apresenta a menor quantidade de mulheres eleitas com websites/blogs⁴⁶. Assim, a maior disparidade de

⁴⁴ Cabe mencionar que, Inglaterra possuía na época da coleta 582 parlamentares com websites e blogs, Brasil 362 e a Bélgica 118.

⁴⁵ A coleta e análise dos dados correspondem às seguintes Legislaturas: Inglaterra 2010-2015, Brasil, 2010-2014 e, por fim, Bélgica 2010-2014.

⁴⁶ A amostra corresponde aos parlamentares homens e mulheres que possuíam websites/blogs na época da coleta e, não especificamente à representação do sexo na casa legislativa.

relação entre homens e mulheres é encontrada no Brasil, seguido da Inglaterra e, por último, da Bélgica. Neste, encontra-se a menor relação de disparidade ficando em 13%. Segundo a União Inter Parlamentar⁴⁷, a participação feminina nos cargos legislativos brasileiros (deputado federal e senado) é uma das mais baixas da América do Sul, ocupando a posição 131º, Inglaterra ocupa a posição 63º e a Bélgica, a posição 13º. A lei brasileira 9.504/97 em seu artigo 10 §3º, explicita que cada partido ou coligação deve reservar um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Esta lei se insere no marco da política de cotas de gênero para candidaturas. Estas são políticas afirmativas, de caráter público que visam o princípio de igualdade material e a superação da discriminação arraigada historicamente, principalmente de gênero e de etnia (CARNELOS et al. 2010). A Bélgica possui um sistema proporcional de lista fechada, onde se estabelece que os dois primeiros candidatos (titulares e suplentes) de cada lista não podem ser do mesmo sexo. Esse tipo de normativa propicia uma presença maior de mulheres nas listas eleitorais apresentadas pelos partidos assim como de suas chances de vitória.

Além das cotas estabelecidas por lei, outros fatores influenciam o acesso das mulheres a cargos eletivos. Nesse sentido, os sistemas eleitorais têm causado impactos ao longo dos anos. Segundo o último relatório sobre as mulheres no parlamento da União Inter Parlamentar (2013)⁴⁸, os sistemas proporcionais possuem um impacto significativo, especificamente pelos sistemas de listas eleitorais. A natureza da lista partidária (aberta ou fechada) é um dos fatores que determina o sucesso da aplicação de uma política de cotas (HTUN, 2001). Por outro lado, os sistemas eleitorais majoritários, por oferecerem menos chances de representação, tenderiam a limitar o acesso das mulheres. Outro possível fator de influência pode ser a cultura política. Os países europeus possuem uma tradição social-democrata e um passado de *Welfare State* desenvolvido que podem ter contribuído ao longo dos anos para uma maior presença feminina na política. Nesse sentido, esses fatores

⁴⁷ Organização Internacional que foi fundada em 1889 e, possui como objetivo estabelecer uma rede de diálogo entre os parlamentos do mundo, visando a promoção da democracia, da paz e da cooperação entre seus membros. Para maiores informações consultar o site: <http://www.ipu.org/>

⁴⁸ Conferir informe: <http://www.ipu.org/pdf/publications/WIP2013-s.pdf>

poderiam contribuir para a presença das mulheres na Câmara de deputados da Bélgica.

A tabela 2 apresenta a faixa etária dos deputados da amostra segundo o país da coleta. Nota-se pela tabela que, há uma quantidade considerável de websites e blogs de parlamentares que não disponibilizam informação sobre a sua idade. Para o caso brasileiro, houve uma consulta extra no site da Câmara de deputados onde se disponibiliza o perfil social e a carreira política dos parlamentares. No entanto, os sites da *House of Commons* da Inglaterra e a *Chambre des Représentants* da Bélgica não disponibilizam nenhuma informação sobre o perfil social das elites, apenas divulgam dados que dizem respeito ao trabalho do parlamentar na casa. Já a Câmara de deputados brasileira disponibiliza informações sistemáticas sobre vários aspectos das elites, configurando uma importante fonte para a construção de dados prosopográficos sobre os deputados em nível nacional (BRAGA et al., 2007)⁴⁹.

TABELA 2 - FAIXA ETÁRIA POR PAÍS

País	FAIXA ETÁRIA													Total	
	27 - 37		38 - 48		49 - 59		60 - 70		71 e mais		SI		Idade média		
	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F			
Bélgica	21	22,1	18	18,9	20	21,1	1	1,1	0	0	35	36,8	43	95	100
Brasil	23	11,9	42	21,6	80	41,2	41	21,1	8	4,1	0	0	50	194	100
Inglaterra	13	6,6	26	13,1	28	14,1	7	3,5	2	1	122	61,6	49	198	100
Total	57	11,7	86	17,7	128	26,3	49	10,1	10	2,1	157	32,2	47	487	100

Obs.: SI (Sem informação).

FONTE: A autora (2015)

⁴⁹ O site da Câmara de Deputados tem sido objeto de estudo da temática mais ampla de “internet e política”. Dentre as perspectivas, cabe mencionar os estudos de Braga (2007; 2009) sobre a informatização do órgão em estudo comparado de países da América do Sul, assim como, um estudo sobre o controle público dos representantes eleitos e os processos legislativos. A tese de doutorado de Marques (2008) versa sobre os mecanismos disponibilizados no portal da Câmara para incrementar o envolvimento da esfera civil. E o estudo de Marques e Miola (2007) que, examinam os mecanismos de participação oferecidos aos cidadãos no portal, utilizando como fundamentação teórica uma perspectiva deliberacionista da democracia.

Com relação à faixa etária das elites, percebe-se pela tabela acima que, Brasil e Inglaterra apresentam as maiores concentrações de deputados com websites e blogs na faixa etária de 49 a 59 anos (42,2% e 21,1%, respectivamente). Por outro lado, a Bélgica apresenta uma distribuição muito similar nas três primeiras faixas etárias (em torno de 20%). Destaque-se a categoria de 27 a 37 anos (22,1%), o que possivelmente esteja apontando para uma entrada de jovens no parlamento se comparada com a baixa porcentagem de elites na faixa de 60 a 70 anos (1,1%). No entanto, há uma alta porcentagem de faltante de dados (36,8%), o que pode gerar uma variação na relação de categorias. A Bélgica evidencia um padrão diferente se comparado com Inglaterra e Brasil que, pode ser visualizado também pelas idades médias; estes dois últimos países com valores muito próximos, 49 e 50 anos respectivamente, e, a Bélgica com 43 anos, embora os três países estejam com médias situadas na faixa etária de 40 a 50 anos.

Na tabela abaixo, segue a relação do nível de instrução dos deputados da amostra por país.

TABELA 3 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR PAÍS

País	NÍVEL DE INSTRUÇÃO													
	Fundamental completo/incompleto		Ensino médio completo/incompleto		Ensino superior incompleto		Ensino superior completo		Pós-graduação completa/incompleto		Sem Informação		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	0	0	0	0	1	1,1	51	53,7	12	12,6	31	32,6	95	100
Brasil	1	5	5	2,6	1	0,5	70	36,1	35	18	82	42,3	194	100
Inglaterra	1	5	8	4	0	0	94	47,5	28	14,1	67	33,8	198	100
Total	2	4	13	2,7	2	0,4	215	44,1	75	15,4	180	37	487	100

FONTE: A autora (2015)

Nota-se pela Tabela 3 que novamente há uma considerável quantidade de deputados que não informam dados, neste caso sobre o nível de instrução, o caso do Brasil é com a maior proporção (42,3%). Nos três países, a maior quantidade de deputados tem ensino superior completo; a Bélgica possui a maior proporção (53,7%), seguida da Inglaterra (47,5%) e, por último, o Brasil (36,1%). De modo

geral, estes dados estariam apontando um acesso ao parlamento, em maior proporção, pelas camadas com nível de instrução mais elevado⁵⁰.

A tabela 4 apresenta a relação do espectro ideológico partidário por país. A Bélgica possui quase 59% de parlamentares de partidos de direita. A formação do gabinete na Bélgica na eleição de 2010 foi muito negociada; de fato houve um impasse político de um ano e meio, tempo no qual funcionou um governo interino. Embora o partido separatista flamengo N-VA obtivesse a maior votação no último pleito, a coalizão de governo reuniu partidos de espectro de direita, centro e socialista das regiões francesa e flamenga do país. A forte presença de partidos de direita na casa de representantes relaciona-se com a formação desta coalizão⁵¹.

No Brasil, a relação entre “esquerda”, “centro” e “direita” não é tão díspar, embora parlamentares de partidos de esquerda representem quase 37% em nossa amostra. Na Inglaterra, a diferença entre partidos de “esquerda” e de “direita” é em torno de 10%⁵². Cabe lembrar que, nas eleições de 2010, na Inglaterra, o partido vencedor foi “*Conservative*”, por este motivo a relação de mais parlamentares de direita.

⁵⁰ A tendência brasileira também é verificada por Rodrigues (2006) em estudo sobre os eleitos em 1998 e 2002. No entanto, o valor é bastante mais elevado que o da presente pesquisa, quase 70% de deputados eleitos possuíam nível de instrução elevada. No entanto, cabe lembrar que, nosso banco possui um faltante importante de informação com relação a Brasil (42,3%) pelo que esse valor pode variar para cima e para baixo.

⁵¹ A Bélgica é dividida em duas comunidades geográficas e lingüísticas, o norte é chamado de “Flandres”, onde se fala holandês e, o sul “Valônia”, onde se fala francês. Historicamente, as duas regiões tem se disputado a primazia econômica e política, principalmente, através de movimentos separatistas.

⁵² O objetivo de tal tipologia foi estabelecer uma classificação que permitisse a comparação entre os países. Para o caso brasileiro optamos pela classificação utilizada por alguns analistas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; RODRIGUES, 2006; CARREIRÃO, 2006). Para os partidos da Bélgica e da Inglaterra, optamos por pesquisar as plataformas partidárias e, nesse sentido incluímos a categorização manifestada nesses documentos oficiais. No entanto, houve certa dificuldade em classificar alguns partidos, portanto, decidimos categorizá-los como indefinidos.

TABELA 4 - IDEOLOGIA PARTIDÁRIA POR PAÍS

País	IDEOLOGIA PARTIDÁRIA									
	Esquerda		Centro		Direita		Indefinido		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	21	22,1	9	9,5	56	58,9	9	9,5	95	100
Brasil	73	37,6	48	24,7	52	26,8	21	10,8	194	100
Inglaterra	79	39,9	21	10,6	98	49,5	0	,0	198	100
Total	173	35,5	78	16,0	206	42,3	30	6,2	487	100

FONTE: A autora (2015)

E por último, a tabela 5 apresenta o uso das mídias sociais pelos parlamentares de cada país⁵³.

TABELA 5 - USO DE MÍDIAS SOCIAIS POR PAÍS

Mídias sociais em geral	Bélgica		Brasil		Inglaterra		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Facebook	86	90,5	185	95,4	118	59,6	389	79,9
Twitter	61	64,2	180	92,8	153	77,3	394	80,9
Canal de Youtube	13	13,7	156	80,4	27	13,6	196	40,2
Flick	10	10,5	106	54,6	24	12,1	140	28,7
Linkedin	39	41,1	13	6,7	8	4,0	60	12,3

FONTE: A autora (2015)

⁵³ Conforme Braga et al. (2014) “mídias sociais” são mecanismos que viabilizam a criação de canais mais colaborativos produção de conteúdos (imagem, áudio e texto) entre os usuários da internet. Dentre as ferramentas mais utilizadas, pode se mencionar *Twitter*, *Facebook*, canais do *Youtube* e *Pinterest*.

A literatura tem apontado que o uso de Twitter, Facebook e outros mecanismos digitais contribuem para fortalecer a relação de representação política (JACKSON, 2003). Os mecanismos poderiam propiciar um estilo de “comunicação doméstica”, caracterizada pelo desenvolvimento de laços mais fortes entre os parlamentares e o eleitorado (GIBSON et al. 2008). A mídia social mais utilizada pelos deputados foi o Twitter (80,9%), seguida pelo Facebook (79,9%). O LinkedIn foi a mídia que menos usavam os parlamentares (12,3%). Em termos gerais, as mídias mais utilizadas pelos parlamentares são as mais utilizadas pelos internautas, as mais “populares”. Por outro lado, o LinkedIn é mais direcionado a um público específico, que diz respeito ao mundo do trabalho, e este possivelmente seja um dos motivos para sua escassa utilização. Os parlamentares brasileiros usam mais as mídias sociais, se comparados com Bélgica e Inglaterra. As características institucionais do país, um sistema centralizado de lista aberta, poderiam contribuir neste cenário. Lilleker (2013), em estudo sobre o uso das mídias sociais por parlamentares da Comunidade Européia, aponta que as discussões propiciadas por esses mecanismos podem variar de uma gama de eixos: (i) base eleitoral: assuntos específicos que dizem respeito à circunscrição da elite ou também temas nacionais; (ii) temática central: relacionada a questões partidárias ou que traspassam a ligação com a organização de base. Em termos gerais, as mídias sociais favorecem espaços para interação, sem a exigência de uma grande bagagem de conhecimento tecnológico, dessa maneira, contribuem para estabelecer espaços de “conversa” entre representantes e representados.

Após esta descrição dos dados da nossa amostra, passemos agora aos testes estatísticos: a análise fatorial e, em seguida, o teste de análise de componentes principais.

5.2 Análise fatorial

A amostra apresenta 487 casos, o que indica que o número mínimo de observações foi respeitado. Para assegurar resultados mais robustos, aconselha-se

trabalhar com, no mínimo, 100 casos (HAIR et al. 2009). Feita esta ressalva, passemos à análise propriamente dita⁵⁴.

A análise fatorial empreendida sobre o conjunto das 49 variáveis que dizem respeito às ênfases de representação política permitiu verificar como estas se agruparam. Como pode ser verificável na tabela abaixo (Tabela 6), as variáveis resultaram em quatro fatores⁵⁵. Conforme o critério de Kaiser⁵⁶ recomenda-se que devam ser extraídos quatro fatores. O primeiro apresenta um *eigenvalue* de 4,223, carregando 35% da variância. O segundo fator com um *eigenvalue* de 2,532, carregando 21% da variância. O terceiro e o quarto mais próximos entre si, com um *eigenvalue* de 1,420 e carregando cerca de 12% da variância, para o terceiro, com um *eigenvalue* de 1,266 carregando cerca de 11%, para o quarto. Em conjunto, esses quatro valores explicam 79% da variância das variáveis originais, sendo um valor robusto conforme Hair et al. (2009).

⁵⁴ Resulta importante conferir a estatística descritiva das variáveis analisadas. O intuito é observar a média (medida de posição) e o desvio padrão (medida de dispersão) das variáveis dependentes que, constituem a relação de ênfases de representação política. A Tabela 1 (em anexo) apresenta as 49 variáveis com as respectivas medidas. As variáveis que apresentaram maiores médias (em destaque) correspondem a valores (+ de 4) de presença do item nos sites. A variável “cor de partido” e “notícias do político” foram as que apresentaram dispersões mais baixas, a primeira diz respeito a uma ênfase e destaque da cor da organização ao invés de um destaque mais direto como poderia ser a legenda. Embora, a média desta variável seja muito próxima (3,52). Por outro lado, a variável “notícias do político” refere-se a uma ênfase mais próxima do desempenho pessoal, da trajetória e das atividades do mandato.

⁵⁵ Para chegar aos quatro fatores também adotamos o critério da variância acumulada, Hair et al. (2009) sugerem o patamar de 60% como sendo aceitável, e em nosso caso foi de 79%.

⁵⁶ O critério recomenda que devam ser extraídos unicamente os valores acima de um (regra do *eigenvalue*). Caso o fator apresente um valor abaixo de um, ou seja, um *eigenvalue* baixo corresponde que ele está contribuindo muito pouco para explicar a variância nas variáveis originais (FIGUEIREDO; SILVA, 2009).

TABELA 6 – EIGENVALUES E VARIÂNCIA ACUMULADA

Componente	<i>Initial eigenvalues</i>			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% variância	% acumulado	Total	% variância	% acumulado
1	4,223	35,193	35,193	4,223	35,193	35,193
2	2,532	21,100	56,293	2,532	21,100	56,293
3	1,420	11,832	68,125	1,420	11,832	68,125
4	1,266	10,552	78,677	1,266	10,552	78,677
5	,619	5,161	83,838			
6	,579	4,824	88,662			
7	,504	4,201	92,863			
8	,445	3,707	96,571			
9	,187	1,559	98,130			
10	,099	,829	98,958			
11	,085	,712	99,671			
12	,040	,329	100,000			

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Rotação Varimax com normalização Kaiser.

FONTE: A autora (2015)

A Tabela 7 apresenta as comunalidades associadas a cada variável⁵⁷. Estas indicam a proporção da variância para cada variável incluída na análise. Além disto, são apresentadas as 12 variáveis que resultaram do agrupamento inicial de 49 variáveis. Conforme Hair et al. (2009), sugere-se um valor aceitável de 0,50 para a

⁵⁷ O processo de definição e interpretação dos fatores foi pautado a partir das recomendações de Hair et al. (2009). A definição dos quatro fatores envolveu em torno de 10 tentativas de construção dos fatores, com o intuito de adequar a análise às regras práticas orientadas pelos autores. Embora, o julgamento final sobre a decisão da composição dos fatores foi por conta da nossa autoria. Como bem exemplifica Hair et al. “O pesquisador deve considerar uma vasta gama de questões o tempo todo, nunca perdendo de vista a meta final de definir a melhor estrutura do conjunto de variáveis” (HAIR et al., 2009, p. 123).

variável ser aceita no modelo⁵⁸. Como pode ser observado na tabela abaixo, todos os valores cumprem o mínimo aceitável de 0,50. Nesse sentido, por exemplo, os quatro fatores extraídos explicam 61 % da variância da V₉₁ (Políticas poder alocativo). O próximo passo consiste em analisar as cargas fatoriais de cada variável em relação aos componentes extraídos, bem como, interpretar os quatro fatores obtidos a partir das hipóteses elaboradas, ou seja, constatar em que medida as variáveis incluídas nas ênfases se aproximam dos fatores.

TABELA 7 – COMUNALIDADES

Variável	Initial	Extração
V ₉₁ (Políticas poder alocativo)	1,000	,608
V ₉₂ (Infraestrutura constituency)	1,000	,913
V ₉₃ (Recursos constituency)	1,000	,904
V ₉₄ (Fotos político inaugurando infraestrutura)	1,000	,566
V ₉₅ (Ênfase transferência de recursos)	1,000	,909
V ₁₀₈ (Destaque para as comissões)	1,000	,711
V ₁₁₅ (Relatorias/ Moções)	1,000	,739
V ₆₆ (Legenda do partido/página inicial)	1,000	,887
V ₆₈ (Logo do partido)	1,000	,858
V ₆₉ (Link para o site nacional do partido)	1,000	,565
V ₈₁ (Informação sobre ajuda ao eleitor)	1,000	,897
V ₈₂ (Perguntas sobre a atividade do deputado)	1,000	,884

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Rotação Varimax com normalização Kaiser.

FONTE: A autora (2015)

Seguindo a Tabela 8, nenhuma variável apresenta cargas fatoriais elevadas (valores acima de 0,40), em ambos os componentes⁵⁹. O primeiro fator está

⁵⁸ Uma baixa comunalidade entre um grupo de variáveis sugere que elas não estão linearmente correlacionadas, ou seja, o modelo apresentaria um padrão de correlação precário pelo que a análise deveria ser feita novamente até chegar aos parâmetros exigidos.

⁵⁹ Segundo o modelo de análise fatorial (HAIR et al. 2009) a mesma variável não pode contribuir para a construção de fatores distintos e, nesse sentido, o limite aceitável considerado como contribuição da variável na criação do fator é de 0,40.

relacionado às variáveis V_{91} (Políticas poder alocativo), V_{92} (Infraestrutura constituency), V_{93} (Recursos constituency), V_{94} (Fotos político inaugurando infraestrutura) e V_{95} (Ênfase transferência de recursos) representando a ênfase no desempenho localista do parlamentar. O segundo fator está associado às variáveis V_{66} (Legenda do partido/página inicial), V_{68} (Logo do partido), V_{69} (Link para o site nacional do partido), ilustrando a dimensão de ênfase no vínculo do parlamentar com o partido. O terceiro fator informa as variáveis V_{81} (Informação sobre ajuda ao eleitor) e V_{82} (Perguntas sobre a atividade do deputado) representando a ênfase de vínculo do parlamentar com o eleitor. E, por último, o fator quatro está associado às variáveis V_{108} (Destaque para as comissões) e V_{115} (Relatorias/ Moções), que informa sobre a ênfase de desempenho do parlamentar na câmara de deputados.

TABELA 8 – MATRIZ ROTACIONADA (VARIMAX)

Variável	Componentes			
	1	2	3	4
V_{91} (Políticas poder alocativo)	,770	-,022	-,092	-,079
V_{92} (Infraestrutura constituency)	,948	,037	-,115	-,010
V_{93} (Recursos constituency)	,941	,043	-,129	,025
V_{94} (Fotos político inaugurando infraestrutura)	,752	,023	-,007	,001
V_{95} (Ênfase transferência de recursos)	,944	,047	-,122	,011
V_{108} (Destaque para as comissões)	,062	,086	-,222	,806
V_{115} (Relatorias/ Moções)	-,102	,090	,128	,839
V_{66} (Legenda do partido/página inicial)	,070	,924	-,163	,049
V_{68} (Logo do partido)	,050	,907	-,167	,066
V_{69} (Link para o site nacional do partido)	-,025	,745	,035	,084
V_{81} (Informação sobre ajuda ao eleitor)	-,161	-,133	,921	-,070
V_{82} (Perguntas sobre a atividade do deputado)	-,128	-,110	,925	-,013

Método de extração: Análise de Componentes Principais. Rotação Varimax com normalização Kaiser. Rotação 4 fatores.

FONTE: A autora (2015)

Efetivamente, a análise fatorial permitiu reduzir um conjunto de 49 variáveis a 12 dimensões. O conjunto de variáveis que integra cada um dos fatores “caminham

juntos”, ou seja, apresentam a mesma estrutura subjacente. Além da verificação das variáveis que compõem cada um dos fatores, o teste elabora para cada fator um índice que varia conforme a distribuição do fator. Estes índices serão utilizados no próximo teste.

Nesse sentido, foi possível testar nossa hipótese da existência de ênfases de representação política viabilizados pelos deputados em seus websites. As elites das diferentes casas legislativas não se comportam de maneira homogênea na web. Isto é, apresentam ênfases de RP diversas. Foi possível, através da aplicação da análise fatorial, verificar em que medida algumas variáveis foram representativas das dimensões mapeadas.

Com o intuito de apresentar informação mais detalhada sobre as 12 variáveis, que, compõem os quatro fatores, apresentaremos a relação de frequências simples de cada fator. A continuação, segue a relação de variáveis que, integram o fator 1: “desempenho localista do parlamentar”. A tabela 9 apresenta a variável 91 – “políticas de poder alocativo”. Os parlamentares brasileiros foram os que apresentaram maior número de deputados com informação sobre esta dimensão (33), que diz respeito à intenção do político divulgar políticas públicas que foram implantadas no distrito “graças” ao acionar dele.

TABELA 9 – V91 - POLÍTICAS DE PODER ALOCATIVO

País	V91 - Políticas de poder alocativo				Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%
Bélgica	94	98,9	1	1	95	100
Brasil	161	83	33	17	194	100
Reino Unido	198	100	0	0	198	100
Total	453	93	34	7	487	100

FONTE: A autora (2015)

A tabela 10 informa sobre a variável 92: “Infraestrutura *Constituency*”. Conforme a tabela, os parlamentares brasileiros apresentaram 33% dos websites com informação sobre obras providenciadas pelo político para seu reduto eleitoral. Ou seja, uma especificação sobre a forma em que as emendas parlamentares foram

utilizadas. Bélgica apresentou um website com esse tipo de informação e a Inglaterra, nenhum site.

TABELA 10 – V92 – INFRAESTRUTURA – CONSTITUENCY

País	V92 - Infraestrutura Constituency				Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%
Bélgica	94	98,9	1	1	95	100
Brasil	130	67	64	33	194	100
Reino Unido	198	100	0	0	198	100
Total	422	86.7	65	13.3	487	100

FONTE: A autora (2015)

A tabela a seguir, refere-se à variável 93: “Recursos constituency”. Novamente, esta apresenta informações muito próximas das outras tabelas. Os websites de parlamentares do Brasil apresentam 37,1% de presença desse tipo de informação, relacionadas com a presença de indicações de recursos obtidos, através de emendas e que serão aplicados no distrito.

TABELA 11 – V93 – RECURSOS CONSTITUENCY

País	V93 - Recursos Constituency				Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%
Bélgica	95	100	0	0	95	100
Brasil	122	62,9	72	37,1	194	100
Reino Unido	198	100	0	0	198	100
Total	415	82,5	72	14,8	487	100

FONTE: A autora (2015)

A tabela 12 refere-se à variável 94: “fotos do político inaugurando infraestrutura”. Embora, como pode ser observado, houve um caso na Inglaterra com informação de forma incompleta e seis websites com presença desta

informação, os parlamentares do Brasil continuam apresentando uma maior presença deste item (21,1%), se comparado com os sites dos outros países. Efetivamente, estes parlamentares divulgam fotos de inauguração de obras, equipamentos e infraestrutura que, podem ter sido resultado de transferência de recursos ao distrito ou, simplesmente, com o intuito de colocar em destaque a presença do deputado no processo de concretização do recurso.

TABELA 12 – V94 – FOTOS DO POLÍTICO INAUGURANDO INFRAESTRUTURA

País	V94 - Fotos político inaugurando infraestrutura						Total	
	Não existe informação ou link		Informação ou link incompleto		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	95	100	0	0	0	0	95	100
Brasil	153	78,9	0	0	41	21,1	194	100
Reino Unido	191	96,5	1	0,5	6	3	198	100
Total	439	90,1	1	0,2	47	9,7	487	100

FONTE: A autora (2015)

Por fim, a tabela 13 refere-se à variável 95 “ênfase transferência de recursos”. O Brasil reforça a ênfase nesse tipo de representação localista, na medida em que, apresenta deputados que, disponibilizam uma tendência a mostrar no site, seja através de fotos ou notícias, os recursos que foram ou serão destinados ao distrito de origem (361%).

TABELA 13 – V95 – ÊNFASE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

País	V95 - Ênfase transferência de recursos						Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	95	100	0	0	0	0	95	100
Brasil	123	63,4	1	0,5	70	36,1	194	100
Reino Unido	198	100	0	0	0	0	198	100
Total	416	85,4	1	0,2	70	14,4	487	100

FONTE: A AUTORA (2015)

Em seguida, apresenta-se a relação de variáveis que, integram o fator 2: “vínculo do parlamentar com o partido”. Efetivamente, a tabela 14 corresponde à variável V66 “Legenda do partido/página inicial”. Observa-se que, os parlamentares dos três países apresentam este tipo de informação, embora, a Bélgica represente uma proporção maior (84,2%), ou seja, os websites viabilizam algum tipo de destaque na página inicial sobre a legenda do partido.

TABELA 14 – V66 – LEGENDA DO PARTIDO/PÁGINA INICIAL

País	V66 - Legenda do partido/página inicial									
	Não existe informação ou link		[há o link porém é incompleto, ou seja, falta informação]		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	9	9,5	0	0	6	6,3	80	84,2	95	100
Brasil	49	25,3	0	0	36	18,6	109	56,2	194	100
Reino Unido	108	54,5	1	0,5	4	2	85	42,9	198	100
Total	166	34,1	1	2	46	9,4	274	56,3	487	100

FONTE: A autora (2015)

A tabela 15 refere-se à variável 68: “logo do partido”.

TABELA 15 – V68 – LOGO DO PARTIDO

País	V68 – Logo do aptido						Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	11	11,6	5	5,3	79	83,2	95	100
Brasil	47	24,2	36	18,6	111	57,2	194	100
Reino Unido	111	56,1	5	2,5	82	41,4	198	100
Total	169	34,7	46	9,4	272	55,9	487	100

FONTE: A autora (2015)

A variável corresponde à presença da logo do partido nos websites e blogs dos parlamentares. Observa-se pela tabela 15 que, os websites da Bélgica apresentam uma proporção maior deste tipo de informação (83,2%), seguidos dos websites do Brasil (57,2%) e, por fim, da Inglaterra (41,4%). Cabe notar, no entanto, que um número considerável de websites do Brasil apresenta esta informação, de uma forma não visível na página inicial (18,6%).

E por último, a tabela 16 corresponde à variável 69: “link para o site nacional do partido”. Novamente, os parlamentares dos três países apresentam em seus websites e blogs o link para o site do partido. No entanto, os parlamentares da Bélgica apresentam este link em uma proporção maior (68,4%).

TABELA 16 – V69 – LINK PARA O SITE NACIONAL DO PARTIDO

País	V69 - Link para o site nacional do partido						Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	29	30,5	1	1,1	65	68,4	95	100
Brasil	111	57,2	19	9,8	64	33	194	100
Reino Unido	125	63,1	14	7,1	59	29,8	198	100
Total	265	54,4	34	7	188	38,6	487	100

FONTE: A AUTORA (2015)

A seguir, apresentam-se as variáveis do fator 3: “ênfase de vínculo do parlamentar com o eleitor”. A tabela 17 refere-se à variável 81 “informação sobre ajuda ao eleitor”. Nota-se que, os parlamentares da Inglaterra apresentam em seus websites este tipo de informação (74,7%), que diz respeito, a diferentes quesitos sobre as formas em que um deputado pode ajudar aos habitantes do distrito, seja sobre “trâmites burocráticos”, orientações específicas sobre alguma área pública ou sobre os caminhos “da burocracia pública” para resolver variadas questões.

TABELA 17 – V81 – INFORMAÇÃO SOBRE AJUDA AO ELEITOR

País	V81 - Informação sobre ajuda ao eleitor									
	Não existe informação ou link		[há o link, porém é incompleto, ou seja, falta informação]		Existe informação ou link insatisfatório [existe, porém não é visível]		Existe informação ou link			
									Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	90	94,7	0	0	0	0	5	5,3	95	100
Brasil	192	99	0	0	0	0	2	1	194	100
Reino Unido	45	227	1	0,5	4	2	148	74,7	198	100
Total	327	67,1	1	0,2	4	8	155	31,8	487	100

FONTE: A autora (2015)

A outra variável que integra o fator 3 é “perguntas sobre a atividade do deputado”. Nota-se pela tabela 18 que, novamente, os parlamentares da Inglaterra apresentam uma proporção consideravelmente maior desta informação (74,2%), se comparado com os outros países.

TABELA 18 – V82 – PERGUNTAS SOBRE A ATIVIDADE DO DEPUTADO

País	V82 - Perguntas sobre a atividade do deputado						Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	88	92,6	0	0	7	7,4	95	100
Brasil	184	948	0	0	10	5,2	194	100
Reino Unido	50	25,3	1	5	147	74,2	198	100
Total	322	66,1	1	0,2	164	33,7	487	100

FONTE: A autora (2015)

Por último, apresentam-se as variáveis do fator 4: “ênfase de desempenho do parlamentar na câmara de deputados”. Na tabela 19 constam os dados referentes à variável “destaque para as comissões”, que relacionada com as diversas comissões que o parlamentar integra, seja titular ou suplente. Percebe-se pela tabela abaixo que os parlamentares da Bélgica e do Brasil apresentam em maior proporção este tipo de informação (72,6% e 60,3%, respectivamente).

TABELA 19 – V108 – DESTAQUE PARA AS COMISSÕES

País	V108 - Destaque para as comissões				Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%
Bélgica	26	27,4	69	72,6	95	100
Brasil	77	39,7	117	60,3	194	100
Reino Unido	147	74,2	51	25,8	198	100
Total	250	51,3	237	48,7	487	100

FONTE: A autora (2015)

E por fim, a tabela 20 informa sobre a variável 115: “relatorias e moções”.

TABELA 20 – V115 – RELATORIAS E MOÇÕES

País	V115 – Relatorias e moções						Total	
	Não existe informação ou link		Existe informação ou link insatisfatório [existe porém não é visível]		Existe informação ou link			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Bélgica	38	40	0	0	57	60	95	100
Brasil	112	57,7	0	0	82	42,3	194	100
Reino Unido	114	57,6	2	1	82	41,4	198	100
Total	264	54,2	2	0,4	221	45,4	487	100

FONTE: A autora (2015))

Percebe-se que os três países apresentam informação sobre relatórios realizados pelos parlamentares, assim como perguntas diversas e interpelações. No entanto, a mesma quantidade de deputados no Brasil e na Inglaterra apresenta este tipo de dados em seus websites e blogs (82).

No próximo item, aplicaremos o teste de componentes principais com o intuito de averiguar em que medida há alguma associação entre as variáveis institucionais

que foram explicitadas em nossas hipóteses e cada um dos quatro fatores (ênfases) de RP gerados através da análise fatorial.

5.3 TESTE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

O teste de componentes principais permite comparar as categorias das variáveis conjuntamente. Através do gráfico de distribuição de pontos é possível verificar a localização dos resultados. Nesse sentido, quanto mais próximas as categorias das diferentes variáveis, mais estas se localizam em conjunto nos objetos mapeados⁶⁰.

As variáveis institucionais foram condensadas em um índice que, por sua vez passou a ser tratado como uma variável ordinal. O índice é “eficiência e representatividade no sistema”, que inclui as seguintes variáveis: sistema de governo = parlamentarismo (valor 0) e presidencialismo (valor 1); sistema eleitoral = majoritário (valor 0) e proporcional (valor 1); magnitude do distrito = baixa (valor 0) e alta (valor 1); subtipo de sistema eleitoral = maioria simples (valor 1), de lista fechada (valor 2) e lista aberta (valor 3) e, por fim, sistema partidário = bipartidário (valor 0) e multipartidário (valor 1). Foi categorizado como: predomínio da eficiência no sistema (pes) (índice que soma valor 1); ausência de predomínio, (ap) (índice que soma valor 5) e predomínio da representatividade (pr) (índice que soma valor 7). De acordo com nossas hipóteses, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, a “ausência do predomínio” na Bélgica e, “predomínio da representatividade” no Brasil.

As variáveis dependentes constituem os quatro fatores de representação política que, foram obtidos a partir da análise fatorial: Fator 1: vínculo do parlamentar com o partido com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém

⁶⁰ O teste de componentes principais é ligado ao conceito de proximidade geográfica. A representação gráfica gerada aponta a possibilidade de que, a relação entre duas variáveis pode ser plotada num gráfico de coordenadas com o intuito de obter a localização de cada ponto.

não visível) e baixo (sem presença). Fator 2: vínculo do parlamentar com o eleitor com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); Fator 3: desempenho do parlamentar na câmara de deputados com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); Fator 4: desempenho localista do parlamentar com as categorias alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

Isto posto, passemos agora à análise do teste de componentes principais com o fator “vínculo do candidato com o partido” e o índice “eficiência e representatividade no sistema”.

5.3.1 Teste de Componentes Principais: “fator vínculo do parlamentar com o partido” e variável “eficiência e representatividade no sistema”

Vamos rodar os dados de um índice (variável independente) e de um fator (variável dependente) para verificar o grau de associação entre as variáveis e suas categorias.

As variáveis testadas são: índice “eficiência e representatividade no sistema” dividido em três categorias: predomínio da eficiência no sistema (pes); ausência de predomínio (ap) e predomínio da representatividade (pr). E o fator “vínculo do parlamentar com o partido” com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

Com a análise de componentes principais iremos testar parte de nossa primeira hipótese. De acordo com esta, sistemas políticos que combinam - eleição majoritária, maioria simples, distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários – que aqui se encaixam na categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)”, espera-se que, o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase em seu vínculo com o partido.

Podemos esperar que a categoria “predomínio da eficiência no sistema – (pes)” da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator vínculo do parlamentar com o partido.

O primeiro resultado importante do teste é o resumo do modelo, que indica a força explicativa do mesmo. O coeficiente alfa de Cronbach⁶¹ mostra a força da relação entre as variáveis em cada uma das dimensões e na média do total. Um Cronbach médio de 0,669 pode ser lido como uma variação consistente de 66,9% dos casos das variáveis

A tabela 21 sumariza os resultados do modelo, onde o coeficiente *Alfa de Cronbach* indica a explicação do modelo. O coeficiente indica que a primeira dimensão explica melhor que a segunda, porém o valor é muito baixo. O coeficiente total superou a variação do índice. Passemos a observar a relação entre as categorias.

TABELA 21 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,168	1,092
2	-,004	,998
Total	1,043 ^a	2,090

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

Fonte: A autora (2015)

Na Tabela 22 é apresentada a matriz que ajuda a localizar as variáveis que estão mais correlacionadas. Percebe-se que há uma correlação baixa entre a variável “eficiência e representatividade no sistema” e o fator “vínculo do parlamentar com o partido”

⁶¹ O coeficiente de *Alfa de Cronbach* varia de zero a 1, ou seja, quando o valor for mais perto de 1 indica que as intercorrelações aumentam. E nesse sentido, que o modelo possui um valor explicativo maior.

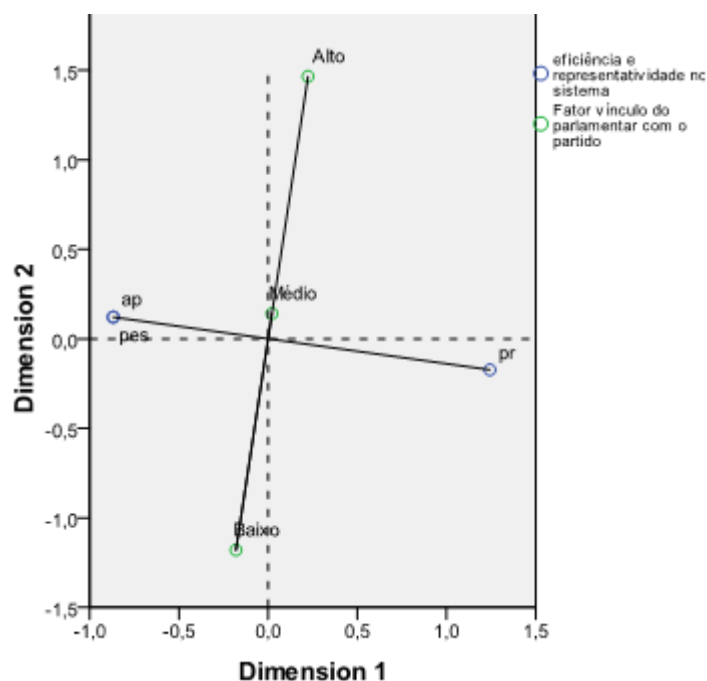
TABELA 22 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO

	Eficiência e representatividade no sistema	Fator vínculo do parlamentar com o partido
Eficiência e representatividade no sistema	1,000	,043
Fator vínculo do parlamentar com o partido	,043	1,000
Dimensão	1	2
Autovalores	1,043	,957

FONTE: A autora (2015)

O Gráfico 1 de distribuição de pontos indica as distâncias entre as categorias das duas variáveis⁶².

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO



FONTE: A autora (2015)

⁶² O teste de componentes principais se relaciona com o conceito de proximidade geográfica, portanto, parte-se da ideia de que a relação entre duas variáveis pode ser plotada em um gráfico de coordenadas (X, Y). Assim desta forma é possível localizar a distancia de cada ponto.

Constata-se, pelo gráfico acima que, a categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o partido” se encontra afastada da categoria “predomínio de eficiência no sistema” (pes), ou seja, diferente do que esperávamos. Da mesma forma, contrapondo àquilo que propomos, a categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o partido” se encontra afastada da categoria “predomínio da representatividade no sistema (prs)”. Por outro lado, a categoria “médio” do fator encontra-se próxima das categorias “predomínio da representatividade” (rp), e ainda mais próxima da “ausência de predomínio” (ap) e de “predomínio de eficiência no sistema” (pes). Ou seja, verifica-se que, o comportamento médio (presença mais não visível) de recursos partidários nos websites, pelos parlamentares, é o mais usual em todos os sistemas, mas ainda em situações de “ausência de predomínio” (pes) e de “predomínio de eficiência no sistema” (pes). Vale lembrar que, de acordo com nossas hipóteses, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, a “ausência do predomínio”, na Bélgica e, o “predomínio da representatividade”. no Brasil.

Isto posto, aplicamos um novo teste de componentes principais com as diversas variáveis que estavam incluídas na variável “eficiência e representatividade no sistema” e no fator “vínculo do parlamentar com o partido”.

As variáveis testadas são: fator “vínculo do parlamentar com o partido”, com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); sistema de governo (parlamentarismo e presidencialismo); sistema eleitoral (majoritário e proporcional); subtipo de sistema eleitoral (maioria simples, lista fechada e lista aberta); magnitude do distrito (alta e baixa) e sistema partidário (bipartidário e multipartidário).

De acordo com parte da nossa primeira hipótese, informada acima, podemos esperar que as categorias: parlamentarismo, majoritário, maioria simples, magnitude baixa e sistema bipartidário estejam próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”.

A tabela 23 sumariza os resultados do modelo. O coeficiente indica que a primeira dimensão explica quase nove vezes mais que a primeira. O coeficiente total

é bastante alto, 97,40%, indicando uma boa associação das categorias entre as variáveis.

TABELA 23 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,926	4,381
2	-,085	,934
Total	,974 ^a	5,315

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

Percebe-se pela Tabela 24, que a correlação entre o fator e todas as variáveis é baixa. A correlação mais baixa é com “sistema de governo”, sendo --,051. Isso significa que as duas variáveis estão correlacionadas, embora em sentido negativo. Agora resta perceber a relação entre as categorias através do gráfico de pontos com o intuito de visualizar a distribuição dos casos.

TABELA 24 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO

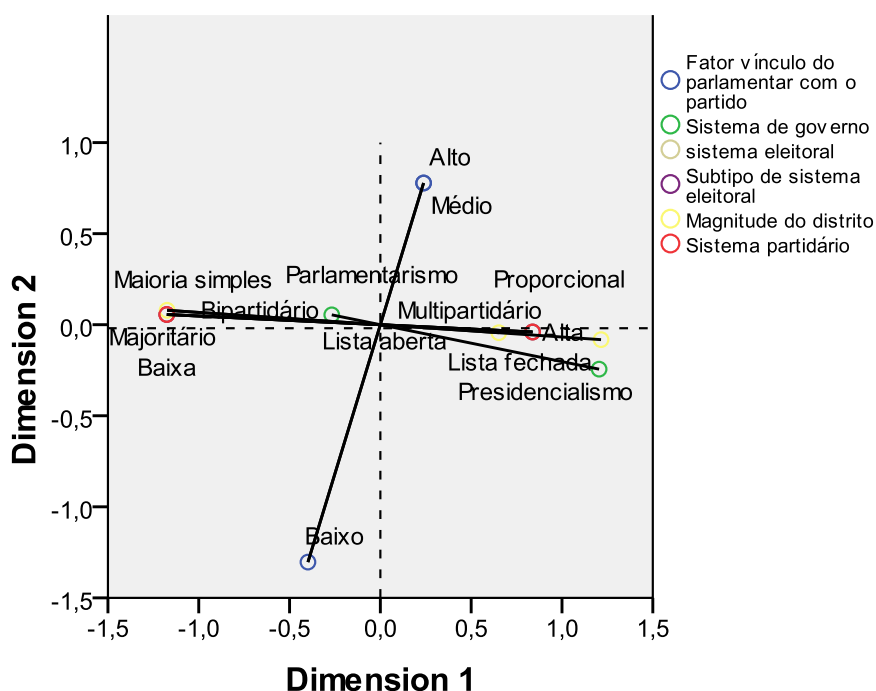
	Sistema de governo	Sistema eleitoral	Magnitude do distrito	Subtipo de sistema eleitoral	Sistema partidário	Fator vínculo do parlamentar com o partido
Sistema de governo	1,000	,407	,407	,583	,407	-,051
Sistema Eleitoral	,407	1,000	1,000	,979	1,000	,111
Magnitude do Distrito	,407	1,000	1,000	,979	1,000	,111
Subtipo de sistema eleitoral	,583	,979	,979	1,000	,979	,088
Sistema partidário	,407	1,000	1,000	,979	1,000	,111
Fator vínculo do parlamentar com o partido	-,051	,111	,111	,088	,111	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6
Eigenvalue	4,233	1,034	,732	,000	,000	,000

FONTE: A autora (2015)

Percebe-se, pelo Gráfico 2, que a categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o partido” encontra-se afastada do modelo e não se aproxima de nenhuma outra categoria. Por outro lado, as categorias “médio” e “alto” do fator estão próximas e, também, próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude” e “bipartidário”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap), tendem a estar mais próximas no quadrante positivo da dimensão 2. Isto significa que os casos estão todos muito próximos. Conclui-se assim que: (i) a nossa hipótese inicial não se confirma no sentido de esperar que o conjunto de categorias que dizem respeito ao “predomínio da eficiência do sistema” estivessem próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”; (ii) da mesma forma, não se verifica a aproximação espacial entre categorias que representam “predomínio da representatividade do sistema” e a categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”; (iii) Chama a atenção, contudo, que aquelas categorias que representam a “ausência de predomínio”, estejam muito próximas da categoria “médio” do fator “vínculo do parlamentar com o partido”, confirmando assim parcialmente a nossa hipótese inicial. Ou seja, o “predomínio da eficiência”, que foi encontrado na Inglaterra, não esteve associado a mais vínculo do parlamentar com o seu partido no website, o “predomínio da representatividade” do Brasil não esteve vinculado a menos vínculo do parlamentar com o seu partido no site, contudo, a “ausência do predomínio” na Bélgica implica um comportamento médio (presença mais não visível) de recursos partidários nos websites pelos parlamentares. Aliás, diga-se, os três países apresentam uma proximidade similar com relação ao fator “vínculo do parlamentar com o partido”⁶³.

⁶³ Norton (2007) analisou a presença partidária nos websites parlamentares da Inglaterra, embora o trabalho tenha sido de cunho descritivo, os dados revelaram que, dos 443 websites parlamentares dos três principais partidos em 2007, 248 continham conteúdo sobre políticas partidárias na página principal: logo do partido, links para o partido local e nacional, material partidário ou até mesmo convites para participar do partido.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO



FONTE: A AUTORA (2015)

5.3.2 Teste de Componentes Principais: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” e variável “eficiência e representatividade no sistema”

Agora o objetivo é testar a associação de nossa segunda variável dependente - fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” – com a variável independente índice “eficiência e representatividade no sistema”, sendo esta com três categorias: predomínio da eficiência no sistema (pes); ausência de predomínio (ap) e predomínio da representatividade (pr). Já o fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” conta com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

Com a presente análise de componentes principais, iremos testar a outra parte de nossa primeira hipótese, de acordo com a qual sistemas políticos que combinam - eleição majoritária, maioria simples, distritos eleitorais de baixa magnitude e sistemas bipartidários, aspectos que aqui se encaixam na categoria

“predomínio da eficiência no sistema (pes)”. Espera-se que o parlamentar difunda, através de seu website, um modelo de representação com mais ênfase em seu vínculo com o eleitor.

Ou seja, para essa análise, podemos esperar que, a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)”, da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”.

A tabela 25 sumariza os resultados do modelo. O modelo consegue explicar 100% das variações. A primeira dimensão explica 71,8% do total da explicação, indicando uma muito boa associação entre as categorias.

TABELA 25 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,718	1,560
2	-.2548	,440
Total	1,000 ^a	2,000

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

Pela Tabela 26, nota-se que há uma correlação alta entre a variável “eficiência e representatividade no sistema” e o fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, embora esta seja negativa. Na medida em que uma variável aumenta, a outra diminui. Ainda, quanto mais o sistema se afasta do padrão parlamentarismo, sistema majoritário, distrito com baixa magnitude e bipartidarismo, mais provável é que o parlamentar utilize menos recursos na web que reforce o seu vínculo com o eleitor.

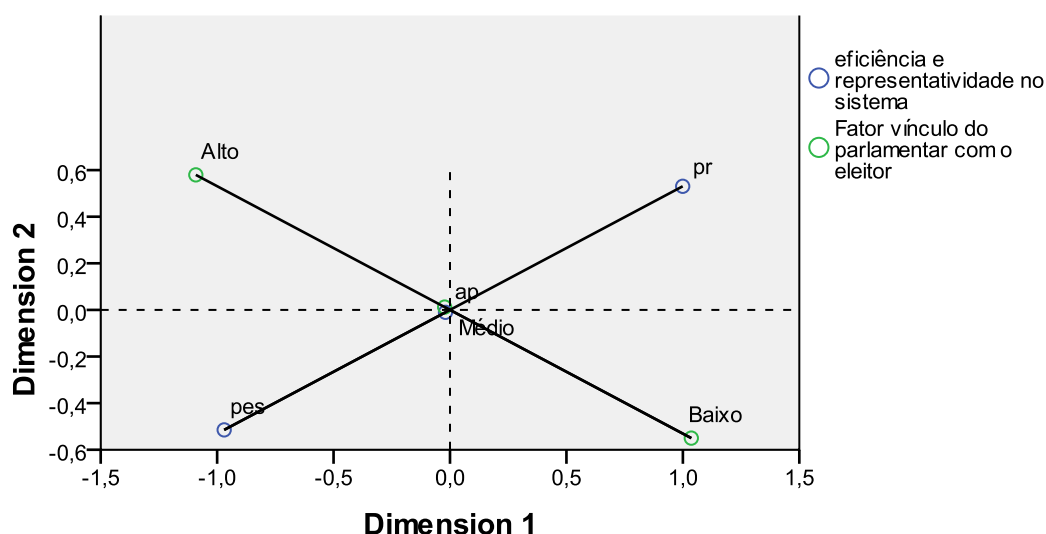
TABELA 26 – CORRELAÇÃO DA VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR

	Eficiência e representatividade no sistema	Fator vínculo do parlamentar com o eleitor
Eficiência e representatividade no sistema	1,000	, -,560
Fator vínculo do parlamentar com o eleitor	-,560	1,000
Dimensão	1	2
Autovalores	1,560	,440

FONTE: A autora (2015)

Com efeito, pelo Gráfico 3 nota-se que a categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” se encontra mais próximo da categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), contudo, em quadrantes opostos e com sentido negativo. A categoria “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” se encontra mais próximo da categoria “predomínio da representatividade” (pr) e, a categoria “médio” do fator encontra-se próxima da categoria “ausência de predomínio” (ap). Nesse sentido, nossa expectativa inicial de que, a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)” da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” foi atingida. O mesmo aconteceu em relação as nossas expectativas relativas às distancias entre as demais categorias em foco. Vale a pena lembrar que, conforme nossas hipóteses, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, portanto, é aqui onde foi possível encontrar mais presença do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR



FONTE: A AUTORA (2015)

Isto posto, aplicamos um novo teste de componentes principais com as diversas variáveis que estavam incluídas na dimensão “eficiência e representatividade no sistema” e fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”.

As variáveis testadas são: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); sistema de governo (parlamentarismo e presidencialismo); sistema eleitoral (majoritário e proporcional); subtipo de sistema eleitoral (maioria simples, lista fechada e lista aberta); magnitude do distrito (alta e baixa) e sistema partidário (bipartidário e multipartidário).

De acordo com a segunda parte da nossa primeira hipótese, podemos esperar que, as categorias: parlamentarismo, majoritário, maioria simples, magnitude baixa e sistema bipartidário estejam próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”.

A tabela 27 sumariza os resultados do modelo. O coeficiente indica que a primeira dimensão explica quase nove vezes melhor que a primeira. O coeficiente total é bastante alto, 98,6%, indicando uma boa associação das categorias entre as variáveis.

TABELA 27 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,936	4,540
2	,059	1,054
Total	,986 ^a	5,595

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

Percebe-se pela Tabela 28, que a correlação entre o fator e todas as variáveis é bastante alta, com a exceção da variável sistema de governo (-,271). Isso significa que o sistema de governo possui uma associação mais fraca quando comparada com as outras variáveis de sistema. Agora resta perceber a relação entre as categorias através do gráfico de pontos com o intuito de visualizar a distribuição dos casos.

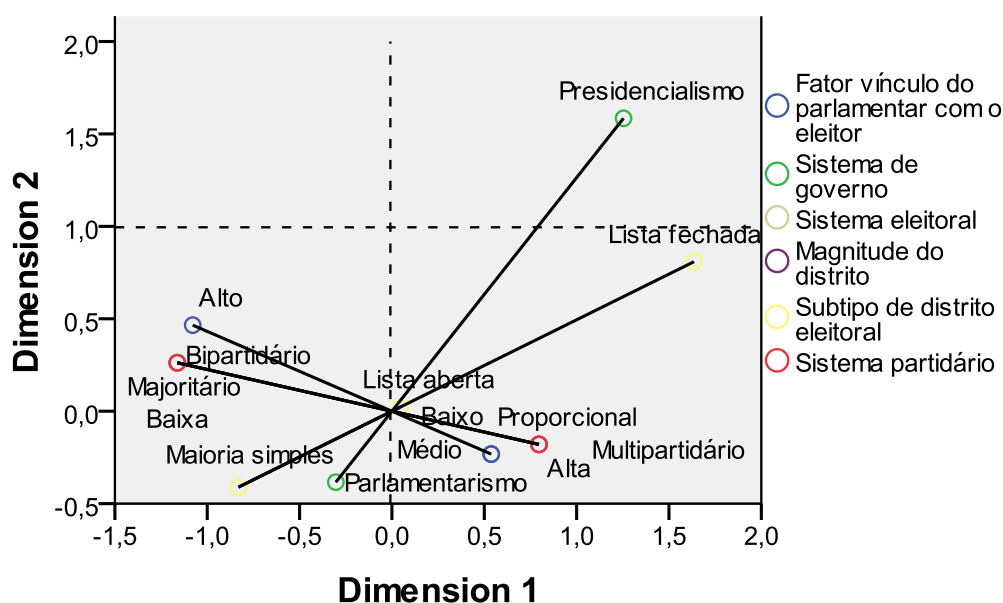
TABELA 28 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR

	Sistema de governo	Sistema eleitoral	Magnitud e do distrito	Subtipo de sistema eleitoral	Sistema partidário	Fator vínculo do parlamentar com o eleitor
Sistema de governo	1,000	,407	,407	,898	,407	-,271
Sistema Eleitoral	,407	1,000	1,000	,767	1,000	-,711
Magnitude do Distrito	,407	1,000	1,000	,767	1,000	-,711
Subtipo de sistema eleitoral	,898	,767	,767	1,000	,767	-,532
Sistema partidário	,407	1,000	1,000	,767	1,000	-,711
Fator vínculo do parlamentar com o eleitor	-,271	-,711	-,711	-,532	-,711	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6
Eigenvalue	4,540	1,054	,405	,000	,000	,000

FONTE: A autora (2015)

O Gráfico 4 traz os resultados do teste.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR



FONTE: A autora (2015)

Como se constata pelo gráfico acima, as categorias “alto”, “médio” e “baixo” do fator encontram-se próximas do modelo, próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude”, “bipartidário”, “parlamentarismo”, que dizem respeito ao à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Por outro lado, as categorias que mais se afastam são “presidencialismo” e “lista fechada”, que dizem respeito à categoria de “predomínio da representatividade” (pr). Percebe-se ainda, que as categorias: “proporcional”, “lista aberta”, “magnitude alta”, “multipartidário”, que dizem respeito à categoria de “predomínio da representatividade”, se encontram próximas das categorias “baixo” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Pode-se concluir que: (i) nossa expectativa inicial de que, a categoria “predomínio da eficiência no sistema (pes)” da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, foi atingida. Ou seja, conforme nossa hipótese, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, portanto, é aqui onde foi

possível encontrar mais presença do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” (ii), Da mesma forma, conforme nossa hipótese, as categorias sistema proporcional, lista aberta, alta magnitude e multipartidarismo da variável “predomínio da representatividade”(rp) se aproximam da categoria baixo do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”; seria esse o caso verificado no Brasil; e, (iii) no modelo e “ausência de predomínio” (ap) que corresponde a Bélgica as categorias parlamentarismo, sistema proporcional, lista fechada, multipartidarismo se aproximam das categorias “média” do fator, o que implica em comportamento médio (presença mais não visível) de vínculo do parlamentar com o eleitor.

5.3.3 Teste de Componentes Principais: “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” e variáveis “eficiência e representatividade no sistema”

Nessa fase, vamos para mais uma análise, agora, tendo como foco a terceira variável dependente, o fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados, e como variável explicativa índice “eficiência e representatividade no sistema”, dividido em três categorias: predomínio da eficiência no sistema (pes); ausência de predomínio (ap), e predomínio da representatividade (pr). E o fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”, com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

Com a análise de componentes principais iremos testar uma parte de nossa segunda hipótese. De acordo com esta, sistemas políticos que combinam – sistema proporcional, lista aberta, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários – que, aqui se encaixam na categoria “predomínio da representatividade (pr)”, espera-se que o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase em seu desempenho parlamentar na câmara dos deputados.

Podemos esperar que, a categoria “predomínio da representatividade” (pr) da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

A tabela 29 sumariza os resultados. O modelo consegue explicar 100% das variações. A segunda dimensão explica um pouco mais que a primeira, embora tenha sentido negativo e seja um valor baixo. Passemos a observar a relação entre as categorias.

TABELA 29 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,221	1,124
2	-,284	,876
Total	1,000 ^a	2,000

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

Pela Tabela 30 nota-se que há uma correlação baixa entre sistemas e o fator de desempenho pessoal.

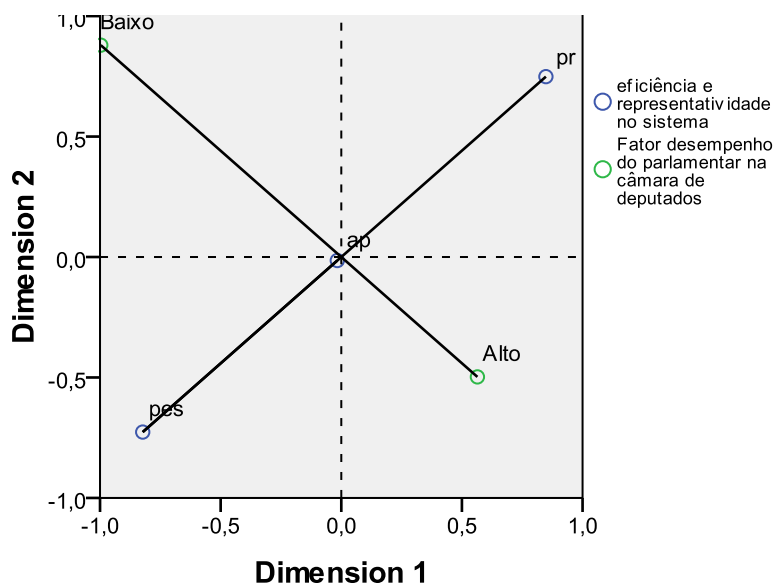
TABELA 30 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

	Eficiência e representatividade no sistema	Fator desempenho do parlamentar na câmara dos deputados
Eficiência e representatividade no sistema	1,000	,124
Fator desempenho do parlamentar na câmara dos deputados	,124	1,000
Dimensão	1	2
Autovalores	1,124	,876

FONTE: A autora (2015)

O Gráfico 5 informa a distribuição dos pontos variável eficiência e representatividade no sistema e fator desempenho do parlamentar na câmara dos deputados.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



FONTE: A autora (2015)

Pelo gráfico acima, nota-se que a categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” se encontra mais próximo da categoria “predomínio da representatividade” (pr) da variável “eficiência e representatividade no sistema”, ambas em quadrantes opostos, ou seja, o que era esperado. Da mesma forma, conforme nossa expectativa, a categoria “baixo” se encontra mais próxima da categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes). Por outro lado, a categoria “médio” do fator encontra-se próxima da categoria “ausência de predomínio” (ap). Vale lembrar que, de acordo com nossas hipóteses, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra; a “ausência do predomínio”, na Bélgica e, o “predomínio da representatividade”, no Brasil. Desta forma, confirmamos as expectativas iniciais.

Para avançar ainda mais, aplicamos um novo teste de componentes principais com as diversas variáveis que estavam incluídas na variável “eficiência e

representatividade no sistema” e fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

As variáveis testadas são: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença); sistema de governo (parlamentarismo e presidencialismo); sistema eleitoral (majoritário e proporcional); subtipo de sistema eleitoral (maioria simples, lista fechada e lista aberta); magnitude do distrito (alta e baixa) e sistema partidário (bipartidário e multipartidário).

De acordo com uma parte da nossa segunda hipótese, podemos esperar que, as categorias: “presidencialismo”, “proporcional”, “lista aberta”, “magnitude do distrito alta” e “sistema multipartidário” estejam próximas da categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

A tabela 31 sumariza os resultados do modelo. O coeficiente indica que a primeira dimensão explica quase nove vezes melhor que a primeira. O coeficiente total é bastante alto, 97,1%, indicando uma boa associação das categorias entre as variáveis.

TABELA 31 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,919	4,265
2	-,041	,967
Total	,971 ^a	5,232

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

A Tabela 32 informa a correlação entre as categorias das variáveis.

TABELA 32 - CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

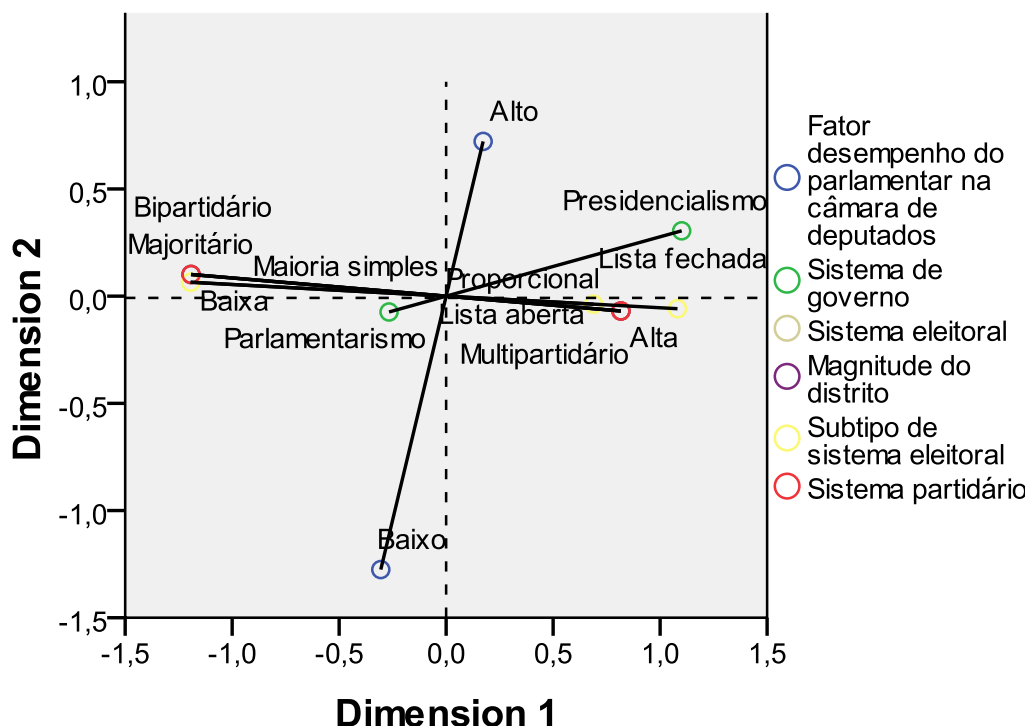
	Sistema de governo	Sistema eleitoral	Magnitud e do distrito	Subtipo de sistema eleitoral	Sistema partidário	Fator desempenho do parlamentar na c. dos deputados
Sistema de governo	1,000	,407	,407	,533	,407	,133
Sistema Eleitoral	,407	1,000	1,000	,990	1,000	,169
Magnitude do Distrito	,407	1,000	1,000	,990	1,000	,169
Subtipo de sistema eleitoral	,533	,990	,990	1,000	,990	,177
Sistema partidário	,407	1,000	1,000	,990	1,000	,169
Fator desempenho do parlamentar na câmara dos deputados	,133	,169	,169	,177	,169	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6
Eigenvalue	4,265	,967	,768	,000	,000	,000

FONTE: A autora (2015)

Percebe-se, pela Tabela 30, que a correlação entre o fator e todas as variáveis é baixa. A correlação mais baixa é com “sistema de governo” (,133) e a mais alta, com “subtipo de sistema eleitoral” (,177). Agora, resta perceber a relação entre as categorias através do gráfico de pontos, com o intuito de visualizar a distribuição dos casos.

O Gráfico 6 informa sobre a distribuição dos pontos da variável “eficiência e representatividade no sistema” e fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



FONTE: A autora (2015)

Percebe-se, pelo Gráfico 6, que a categoria “baixo” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” encontra-se afastada do modelo e não se aproxima de nenhuma outra categoria. Por outro lado, as categorias “médio” e “alto” do fator estão próximas e, também próximas do resto das variáveis. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude”, “bipartidário” e “parlamentarismo”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap), tendem a estar mais próximas no quadrante positivo da dimensão 1. Portanto, conclui-se que: (i) a nossa expectativa inicial se confirma em parte, ao esperar que o conjunto de categorias que dizem respeito ao “predomínio da representatividade” (pr) estariam próximas da categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara os deputados”. Em parte também, porque foram encontrados casos do conjunto de categorias do “predomínio da

representatividade” (pr) próximos da categoria “médio”, e, da mesma forma, foi possível encontrar casos do conjunto de categorias que dizem respeito à “ausência de predomínio” (ap); (ii) o conjunto de casos que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência do sistema”, que foi encontrado na Inglaterra, se encontra mais afastada do modelo no quadrante negativo da dimensão 2; (iii) conclui-se que o “predomínio da representatividade” do Brasil esteve vinculado a mais presença do “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”, no entanto, o conjunto de casos da “ausência do predomínio”, que diz respeito a Bélgica também se encontra vinculado a mais presença do “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”. Aliás, diga-se, os dois países apresentam uma proximidade similar com relação ao fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

5.3.4 Teste de Componentes Principais: “desempenho localista do parlamentar” e variáveis “eficiência e representatividade no sistema”

As variáveis testadas são: índice “eficiência e representatividade no sistema”, dividido em três categorias: predomínio da eficiência no sistema (pes); ausência de predomínio (ap) e predomínio da representatividade (pr). E o fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e baixo (sem presença).

Com a análise de componentes principais iremos testar outra parte de nossa segunda hipótese. De acordo com esta, sistemas políticos que combinam – sistema proporcional, lista aberta, distritos eleitorais de alta magnitude e sistemas multipartidários – que, aqui se encaixam na categoria “predomínio da representatividade (pr)”, espera-se que o parlamentar difunda através de seu website um modelo de representação com mais ênfase em seu desempenho localista.

Podemos esperar que a categoria “predomínio da representatividade” (pr) da variável “eficiência e representatividade no sistema” esteja próxima da categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”.

A tabela 33 sumariza os resultados. O coeficiente *Alfa de Cronbach* indica que a segunda dimensão explica levemente melhor que a primeira, embora tenha uma correlação negativa, e ambos apresentam valores relativamente baixos. Isso aponta que as variáveis não estão apresentando distribuição consistente das categorias. No entanto, o total de *Alfa de Cronbach* ficou em 100% das variações sendo explicadas pelo modelo.

TABELA 33 - SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,220	1,124
2	-,282	,876
Total	1,000 ^a	2,000

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

Na Tabela 34 é apresentada a matriz que ajuda a localizar as variáveis que estão mais correlacionadas. Percebe-se que há uma correlação negativa e baixa entre sistemas e fator “desempenho localista do parlamentar”.

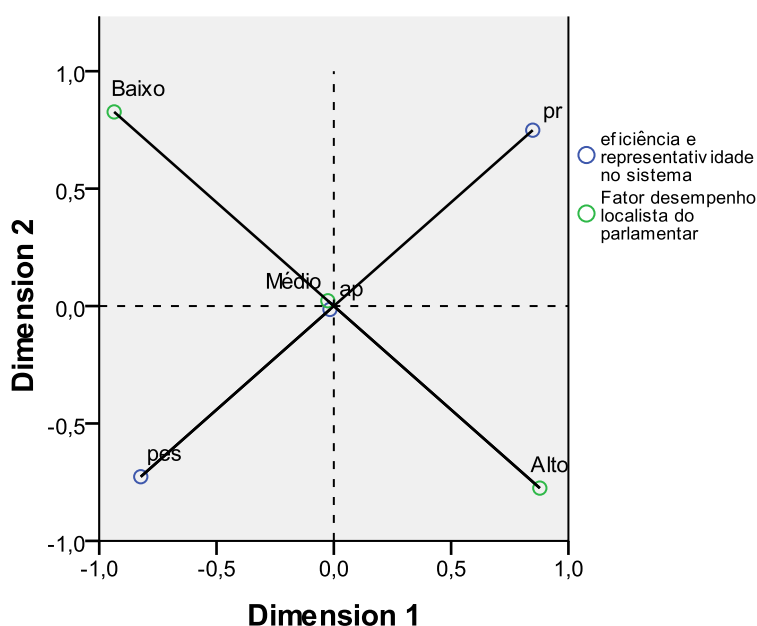
TABELA 34 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR

	Eficiência e representatividade no sistema	Fator desempenho localista do parlamentar
Eficiência e representatividade no sistema	1,000	-,124
Fator desempenho localista do parlamentar	-,124	1,000
Dimensão	1	2
Autovalores	1,124	,876

FONTE: A autora (2015)

Contata-se, pelo gráfico abaixo, que a categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar” se encontra mais próximo da categoria “predomínio da representatividade” (pr) da variável “eficiência e representatividade no sistema”, ambas em quadrantes opostos, ou seja, o que era esperado. Da mesma forma, conforme nossa expectativa, a categoria “baixo” se encontra mais próxima da categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes). Por outro lado, a categoria “médio” do fator encontra-se próxima da categoria “ausência de predomínio” (ap). Vale lembrar que, de acordo com nossas hipóteses, o “predomínio da eficiência” foi encontrado na Inglaterra, a “ausência do predomínio”, na Bélgica e o “predomínio da representatividade”, no Brasil.

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR



FONTE: A autora (2015)

Isto posto, aplicamos um novo teste de componentes principais com as diversas variáveis que estavam incluídas na variável “eficiência e representatividade no sistema” e fator “desempenho localista do parlamentar”.

As variáveis testadas são: fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, com as seguintes categorias: alto (presença do item), médio (presença, porém não visível) e

baixo (sem presença); sistema de governo (parlamentarismo e presidencialismo); sistema eleitoral (majoritário e proporcional); subtipo de sistema eleitoral (maioria simples, lista fechada e lista aberta); magnitude do distrito (alta e baixa) e sistema partidário (bipartidário e multipartidário).

De acordo com a outra parte da nossa segunda hipótese, podemos esperar que as categorias: “presidencialismo”, “proporcional”, “lista aberta”, “magnitude do distrito alta” e “sistema multipartidário” estejam próximas da categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”.

Pela Tabela 35, o resumo aponta que o modelo consegue explicar 97,9% das variações, sendo um coeficiente bastante alto, mostrando, portanto, uma boa distribuição das categorias entre as variáveis. A primeira dimensão é a mais forte, sendo responsável por 92,4% do total da explicação.

TABELA 35 – SUMARIZAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO MODELO - VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR

Dimension	Cronbach's Alpha	Variância total explicada (autovalores)
1	,924	4,352
2	,079	1,071
Total	,979 ^a	5,423

a. Total Cronbach's Alpha is based on the total Eigenvalue.

FONTE: A autora (2015)

A Tabela 36 informa a correlação entre as categorias das variáveis. Percebe-se pela Tabela que a correlação entre o fator e todas as variáveis é negativa. A correlação mais forte é com “sistema de governo”, sendo -,409. Isso significa que as duas variáveis estão correlacionadas, embora em sentido negativo. Agora resta perceber a relação entre as categorias através do gráfico de pontos

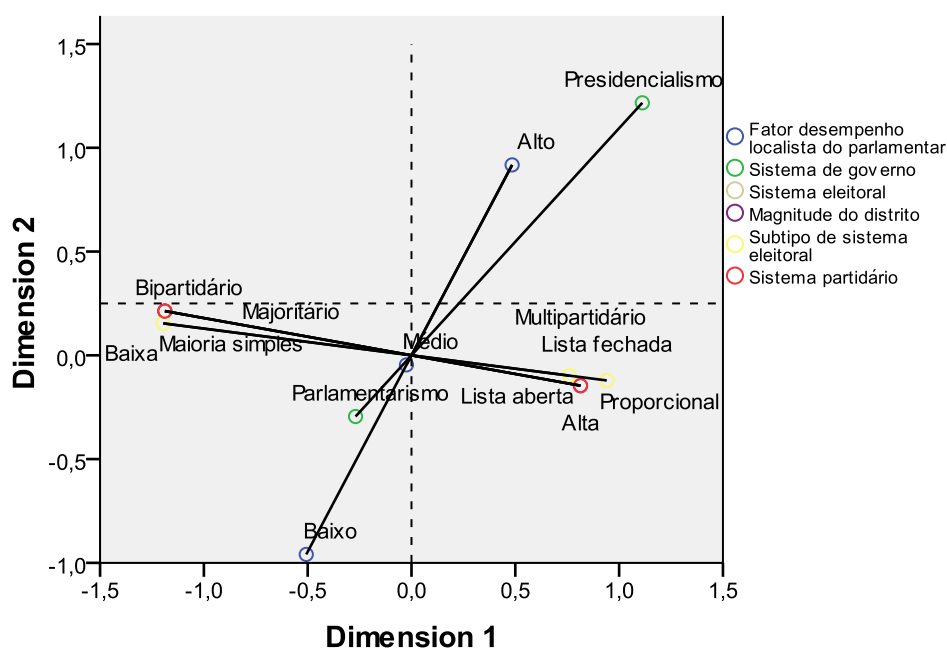
TABELA 36 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR

	Sistema Eleitoral	Magnitude do Distrito	Subtipo de sistema eleitoral	Sistema de governo	Sistema partidário	Fator desempenho localista do parlamentar
Sistema Eleitoral	1,000	1,000	,998	,407	1,000	-,287
Magnitude do Distrito	1,000	1,000	,998	,407	1,000	-,287
Subtipo de sistema eleitoral	,998	,998	1,000	,467	,998	-,307
Sistema de governo	,407	,407	,467	1,000	,407	-,409
Sistema partidário	1,000	1,000	,998	,407	1,000	-,287
Fator desempenho localista do parlamentar	-,287	-,287	-,307	-,409	-,287	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6
Eigenvalue	4,352	1,071	,577	,000	,000	,000

FONTE: A autora (2015)

O Gráfico 8 informa a distribuição de pontos das variáveis.

GRÁFICO 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEIS EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATOR DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR

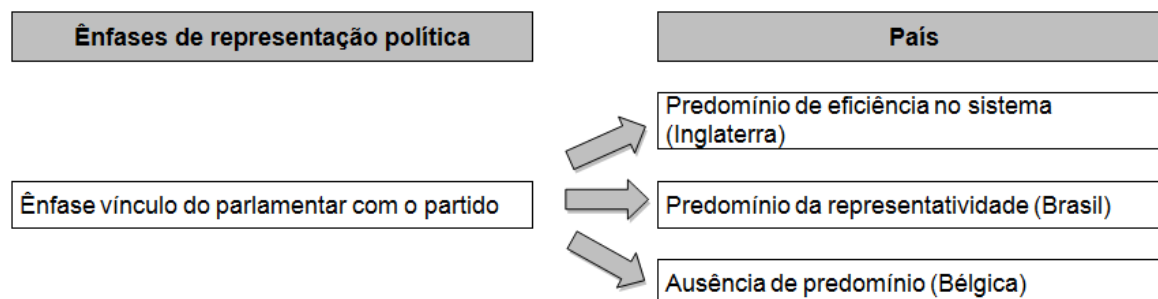


FONTE: A autora (2015)

Pelo Gráfico 8 de distribuição de pontos percebe-se que na dimensão 1 é onde se encontram as maiores correlações entre as variáveis, como apontado pelo coeficiente de *Alfa de Cronbach*. Com relação às variáveis institucionais, percebe-se que as categorias: “majoritário”, “maioria simples”, “baixa magnitude” e “bipartidário”, que dizem respeito à categoria “predomínio da eficiência no sistema” (pes), estão muito próximas entre si e todas no mesmo quadrante da categoria “baixo” do fator “vínculo localista do parlamentar”. Por outro lado, as categorias que dizem respeito a “predomínio da representatividade” (pr) e “ausência de predomínio” (ap) tendem a estar mais próximas da categoria “médio” do fator “vínculo localista do parlamentar”. No entanto, uma das categorias que pertence ao “predomínio da representatividade” (pr) se afasta do conjunto, a saber, “presidencialismo”. De fato, na variável “sistema de governo” foi onde se encontrou a maior associação (-,409) com o fator “vínculo localista do parlamentar”. É a partir dessas informações visuais que conseguimos concluir que: (i) a nossa hipótese em parte foi cumprida, a categoria “presidencialismo” está puxando os casos pertencentes à categoria “predomínio da representatividade” (pr) para a categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”; (ii) da mesma forma, se verifica a aproximação espacial entre categorias que representam “predomínio da representatividade do sistema” e as categorias que representam a “ausência de predomínio”; (iii) que vale dizer que o “predomínio da representatividade” que foi encontrado no Brasil esteve associado a mais “desempenho localista do parlamentar” no website do que o “predomínio da eficiência do sistema” e a “ausência de predominância”.

Por fim, na continuação, apresenta-se a sistematização dos resultados encontrados nos diversos testes de análise de componentes principais, entre os quatro fatores de representação política e a variável “eficiência e representatividade no sistema”. A figura 4 apresenta os resultados do fator “vínculo do parlamentar com o partido”, uma parte da nossa primeira hipótese. Os resultados do teste apontaram para associação com a Inglaterra, Brasil e Bélgica.

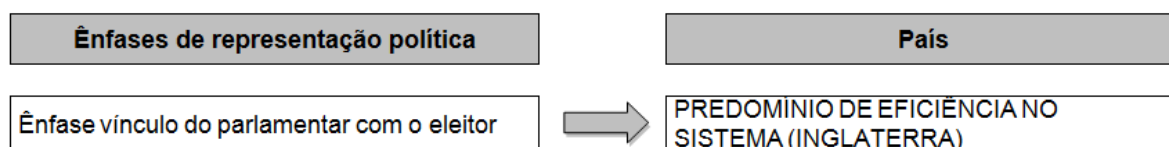
FIGURA 4: RESULTADOS DO TESTE – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O PARTIDO



FONTE: A autora (2015)

A figura 5 apresenta os resultados do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”, a outra parte da nossa primeira hipótese. Os resultados do teste apontaram para associação com “predomínio de eficiência no sistema”, que corresponde a Inglaterra.

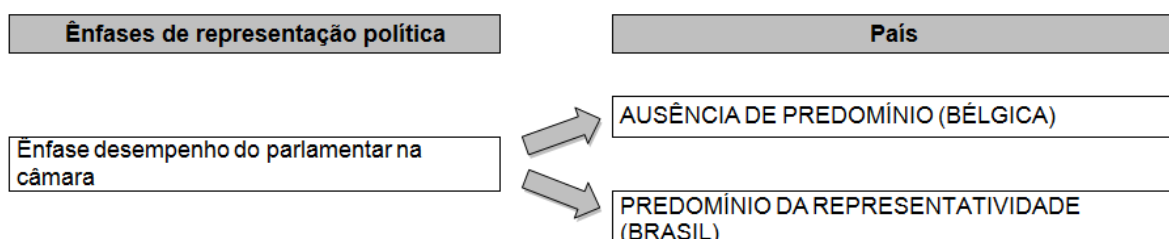
FIGURA 5: RESULTADOS DO TESTE – VÍNCULO DO PARLAMENTAR COM O ELEITOR



FONTE: A autora (2015)

A figura 6 apresenta os resultados do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”, uma parte da nossa segunda hipótese. Os resultados do teste apontaram para associação com “predomínio da representatividade no sistema” que, corresponde aos parlamentares do Brasil e, também com a “ausência de predomínio” que, refere-se aos parlamentares da Bélgica.

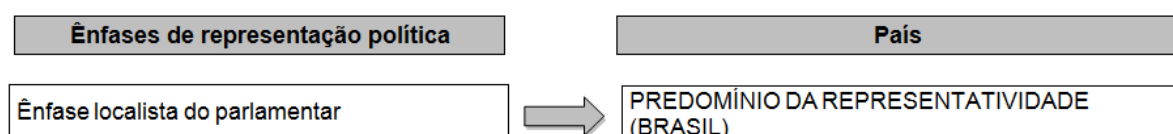
FIGURA 6: RESULTADOS DO TESTE – DESEMPENHO DO PARLAMENTAR NA CÂMARA



FONTE: A autora (2015)

Por fim, a figura 7 apresenta os resultados do fator “desempenho localista do parlamentar”, a outra parte da nossa segunda hipótese. Os resultados do teste apontaram para associação com “predomínio da representatividade no sistema”, que corresponde aos parlamentares do Brasil.

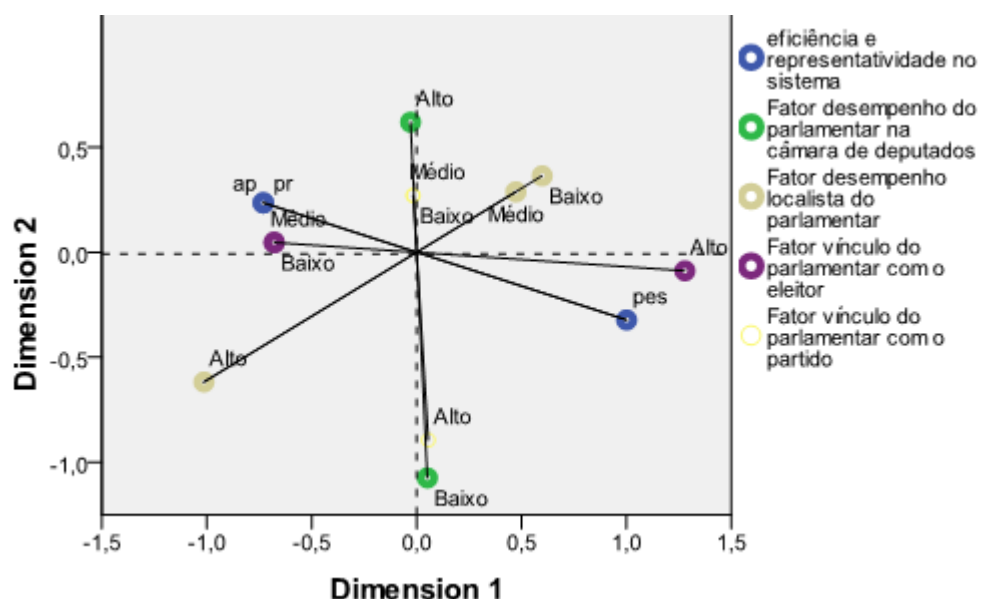
FIGURA 7: RESULTADOS DO TESTE – DESEMPENHO LOCALISTA DO PARLAMENTAR



FONTE: A autora (2015)

Com o intuito de representar esses apontamentos, o Gráfico 10 apresenta o teste de componentes principais com a variável “eficiência e representatividade no sistema” e os quatro fatores juntos. Em primeiro lugar, a categoria “predomínio de eficiência no sistema” (pes) da variável está mais associada à categoria “alto” do fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” que, segundo nossa hipótese, foi encontrada na Inglaterra. Em segundo lugar, também é possível verificar a associação entre “predomínio da representatividade” e a categoria “alto” do fator “desempenho localista do parlamentar”, que também confirma nossa hipótese inicial. E em terceiro lugar, em menor medida, a categoria “predomínio da representatividade” (pes) e “ausência de predomínio” (ap) estão associadas à categoria “alto” do fator “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados”.

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS VARIÁVEL EFICIÊNCIA E REPRESENTATIVIDADE NO SISTEMA E FATORES DE RP



FONTE: A autora (2015)

TABELA 37 – CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS TRANSFORMADAS DO MODELO - VARIÁVEIS SISTEMAS E FATORES REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

	Fator desempenho do parlamentar na câmara de deputados	Fator vínculo do parlamentar com o partido	Fator vínculo do parlamentar com o eleitor	Fator desempenho localista do parlamentar	Eficiência e representati- dade no sistema
Fator desempenho do parlamentar na câmara de deputados	1,000	-,065	,005	,192	,169
Fator vínculo do parlamentar com o partido	-,065	1,000	,151	-,053	-,071
Fator vínculo do parlamentar com o eleitor	,005	,151	1,000	,528	-,711
Fator desempenho localista do parlamentar	,192	-,053	,528	1,000	-,336
Eficiência e representatividade no sistema	,169	-,071	-,711	-,336	1,000
Dimension	1	2	3	4	5
Eigenvalue	2,076	1,194	,954	,538	,237

FONTE: A autora (2015)

Estas relações ficam melhor visualizadas pela Tabela 35, que aponta associações entre a variável “eficiência e representatividade no sistema” e o fator de “desempenho localista do parlamentar” (-,336), o fator “vínculo do parlamentar com o eleitor” (,711) e, o fator “desempenho do parlamentar na câmara de deputados” (,169).

Resta exemplificar os fatores de representação política através de imagens dos websites pesquisados. O intuito não é realizar uma análise de conteúdo, mas sim, apresentar visualmente as diversas ênfases de comportamento dos parlamentares.

5.4 AS DIVERSAS ÊNFASES DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS WEBSITES PARLAMENTARES

Após apresentar os resultados estatísticos sobre a associação entre os aspectos institucionais e políticos dos países em foco e as estratégias de uso da internet, cabe agora ilustrar a partir de análises qualitativas como tais estratégias se apresentam na web.

5.4.1 Ênfase de representação “vínculo do parlamentar com o partido”

Nosso objetivo é ilustrar as diversas estratégias utilizadas pelos deputados no que se refere ao fator vínculo do parlamentar com o partido.

Para ilustrar o caso do vínculo parlamentar com o partido, temos esse primeiro caso. A fotografia abaixo (FIGURA 8) é do website da deputada inglesa Lorely Burt do partido *Liberal Democrat*.

FIGURA 8 - WEBSITE DA DEPUTADA LORELY BURT (LIBERAL DEMOCRAT)



FONTE: <http://lorellyburt.org.uk/en/>

Nota-se pela figura acima que estão presentes o link do partido, a logo e a legenda. Além disso, é utilizada cor do partido amarela. Percebeu-se que os políticos deste partido tinham websites institucionais, onde a autoria do desenho da *homepage* pertence ao partido. A estrutura de desenho e distribuição dos links mantém uma similaridade em todos os websites. O partido é o terceiro em representação na casa legislativa, com 57 deputados.

A fotografia seguinte (FIGURA 9) também ilustra um uso do vínculo com o partido. A figura pertence ao deputado brasileiro Eleuses Paiva, do Partido Social Democrático (PSD). Nota-se a legenda do partido na capa do notebook do deputado, no entanto, aparece sem visibilidade ao navegador. Caso não se tenha um conhecimento prévio sobre o partido ao qual pertence o parlamentar, esse dado pode parecer despercebido. Por outro lado, apenas a cor azul do partido aparece na *homepage* do político, quando o amarelo e o branco também fazem parte da legenda do partido.

FIGURA 9 - WEBSITE DO DEPUTADO ELEUSES PAIVA (PSD)



FONTE: <http://www.eleusespaiva.com.br/>

A fotografia abaixo (FIGURA 10) também ilustra um uso do vínculo com o partido. O website pertence à deputada Fernandez Fernandez Julie do Partido Socialista (PS). Percebe-se a logo do partido e o link para o site nacional à margem direita, não entanto, a cor do partido não aparece em nenhum outro espaço do site da deputada. Portanto, nota-se um uso “médio” do fator partidário.

FIGURA 10 - WEBSITE DA DEPUTADA FERNANDEZ FERNANDEZ JULIE (PS)



FONTE: <http://www.juliefernandez.be/>

Segundo uma parte da nossa primeira hipótese, esperava-se encontrar uma ênfase de vínculo do parlamentar na categoria “predomínio da eficiência do sistema”. No entanto, como verificado além de encontrarmos ênfase na Inglaterra, também foi possível encontrar casos no “predomínio da representatividade”, encontrado no Brasil, e na “ausência de predomínio”, encontrado na Bélgica.

5.4.2 Ênfase de representação “vínculo do parlamentar com o eleitor”

Neste quesito iremos ilustrar as diversas estratégias utilizadas pelos políticos no que se refere ao fator vínculo do parlamentar com o eleitor. Para ilustrar o caso de uso “alto” do vínculo parlamentar com o eleitor, temos esse primeiro caso. A Figura 11 pertence ao deputado Jonathan Ashworth do *Labour Party*, partido que possui quase 40% de deputados na casa legislativa, sendo a segunda força política depois do *Conservative Party*. Nota-se que, o link “*surgeries*” relaciona-se com aconselhamentos que o parlamentar pode realizar. Um serviço regular dirigido aos constituintes que necessitam de ajuda, conselhos, direcionamentos sobre questões que dizem respeito aos diversos órgãos do governo. Na fotografia, constata-se a imagem do deputado dando “ouvidos” a um eleitor. Este necessita entrar em contato com o gabinete para marcar uma consulta prévia, no entanto, o parlamentar disponibiliza de horários e datas específicas para ao agendamento. Este tipo de “serviço” possui, por um lado, o intuito de aproximar o representante de seus eleitores e, por outro, mostrar “serviço”, isto é, um político eficiente diante dos constituintes. Em certa medida, este tipo de relação de representação persegue a efetividade da *accountability* ao oferecer informação apurada sobre as atividades desenvolvidas pelo político durante o mandato. Questões estas que dizem respeito à qualidade e aprofundamento das democracias representativas contemporâneas.

FIGURA 11 - WEBSITE DA DEPUTAD JONATHAN ASHWORTH (LABOUR PARTY)

Advice Sessions

Jon holds regular surgeries where people can come along to ask for assistance with difficulties they may be experiencing or problems they may have with various government agencies and the City Council. Jon's next surgeries are at the locations and dates shown below.

Please note:

- If you wish to see Jon at one of his **Constituency Office** Surgeries on Charles Street, or at the **Saffron Resource Centre**, you need to book an appointment in advance with the office on: **0116 251 1927**.
(Saffron Resource Centre is at 432 Saffron Lane, Leicester, LE2 6SB)
- For surgeries at **St Peters & Stoughton Street Tenants & Residents Association**, please contact the Residents Association on 0116 262 7297 or 07990609181 after 10.00am.
(St Peters & Stoughton Street Tenants & Residents Association is on the Ground Floor, Framland House, Pluto Close, Leicester, LE2 0UW)

For all other surgeries no appointment is necessary, please feel free to come along.



JUNE		JULY	
Friday June 8 2.00pm – 3.30pm	Constituency Office, Charles Street	Friday July 6 3.30pm – 5.00pm	Constituency Office, Charles Street
Friday June 8	St Peters & Stoughton Street Tenants & Residents Association	Friday July 13	St Peters & Stoughton Street Tenants & Residents Association

FONTE: http://www.jonashworth.org/jon_ashworth_surgeries.html

A Figura 12 ilustra o caso de uso “médio” do vínculo do parlamentar com o eleitor. A figura corresponde ao deputado Alun Cairns do *Conservative Party* que, corresponde ao partido governista com 307 cadeiras no parlamento. Observa-se um link de perguntas comuns sobre informações das atividades de um parlamentar, porém não é visível para o internauta. Nota-se ainda, o nome do link “FAQs”, referente a perguntas comuns, não necessariamente sobre a atividade do parlamentar, nesse sentido, foi classificada como presença do item, porém, não visível. Nesse link há uma série de perguntas, sobre o que significa ser um parlamentar, quais as atividades, como o parlamentar pode ajudar seu eleitorado, e as diversas formas de entrar em contato. Nesse trecho a seguir, percebe-se o intuito de apresentar as atividades do parlamentar trabalhando para a nação como um todo e, também, para o eleitorado:

“[...] When Parliament is sitting, Alun generally spends Monday to Thursday in Westminster on Parliamentary business. (During recess, most of his time is spent in the constituency, apart from occasional trips to London for important meetings). Usually

Fridays and weekends are spent visiting people and places within the Vale of Glamorgan. Alun holds regular surgeries, in a variety of locations across the constituency. Much of his time is taken up with casework, helping local people with any issues or problems they may have. When in Westminster, Alun is working on behalf of constituents, taking part in vital votes that help shape the laws of this country as well as speaking in debates and asking Parliamentary questions. He receives a huge number of letters and emails each week from constituents raising policy issues, which all receive a response. His work often involves writing to Ministers on behalf of constituents, or he will research an issue for them, with help from his team, Charles, Catrin and Linda” (SITE DEPUTADO: <http://www.aluncairns.co.uk/faqs/>)

FIGURA 12 - WEBSITE DA DEPUTADO ALUN CAIRNS (CONSERVATIVE PARTY)



FONTE: <http://www.aluncairns.co.uk/>

Segundo uma parte da nossa primeira hipótese, esperava-se encontrar uma ênfase de vínculo do parlamentar com o eleitor na categoria “predomínio da eficiência do sistema”. Esta expectativa foi atingida e os casos mais comuns foram os pertencentes aos parlamentares da Inglaterra, como apresentados acima.

5.4.3 Ênfase de representação “desempenho do parlamentar na Câmara dos Deputados”

Nesta secção temos como intuito ilustrar os diversos mecanismos utilizados pelos políticos no que se refere ao fator desempenho do parlamentar na câmara dos deputados. Para ilustrar o caso de uso “alto” do desempenho do parlamentar na câmara dos deputados, temos esse primeiro caso. A fotografia abaixo (FIGURA 13) é do deputado Eduardo Barbosa pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que possui 53 deputados na Legislatura 2010-2014. Observam-se diversas informações sobre o exercício do mandato: proposições, discursos, comissões e frentes parlamentares, missões oficiais, dentre outras informações sobre o desempenho pessoal. Ou seja, conteúdos e mecanismos que priorizem o reforço dos atributos pessoais dos deputados. O objetivo é fortalecer a reputação pessoal e profissional a fim de se distinguir, por um lado, dos colegas do partido e, por outro, dos deputados que integram o parlamento. Estas informações se encontram na *homepage* em destaque. Vale salientar ainda, que cada link direciona ao site da câmara dos deputados do Brasil, onde as informações são atualizadas frequentemente.

FIGURA 13 - WEBSITE DO DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PSDB)



FONTE: <http://eduardobarbosa.com/comissoes>

Para ilustrar o caso de uso “médio” do desempenho do parlamentar na câmara dos deputados, segue a Figura 14. A imagem é da deputada Demir Zuhail do partido *Nieuw-Vlaamse Alliantie (NVA)*. O partido possui 27 cadeiras na Legislatura 2010-2014, sendo o partido com mais número de representantes. O NVA é um partido nacionalista flamengo pertencente à região sul do país, chamada de Valônia, onde, predominantemente, se fala francês. A grande bandeira é a separação da região norte, chamada de Flandres, onde se fala holandês. O separatismo foi resultado do desenvolvimento econômico, político e social das duas regiões. O site da deputada Demir apresenta um link específico sobre “trabalho no parlamento”, contendo links para a casa legislativa com informações sobre: perguntas orais nas comissões, nas sessões plenárias e as perguntas escritas. No entanto, não se especificam outras informações sobre missões oficiais, proposições, assim como, a relação de comissões das quais faz parte. Questões estas relacionadas ao desempenho das atividades no parlamento. Todos os parlamentares do partido possuíam a mesma estrutura de desenho de website, sendo de tipo institucional, uma questão que demonstra os incentivos partidários para a presença online dos parlamentares.

FIGURA 14 - WEBSITE DA DEPUTADA ZUHAL DEMIR (NVA)



FONTE: <http://www.zuhaldemir.be/parlementair-werk>

Segundo uma parte da nossa segunda hipótese, esperava-se encontrar uma ênfase do desempenho do parlamentar na câmara dos deputados na categoria “predomínio da representatividade”, que foi encontrado no Brasil. A expectativa foi atingida, pois houve uma associação maior com este fator, no entanto, também foi possível encontrar casos na categoria “ausência de predomínio”, que se refere à Bélgica.

5.4.4 Ênfase de representação “desempenho localista do parlamentar”

Aqui temos como intuito ilustrar os diversos mecanismos utilizados pelos parlamentares no que se refere ao fator desempenho localista do parlamentar. A Figura 15 ilustra o caso de um uso “alto” do fator.

FIGURA 15- WEBSITE DO DEPUTADO LEOPOLDO MEYER (PSB)



FONTE: <http://www.leopoldomeyer.com.br>

A imagem acima corresponde ao deputado Leopoldo Meyer do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A notícia apresenta a entrega de moradias para um grupo de residentes do estado onde o parlamentar foi eleito. Nesta, é possível

perceber o deputado participando do ato simbólico da entrega de chaves para a população. Este tipo de informação apresenta o caráter localista das atividades do deputado. Os recursos públicos são alocados em redutos eleitorais, por meio das políticas distributivistas.

A Figura 16 corresponde ao deputado Jorginho Mello do Partido da República (PR). Nesta imagem, destaca-se a “conquista” de investimento em recursos graças às negociações do deputado no parlamento. No entanto, esta imagem representa uma notícia dentre outras notícias, não possui um destaque especial no site, por este motivo foi classificada como sendo categoria “médio” do fator. Esta posição reforça o caráter clientelístico do investimento. Os deputados possuem verbas parlamentares que podem utilizar na forma de investimentos nas regiões de origens, no entanto, não é explicitado dessa forma, o que se ressalta é o caráter meramente distributivista da transferência do recurso.

FIGURA 16 - WEBSITE DO DEPUTADO JORGINHO MELLO (PR)

Jorginho Mello conquista carro zero para Conselhos Tutelares de mais 16 cidades

02 JULHO 2014 • ACESSOS: 107



São 100 municípios beneficiados desde o ano passado

Meio-Oeste –

O chamado kit para Conselho Tutelar é composto de um Fiat Palio Weekend zero quilômetro, cinco computadores, geladeira, bebedouro e uma multifuncional.

“Todos nós sabemos que hoje a distribuição injusta dos recursos públicos sobrecarrega e penaliza os municípios. Uma das funções do deputado é justamente conseguir recursos e equipamentos para



FONTE: <http://www.jorginhomello.com.br/>

Segundo uma parte da nossa segunda hipótese, esperava-se encontrar uma ênfase do desempenho localista do parlamentar na categoria “predomínio da representatividade”, que foi encontrado no Brasil. A expectativa foi atingida, pois houve uma associação maior com este fator.

6 CONCLUSÃO

O objetivo desta tese foi fazer uma avaliação do uso da internet (websites/blogs) por parlamentares de câmaras nacionais de países com características institucionais diferentes. Mais especificamente, pesquisar de que forma as características institucionais – sistema de governo, sistema eleitoral, subtipo de sistema eleitoral, magnitude do distrito e sistema partidário - dos países estão associadas à veiculação de conteúdo pelos parlamentares na internet.

Com o intuito de averiguar a questão geral que, informou este trabalho, analisaram-se 487 websites e blogs de deputados federais da Inglaterra, do Brasil e da Bélgica. Para avaliar o uso da internet pelos deputados, investigou-se sobre o conceito de representação política (RP), a partir do qual, se construíram quatro ênfases de RP, a partir do diálogo com a literatura: (i) vínculo do parlamentar com o partido; (ii) vínculo do parlamentar com o eleitor; (iii) desempenho do parlamentar na câmara; (iv) desempenho localista do parlamentar.

Alguns pressupostos orientaram o trabalho: (i) há diversas ênfases de viabilização de “e - representação”, isto é, diferentes modelos de representação política possíveis de serem divulgados pelos parlamentares na internet. Conforme a teoria da escolha racional, as instituições atuam restringindo o comportamento das elites. As instituições são percebidas como sistemas de regras e incentivos, a partir dos quais indivíduos, com base em cálculos estratégicos, definem o curso das ações a fim de maximizar seus interesses. Nessa visão, as instituições estruturam o comportamento dos atores envolvidos e influenciam a sequência de alternativas possíveis; (ii) a relação de representação pode se fortalecer e, inclusive, se manter de forma continuada, em tempos que não sejam específicos de campanha. Este quesito pode agregar informação apurada para os eleitores avaliarem em tempo cada um dos candidatos.

Para o tratamento dos dados, empregaram-se duas técnicas estatísticas multivariadas, que possibilitaram estudar o comportamento de várias variáveis de maneira simultânea. A análise fatorial e o teste de componentes principais. Através

da primeira técnica, permitiu-se reduzir um conjunto de 49 variáveis a 12 dimensões, isto é, permitiu-se verificar, em que medida, algumas variáveis foram representativas das dimensões mapeadas. Além disso, foi possível testar nossa hipótese da existência de ênfases de representação política viabilizadas pelos deputados em seus websites. As elites das diferentes casas legislativas não se comportam de maneira homogênea na web. Isto é, apresentam ênfases de RP diversas, seja com uma nítida orientação para (i) fortalecer o vínculo com o partido pelo qual foram eleitos; (ii) fortalecer o vínculo com o eleitor enquanto o mandato é exercido; (iii) destacar o desempenho enquanto parlamentar na câmara; ou bem, (iv) apresentar uma orientação de tipo localista, isto é, mais particularista direcionada aos eleitores do distrito. O alicerce da relação de representação é o consentimento que lhe dá autoridade aos representantes para agir em nome dos cidadãos. No entanto, esta relação formal não se sustenta simplesmente por este fato, ou seja, resulta fundamental perceber o conteúdo daquilo que está sendo representado, na medida em que permeia a relação estabelecida entre representantes e representados. Ao longo do mandato, os parlamentares podem desenvolver diversas ênfases de RP. A tomada de decisão dos representantes, embora carregue os interesses dos grupos e das classes presentes na sociedade, muitas vezes abrange ações sem o correspondente aval dos representados.

A segunda técnica utilizada, o teste de componentes principais permitiu medir o grau de associação entre cada uma das ênfases de RP com as variáveis institucionais. A primeira hipótese apontava encontrar mais ênfase de “vínculo do parlamentar com o partido” na categoria “predomínio de eficiência no sistema”, o que segundo nossa hipótese foi encontrada na Inglaterra, ainda que, os parlamentares dos três países se encontraram muito próximos um do outro, nesse quesito. Não haveria um destaque da ênfase em nenhum país. Nesse sentido, embora a Inglaterra possua associação com esse fator, se comparado com Brasil e Bélgica, não apresenta uma ênfase maior. Ou seja, as variáveis institucionais estão associadas com o fator nos três casos. Para o caso brasileiro, conforme a teoria partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995), a distribuição interna de forças no parlamento orienta a repartição de poder. E são os partidos, através de suas lideranças, os encarregados dessa missão. No presidencialismo de coalizão, as

lideranças partidárias detêm a distribuição dos integrantes das comissões e, na maioria das vezes, a presidência da casa é obtida pela maior bancada. Nesse sentido, provavelmente, esse seja um dos motivos de termos encontrado uma ênfase de destaque do “vínculo do parlamentar com o partido” no Brasil. Com relação aos parlamentares da Bélgica, o sistema multipartidário é um dos mais fragmentados da Europa. As clivagens linguísticas e regionais dividem o país, sendo a partir de 1970, a clivagem partidária mais proeminente (HOUGH; JEFFERY, 2006). Este cenário, possivelmente contribua para a existência de uma ligação dos parlamentares com os partidos, principalmente através da logo, legenda e link para o partido nacional. Cabe trazer à tona que, as organizações partidárias, na maioria das democracias representativas ocidentais, continuam sendo o elo de mediação entre as diversas clivagens da sociedade e os encarregados pelo exercício do poder político. Este fato não resulta refutado, pelas inúmeras críticas e crises que cada organização possa receber, ou o conjunto do sistema em cada país, seja de analistas ou da sociedade civil. Os trabalhos de Zittel e Norton caminham nesse sentido e destacam que embora as elites façam uso da internet, os partidos políticos continuam ocupando um papel central na relação de representação, principalmente, pelos representantes estarem atrelados à disciplina partidária.

Ainda, conforme nossa primeira hipótese esperava-se encontrar na categoria “predomínio de eficiência no sistema”, que foi encontrado na Inglaterra, uma associação maior com o fator “vínculo do parlamentar com o eleitor”. Neste ponto, foi possível verificar nossa expectativa; informações que dizem respeito às atividades dos deputados e as diversas formas de “ajuda ao eleitor” tiveram mais associação com os parlamentares ingleses. Estas dimensões, por um lado, podem contribuir com a ideia que o parlamentar está “trabalhando” para seus constituintes e, por outro lado, dissemina a noção de que o representante cria formas e mecanismos para se aproximar do eleitorado (LILLEKER, 2013). No geral, umas das vantagens que se discute sobre o sistema majoritário é a possibilidade de o sistema criar uma relação mais direta entre os representantes e seus eleitores. De fato, o tipo de escolha que favorece essa questão é a adoção de distritos uninominais. Eleger apenas um nome por distrito permite, em termos gerais, a possibilidade dos eleitores identificarem seu representante, entrar em contato e solicitar sua intervenção em questões de políticas

públicas da região. O destaque deste tipo de ênfase vai de encontro com as argumentações de Karlsson (2011) sobre o conceito de “interatividade”, o intuito dos parlamentares da Inglaterra de se aproximarem dos eleitores demonstra o esforço por tornar a interação mais ágil ao longo do exercício do mandato.

No tocante a uma parte da nossa segunda hipótese, a expectativa era encontrar mais ênfase no fator de “desempenho do parlamentar na câmara dos deputados” na categoria “predomínio da representatividade”, encontrada no Brasil. Nesse sentido, constatou-se que o Brasil e a Bélgica se encontravam mais próximos deste fator do que a Inglaterra. Para o caso do Brasil, no sistema de lista aberta são os eleitores que definem os políticos que serão eleitos. Cada partido apresenta uma lista de candidatos que não possui uma ordem pré-estabelecida pelo partido e o eleitor vota em um dos nomes. Logo, são somados os votos dos candidatos da lista do partido para se estabelecer o número de cadeiras que serão ocupadas (NICOLAU, 2004). Cabe destacar que, o sistema brasileiro possui a singularidade da formação de uma única lista de candidatos por coligação. Nesse sentido, os candidatos mais votados da coligação conquistarão as cadeiras, ou seja, independentemente do partido ao qual pertencem. Geralmente, uma das questões que é mencionada sobre esse tipo de sistema é que os partidos possuem fortes incentivos para atrair “puxadores de voto”, isto porque a bancada final dependerá da somatória de votos. Para o caso da Bélgica, o sistema eleitoral é proporcional e está integrado por 11 distritos, elegendo no menor distrito quatro deputados e, no maior 24. Os partidos apresentam uma lista de candidatos, onde cabe aos eleitores ou bem votar na lista pré-estabelecida, ou opcionalmente por um candidato. Esta questão poderia incentivar os parlamentares a investirem na sua reputação pessoal e trajetória política. Principalmente, para se diferenciarem dos colegas do mesmo partido. No entanto, como explicita Nicolau (2004) raramente há uma alteração na ordem dos candidatos, e uma porcentagem muito pequena de deputados tem se eleito graças ao voto preferencial. Pode-se concluir, que tanto para os parlamentares do Brasil, quanto para os parlamentares da Bélgica, a ênfase do “desempenho do parlamentares na câmara” relaciona-se com informações das “comissões”, das diversas relatorias, de pareceres, de interpelações e outros documentos que os parlamentares realizam no marco das diversas temáticas de

políticas públicas. Em última instância, estas informações relacionam-se com o objetivo de fortalecer a reputação pessoal e profissional; a prioridade é se destacar, em primeiro lugar, dos colegas do partido e, por outro lado, dos outros integrantes do parlamento.

Conforme a outra parte da nossa segunda hipótese, a expectativa era encontrar mais ênfase no fator “desempenho localista do parlamentar” na categoria “predomínio da representatividade” que, segundo nossa hipótese foi encontrada no Brasil. O teste detectou que há websites do Brasil que tendem a possuir uma proximidade maior com esta ênfase de representação política do que nos outros países. Este tipo de ênfase de RP se caracteriza por um comportamento dos deputados que evidencia o intuito de solucionar os problemas dos eleitores de forma individual, demonstrando o caráter direto da sua atuação. Conforme a perspectiva da teoria distributivista, alguns autores (MAINWARING, 1990; AMES, 1999) apontavam que o sistema partidário brasileiro se caracterizava pela fraca institucionalização e, assim, os políticos possuíam uma conduta individualista com baixa lealdade partidária. O sistema eleitoral brasileiro reforça o comportamento individualista dos políticos e, nesse sentido, há uma preponderância de atuação voltada à esfera local e estadual. Os políticos se valem dos recursos e das práticas clientelistas para a obtenção de votos, e este cenário tem contribuído para minar as perspectivas da construção de partidos políticos fortes. Ames (1999) destaca que as características do sistema eleitoral propiciam um comportamento particularista pelos deputados federais. Os parlamentares perseguem políticas de tipo “*pork-barrel*” para as bases eleitorais. No entanto, a corrente partidária de estudos do legislativo defende a visão que tais incentivos institucionais seriam neutralizados pelas regras existentes no Congresso, que incentivam um comportamento disciplinado dos partidos por conta da centralidade do papel das lideranças partidárias. Nesse sentido, a partir destes resultados pode-se inferir que conforme a nossa hipótese, o desenho institucional estaria associado a uma preponderância da ênfase distributivista na relação de representação dos parlamentares brasileiros, no entanto, há alguns instrumentos internos no Congresso que atuam como empecilhos desse tipo de comportamento. O que este trabalho mostra é que convivem dois tipos de comportamento no que se refere ao uso da internet: distributivista e partidário. Esses

tipos de comportamento já foram mapeados em estudos que tiveram como foco outras perspectivas, como já explicitados anteriormente, assim como o trabalho sobre “conexão eleitoral” de Carvalho (2003), que relaciona o comportamento dos parlamentares com o tipo de votação.

Outras conclusões dizem respeito ao comportamento dos parlamentares da Bélgica. A terceira hipótese apontava para um tipo de ênfase que incluísse elementos tanto orientados para um fortalecimento do vínculo com o eleitor e o partido, quanto referido ao desempenho dos parlamentares e uma orientação localista. O sistema político da Bélgica combina, por um lado, um sistema parlamentarista e, por outro, um sistema proporcional com uma ampla gama de partidos políticos. Nesse sentido, que esperávamos encontrar ênfases que incluíssem tanto o predomínio da eficiência e da representatividade. Os dados apontaram para uma ênfase “partidária” e de “desempenho parlamentar”, portanto, pode-se concluir que a tendência foi confirmada, o peso do partido possivelmente esteja conectado com o tipo de lista, que em termos práticos, impera no país. A relação dos candidatos que integrarão a lista recai no partido, nesse sentido a relação do parlamentar com o partido acaba de reforçando.

Em termos mais amplos, os resultados deste trabalho viabilizam uma reflexão mais aprofundada sobre a relação entre a internet e a política. Em primeiro lugar, se pensarmos na discussão pautada por Manin da “democracia do público” a tendência que estaria predominando com a inserção dos meios de comunicação de massa e, especialmente, a internet seria uma tendência a um personalismo exacerbado no comportamento dos políticos. No entanto, as práticas que compõem a atividade dos parlamentares ultrapassam as fronteiras de um tipo de comportamento mais individual. Ou seja, a internet é pautada pelas práticas políticas, delimitada pelas práticas que acontecem no jogo político. Não haveria uma divisão entre o mundo “*off-line*” e “*on-line*”, ou seja, um tipo de comportamento na internet que não fosse coerente com as práticas que são reproduzidas pelos parlamentares.

Em segundo lugar, a internet possui o potencial para reforçar as dimensões que foram resgatadas da representação política. Contribui para fortalecer a democracia representativa, na medida em que, se constitui num meio que viabiliza a

“*accountability*”, a prestação de contas dos representantes e, também reforça o mandato imperativo ao aproximar os mandatários dos eleitores, principalmente, durante o exercício do mandato.

Por último, a modo de agenda de pesquisa sobre o uso de internet pelos parlamentares e a representação política, cabe mencionar que: (i) estudos que abordem outras dimensões são necessários para tentar entender e explicar o uso de internet pelas elites parlamentares, especialmente estudos que, agreguem variáveis individuais, tais como, o tipo de votação nos pleitos eleitorais. Os estudos de conexão eleitoral que, investigam sobre a concentração/dispersão do voto poderiam trazer elementos novos na análise dos tipos de comportamento das elites, principalmente ao analisar o carácter multifacetado da conexão eleitoral; (ii) pesquisas que incorporem as mídias sociais, especialmente *Facebook* e *Twitter*, poderiam trazer dimensões novas, resultantes das características próprias destes mecanismos; e por fim, (iii) pesquisas que adotem procedimentos metodológicos complementários, tais como, entrevistas em profundidade ou bem questionários on-line que, investiguem sobre as atitudes e valores em relação ao uso da internet pelos parlamentares.

REFERENCIAS

ALMEIDA, A. C. Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALPERIN, D. J.; SCHULT, D. *E-Democracy: Legislative-Constituent Communications in Minnesota and Wisconsin*. Prepared for delivery at the 2003 Annual Meeting of the American Political Science Association, August, 2003.

AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, nº 2, p. 406-433, 1995.

ANASTASIA, F.; RANULFO, M. C.; SANTOS, F. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Unesp, 2004.

ARAUJO, C. Legitimidade, justiça e democracia: o novo contratualismo de Rawls. *Lua Nova*, São Paulo, nº 57, p. 73-85, 2002.

ARAUJO, C. Representação, soberania e a questão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 1, p. 47-61, 2009.

ARATO, A. Representação, soberania popular e accountability. *Lua Nova*, São Paulo, nº 55-56, p. 85-103, 2002.

BECHER, A. R. Elites políticas e tecnologias digitais: uso da internet e das redes sociais pelos vereadores da legislatura 2008-2012. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BERG-SCHOLOSSER, D.; DE MEUR, G.; RIHOUX, B.; RAGIN, C. IN: RIHOUX, B.; RAGIN, C. *Configurational comparative methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques*. United States of America: Sage Publications Ltd., 2009.

BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BURKE, E. *Speech to the electors of Bristol*. The Founders Constitution, Chapter 13. Chicago: The University of Chicago, 1987. Disponível em: < <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/v1ch13s7.html> > . Acesso em: 17/4/2014.

BRAGA, M. S. S. Democracia e Organização nos Partidos Políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 83-95, 2012.

BRAGA, S. *O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo Miola na América do Sul com destaque para o Brasil*. Brasília: Plenarium/CEDI, 2007.

BRAGA, S.; FRANÇA, A. S. T.; NICOLAS, M. A. Prosopografia a partir da Web: avaliando fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. In: 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu. *Anais Eletrônicos do 31º Encontro Anual da Anpocs*. São Paulo: Anpocs, 2007.

BRAGA, S. Internet and Representative Institutions in Brazil: Information Technology in Brazilian Houses of Representatives (2007-2011). In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Política Research*. Essex: ECPR, 2009.

BRAGA, S.; NICOLÁS, M. A.; BECHER, A. R. Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, p. 168-197, 2013.

BRAGA, S.; CRUZ, L. As tecnologias digitais e o mandato dos representantes: um estudo sobre o uso da internet pelos deputados estaduais brasileiros da 16a legislatura (2007-2011). In: SILVEIRA, S. A. D.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (Org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRAGHIROLI, S. MEPs 2.0? Europarliamentarians' Communication Strategies in the Internet Era: General Developments and Individual Specificities. In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Política Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Política Research*. Essex: ECPR, 2009.

CAIN, B.; FAREJOKN, J. A.; FIORINA, M. *The Personal Vote: Constituency Services and Electoral Independence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies*, Inglaterra, v. 14, n. 4, p. 417-439, 1995.

CARNELOS, R.; NICOLÁS, M. A.; ROSEVICS, L. Análise da participação feminina nas Assembléias Legislativas da Região Sul do Brasil. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 1, p. 254-269, 2010.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, abril/maio 2006.

CARVALHO, N. R. de. E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.40, n° 2, 1997.

CASTELLS, M. *A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COLEMAN, S.; SPILLER, J. Exploring new media effects on representative democracy, *The Journal of Legislative Studies*, v. 9, n° 3, p. 1-16, 2003.

COLEMAN, S. New mediation and direct representation: Reconceptualising representation in the digital age. *New Media and Society*, v. 7, n° 2, p. 177-198, 2005.

COLEMAN, S.; BLUMLER, J.G. *The internet and democratic citizenship – theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COX, G. W. *The Efficient Secret - The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

COX, G. W. *Making Votes Count – Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COX, G. M.; McCUBBINS, M. D. The Institutional Determinants of Economics Policy. In: HAGGART, S.; McCUBBINS, M. D. (Ed). *Presidents, Parliaments and Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

COX, G. M.; McCUBBINS, M. D. *The Legislative Leviathan. Party Government in the House*. Berkley: University of California Press, 1993.

CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. *The Crises of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University, 1975.

DADER, J., L. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). In: *Telos*, Madrid, n. 55, abr./jun. 2003.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DECOSTER, J. *Overview of Factor Analysis*. Disponível em: <<http://www.stat-help.com/notes.html>> Acesso em: [29 set. 2014].

DUVERGER, M. *Los partido Políticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GALLAGUER, M.; MITCHELL, P. Introduction. In: GALLAGUER, M.; MITCHELL, P. (Ed). *The Electoral Politics of Electoral Systems*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FARIA, C. F.de. *O parlamento aberto na era de internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

FIGEIREDO, A.; LIMONGI, F. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

FIGEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGEIREDO, M. *A decisão do voto, democracia e racionalidade*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, 2010.

FIORINA, M. *Congress: keystone of the Washington Establishment*. New Haven: Yale University Press, 1989.

FUNG, A.; GILMAN, R. H; SHKABATUR, J. Six models for the internet+politics. *International Studies Review*, Tucson, v. 15, p. 30–47, 2013.

FRICK, M. La Ciencia Política Electrónica. Introducción a un nuevo campo de Investigación. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, n. 15, p.175-184, 2006.

GIBSON, R.; LUSOLI, W.; WARD, S. The Australian public and politics on-line: Reinforcing or reinventing representation? *Australian Journal of Political Science*, v. 43, n. 1, p. 111-131, 2008.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. In: *Lua Nova*, São Paulo, n° 58, p.193-223, 2003.

HAMILTON; MADISON; JAY. *O Federalista*. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2003.

HAIR, J. F.; WILLIAM, C.; BLACK, B. J.; BABIN, R. E.; ANDERSON, R. E.; TATHAM T. L. *Análise multivariada de dados - 6ed*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. *Estudos Feministas*, ano 9, p. 225-230, 2º semestre de 2001.

HOUGH, D.; JEFFERY, C. *Devolution and Electoral Politics*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

JACKSON, N. MPs and web technologies: an untapped opportunity. *Journal of Public Affairs*, v, 3, n. 2, p. 124-137, 2003.

JACKSON, N. Na MP's in the Internet Era – The Impact of E-newsletters. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 12, n° 2, June 2006, p 223-242, 2006.

KARLSSON, M. Interactivity as a strategy for political representation – A conceptual discussion and empirical illustrations among political bloggers. In IPSA/ECPR conference, Whatever happened to North-South?, University of Sao Paulo, Brazil, 2011. Anais IPSA/ECPR conference, Whatever happened to North-South?. São Paulo, Brazil, 2011.

KELSEN, J. *A democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KIM, J.; MUELLER, C. W. *Introduction to factor analysis - what it is and how to do it*. Beverly Hills, CA: Sage, 1978.

KINZO, M. D. G. *Representação Política: Perspectivas teóricas e um exame da experiência brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

KLEIN, C. *O desafio da reforma política – consequências dos sistemas eleitorais de lista aberta e fechada*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n° 67, p. 49-109, 2006.

LESTON-BANDEIRA, C. The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. *Parliamentary Affairs*, Oxford, v. 60, n° 4, 2007.

LESTON-BANDEIRA, C.; WARD, S. Parliaments in the Digital Age. In: OXFORD INTERNET INSTITUTE, FORUM DISCUSSION REPORT 13, January 2008.

LESTON-BANDEIRA, C. Towards a trustee model? Parliamentary representation in the internet era. The Portuguese case. *Parliamentary Affairs*, Oxford, v. 65, p. 425–447, 2011.

LILLEKER, D. G.; JACKSON, N. A. Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP? In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Política Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consrtium for Política Research*. Essex: ECPR, 2009.

LILLEKER, D. G.; KOC-MICHALSKA, K. Online political communication strategies: MEPs e-representation and self-representation. *Journal of Information Technology and Politics*, v.10, n° 2, p.190-207, 2013,

LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIJPHART, A. *Electoral Systems and Party Systems. A Study of Twenty-Seven democracies 1945-1990*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

LOUREIRO, M. R. Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 1, p. 63-93, 2009.

MACPHERSON, C. B. *Burke*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

MAINWARING, S; BRINKS, D. PÉREZ-LIÑAN, A. Classifying political regimes in Latin America, 1945-1999. *Studies in Comparative International Development*, v. 36, nº 1, p. 37-65, 2001.

MAINWARING, S. Politician, parties and electoral systems: Brazil in comparative perspective. Kellogg Institute, 1990.

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparativa. *Novos estudos CEBRAP*, nº 29, p. 34-58, 1991.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, nº 29, p. 5-34, 1995.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Inglaterra: Cambridge University, 1997.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Democratic accountability and representation. In: MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. (Ed.). *Election and Representation*. Cambridge: Cambridge University, 1999.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, p. 105-138, 2006.

MANSBRIDGE, J. Rethinking representation. *The American Political Science Review*, v. 97, nº 4; p. 515-258, 2003.

MANSBRIDGE, J. Clarifying the concept of representation. *The American Political Science Review*, v. 105, nº 3, p. 621-623, 2011.

MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E. Internet e Parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-Compós*, v. 9, 2007.

MARQUES, F. P. J. *Participação política e internet: Meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia Contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MEULMAN, J. J.; VAN DER KOOIJ, A. J.; HEISER, W. J. Principal Components Analysis With Nonlinear Optimal Scaling Transformations for Ordinal and Nominal

Data. In: KAPLAN, D. *The SAGE Handbook of Quantitative Methodology for the Social Sciences*. United Kingdom: Sage Publications, 2004.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3-d. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, nº 51, p. 123-193, fevereiro/2003.

MIGUEL, L. F. Impasse da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 25, p. 25-38, 2005.

MIGUEL, L. F. Accountability em listas abertas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n 37, p. 183-200, 2010.

MILL, S. *Considerações sobre o Governo Representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1964.

MILLS, Wright C. Do artesanato intelectual. In: MILLS, Wright C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOISÉS, J. A. Democracia e Desconfiança das Instituições Democráticas. In: MOISÉS, J. A (Org.) *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: Edusp, 2010.

MORLINO, D. Explicar la calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias? *Rev. cienc. polít.*, Santiago, v. 27, nº 2, p. 3-22, 2007

MUSTAPIC, A. M. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. *América Latina Hoy*, Salamanca, v. 32, p. 163-183, 2002.

NETO, A., O.; SANTOS, F. O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, nº 4, p. 661-698, 2003.

NICOLÁS, M. A. *Internet e Política: Graus de Representação Política e uso da Internet pelas Elites Parlamentares da América do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

NICOLAU, J. Como Controlar o Representante?: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, nº 2, p. 219-236, 2002.

NICOLAU, J. *Sistemas eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, nº 4, p. 689-720, 2006.

NORTON, P. Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 13, n° 3, september 2007, p 354-369, 2007.

O'DONNELL, G. *Democracia delegativas. Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n° 31, p. 25-40, 1991.

O'DONNELL, G. Accountability Horizontal. In: *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires: Paidós, 1997.

PEREIRA, A. O que a internet tem a ver com as Promessas não cumpridas da Democracia? In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP, 2012, Gramado. *Anais do 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP*. Gramado: ABCP, 2012.

PERISSINOTTO, R. Comparação, história e interpretação, por uma ciência política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28 n° 83 outubro/2013.

PERNA, A.; BRAGA, S. The Invisible Side of Political Participation. In: MEHMET, Z. S. (Ed.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons*. New York: IGI Global, 2012.

PETER, A.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n° 58, p.193-223, 2003.

PETERS, G. *El nuevo institucionalismo. La teoría institucional en ciencia política*. Barcelona: Gedisa, 2003.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1967.

POWELL JR. G BINGHAM. The chain of responsiveness. In: DIAMOND, M; MORLINO, L. (ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press/National Endowment for Democracy, 2005.

POWELL BINGHAM, G. *Elections as instruments of democracy*. New Haven & London: Yale Univesrity, 2000.

RIHOUX, B. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Related Systematic Comparative Methods. Recent Advances and Remaining Challenges for Social Science Research. *International Sociology*, London, v. 21, n° 5, p. 679–706, 2006.

REZENDE, ALMEIDA DE, D.C. *Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RICKEN, F. G. Representantes pós-Web? Um estudo comparado sobre os padrões

de uso da internet pelos deputados e senadores dos EUA e do Brasil (2007-2011). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

RODRIGUES, L. M. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SAMUELS, D. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n° 3, p. 661-698, 1997.

SANDES FREITAS, V. E. V. de; BIZZARRO NETO, F. A. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos, possibilidades e limites para a análise da dinâmica da competição eleitoral no Brasil pós-1994. In: IX ENCONTRO DA ABCP, Brasília, 2014. Anais: IX ENCONTRO DA ABCP.

SARTORI, G. *Ingeniería constitucional comparada: una investigación de estructuras, incentivos y resultados*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SHUGART, M. S.; CAREY, J. M. *Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SHUGART, M. S. Comparative Electoral Systems Research: The Maturation of a Field and a New Challenge Ahead. In: GALLAGHER, M.; MITCHELL, P. (Ed). *The Electoral Politics of Electoral Systems*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

TAVARES, J. A. G. Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TAVARES, J. A. G. *Reforma política e retrocesso democrático: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

TRECHSEL, A. H.; SCHMITTER, P. C.; KIES, R.; MENDEZ, F. *Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe*. Luxemburg: Lars Bosche, 2003.

TENSCHER, J. MPs and the Internet – An Empirically Based Typology. *The Journal of Legislative Studies*, v. 20, n° 3, p. 305-320, 2014.

URBANATI, N. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, n° 67, p. 191-227, 2006.

VIEIRA, M. B.; RUNCIMAN, R. *REPRESENTATION*. Cambridge: Polity, 2008.

WEFFORT, F. *Os Clássicos da Política, Volume 1*. São Paulo: Atica, 2000.

WEFFORT, F. *Os Clássicos da Política, Volume 2*. São Paulo: Atica, 2001.

WELP, J. Bridging the Political Gap? The Adoption of ICTs for the Improvement of Latin American Parliamentary Democracy. n: MEHMET, Z. S. (Ed.). *E-Parliament and ICT-Based Legislation: Concept, Experiences and Lessons*. New York: IGI Global, 2012.

WILLIAMSON, A. MPs online: Connecting with constituents. *Hansard Society*, London, 2009.

ZITTEL, T. Political Representation in the Networked Society: The Americanization of European Systems of Responsible Party Government? *Journal for Legislative Studies*, UK, v. 9, n° 3, p. 32-53, 2003.

ZITTEL, T. Digital parliaments and electronic democracy: a comparison between the US House, the Swedish Riksdag and the German Bundestag. In: GIBSON, R.K; ROMMELE, A.; WARD, S. J. (Eds). *Electronic Democracy*. London and New York: Routledge, 2004.

ZITTEL, T. Parliaments in the Digital Age: Parliaments and the Internet: A Perspective on the State of Research. In: The workshop Parliaments in the Digital Age, 2007, UK. *Anais...* UK: Oxford Internet Institute, Forum Discussion Report 13, 2007.

ZITTEL, T.. Constituency Communication on the WWW in Comparative Perspective Changing Media or Changing Democracy? In: Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research, 2009, Lisboa. *Anais do Joint Sessions of Workshops do ECPR/European Consortium for Political Research*. Essex: ECPR, 2009.

ANEXO 1

TABELA – ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES

Variável	N	Média	Desvio Padrão
V ₆₆ (Legenda do partido/página inicial)	487	3,54	1,851
V ₆₇ (Cor do partido)	487	4,02	1,532
V ₆₈ (Logo do partido)	487	3,52	1,859
V ₆₉ (Link para o site nacional do partido)	487	2,75	1,933
V ₇₀ (Link twitter do partido)	487	1,04	,404
V ₇₁ (Link facebook do partido)	487	1,06	,477
V ₇₂ (Link flickr do partido)	487	1,02	,256
V ₇₃ (Plataforma do partido)	487	3,88	1,613
V ₇₄ (Filiação online)	487	1,30	1,050
V ₇₅ (Políticas nacionais)	487	3,97	1,347
V ₇₆ (Contribuição financeira)	487	1,28	1,014
V ₈₀ (Funcionários do gabinete)	487	1,12	,674
V ₈₁ (Informação sobre ajuda ao eleitor)	487	2,30	1,867
V ₈₂ (Perguntas sobre a atividade do deputado)	487	2,35	1,893
V ₈₃ (Gastos do mandato do deputado)	487	1,67	1,491
V ₈₄ (Instrumentos relação eleitor)	487	4,50	1,318
V ₈₅ (Enquete sobre temas diversos)	487	1,44	1,257
V ₈₆ (Resultado de enquetes)	487	1,36	1,148
V ₈₇ (Notícias constituency)	487	4,23	1,575
V ₈₈ (Informação constituency)	487	2,59	1,956
V ₈₉ (Mapa constituency)	487	1,90	1,674
V ₉₁ (Políticas poder alocativo)	487	1,28	1,020
V ₉₂ (Infraestrutura constituency)	487	1,53	1,362
V ₉₃ (Recursos constituency)	487	1,59	1,421
V ₉₄ (Fotos político inaugurando infraestrutura)	487	1,39	1,184
V ₉₅ (Ênfase transferência de recursos)	487	1,58	1,409
V ₉₆ (Comícios político)	487	2,91	1,991
V ₉₇ (Visitas ao reduto eleitoral)	487	3,89	1,716
V ₉₈ (Destaque nome do político)	487	4,74	,992
V ₉₉ (Serviços particularistas)	486	1,00	,000
V ₁₀₁ (Biografia do político)	487	4,68	1,080

V ₁₀₂ (Trajetória política)	487	1,44	1,216
V ₁₀₃ (Projetos de lei autoria político)	487	2,28	1,861
V ₁₀₄ (Projetos aprovados)	487	1,23	,920
V ₁₀₅ (Presença em plenário)	487	1,03	,361
V ₁₀₆ (Discursos plenário)	487	3,15	1,987
V ₁₀₇ (Votações em plenário)	487	1,22	,909
V ₁₀₈ (Destaque para as comissões)	487	2,95	2,001
V ₁₀₉ (Destaque frente parlamentar)	487	1,19	,849
V ₁₁₀ (Vídeos discursos)	487	2,13	1,794
V ₁₁₁ (Agenda do parlamentar)	487	1,43	1,225
V ₁₁₂ (Artigos do parlamentar)	487	3,18	1,992
V ₁₁₃ (Fotos com políticos do partido)	487	1,82	1,606
V ₁₁₄ (Áudios do parlamentar)	487	1,72	1,535
V ₁₁₅ (Relatorias/ Moções)	487	2,83	1,992
V ₁₁₆ (Notícias do político)	487	4,81	,735
V ₁₁₇ (Notícias do política na imprensa)	487	1,46	1,264

FONTE: A AUTORA (2015)